PUBLICIDADE LEGAL

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SÃO MARTINHO - AESMA

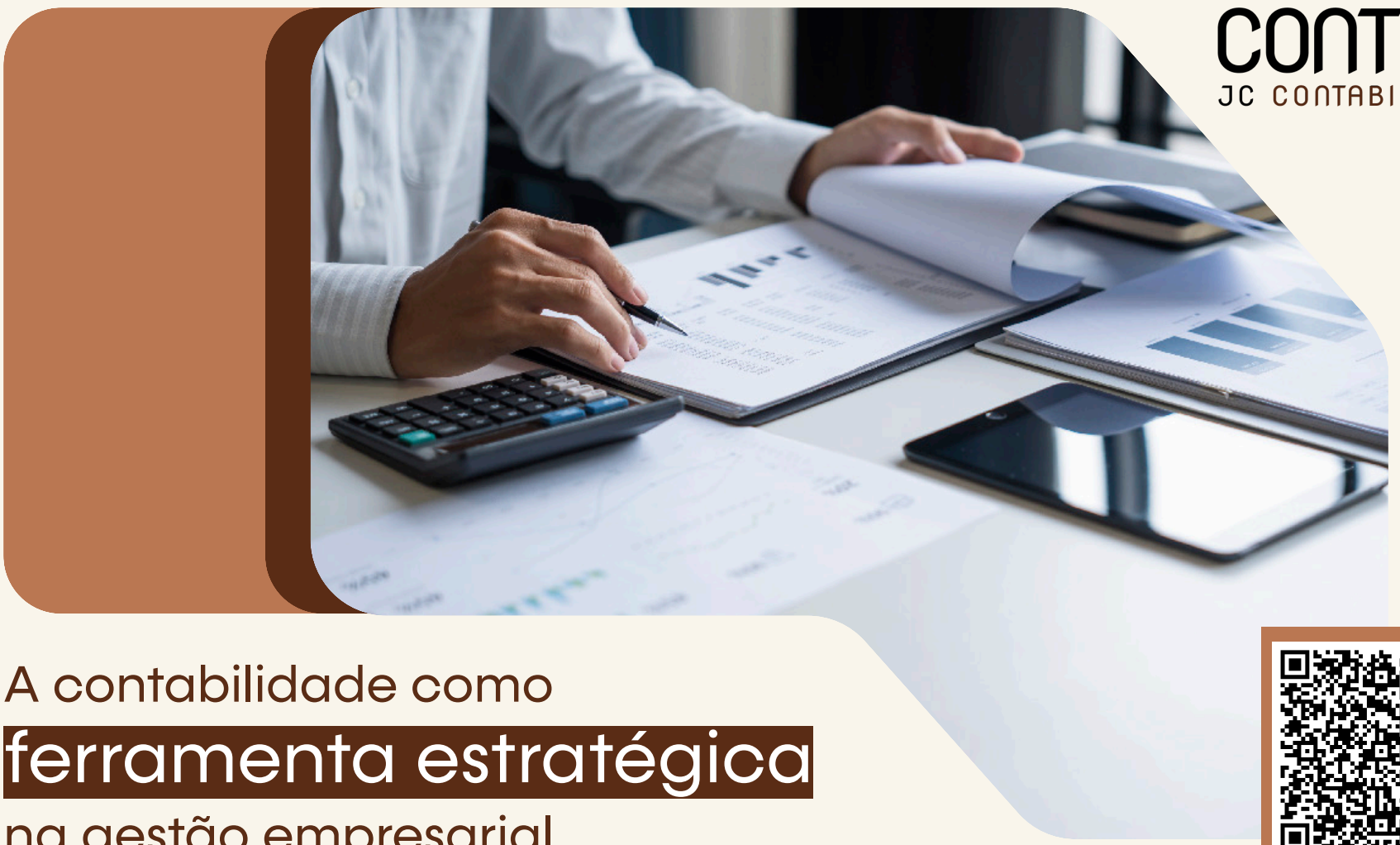
EDITAL CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES 2026

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SÃO MARTINHO - AESMA, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade, **CONVOCA** os membros que constituem a Assembleia Geral da AESMA para reunirem-se em caráter Ordinário, através do link: Assembleia Geral Ordinária - AESMA Link da videochamada: https://meet.google.com/zre-vmtxowu para Assembleia Geral no dia **18/04/2026, às 10 horas em primeira convocação e às 10h30min em segunda convocação**, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

- Verificação das contas dos exercícios de 2024 e 2025, acompanhada do balanço financeiro e patrimonial.
- Aprovação do Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2024;
- Aprovação do Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2025;
- Aprovação das contas do ano de 2024 e 2025;
- Aprovação do novo texto do Estatuto Social da AESMA;
- Eleição e posse da nova Diretoria;
- Eleição e posse do novo Conselho Fiscal.

São Martinho, 16 de março de 2026.
Ivan Mateus Kunz
Presidente da AESMA



A contabilidade como
ferramenta estratégica
na gestão empresarial.

Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

melnick
Muito mais que morar

Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ - 12.181.987/0001-77 Nire - 43.3.0005288.5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia" ou "MELK3"), submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhada do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que apresentamos os resultados da Melnick para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ("ano"). Neste ano, entre % Melnick e % Melnick Partners, a Companhia totalizou um VGV em lançamentos de R$ 1,173 bilhão (R$ 1,094 bilhão em 2024), representando um crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

Encerramos este ano com R$ 1,464 bilhão de VGV (% Melnick) em estoque. Do estoque concluído, que representa R$ 226,4 milhões, R$ 51,0 milhões, ou 23%, estão alugados. Nosso modelo de locação permite ao cliente converter as parcelas de aluguel pagas durante os primeiros 18 meses de contrato em desconto para aquisição do imóvel. Na média, 33% dos nossos clientes convertem suas locações em compra efetiva do imóvel.

Estamos satisfeitos com o desempenho das vendas líquidas que totalizaram R$ 927,1 milhões neste ano (% Melnick). Desse total, R$ 541,4 milhões referem-se à venda de estoques, o que representa um crescimento de 57% em relação ao ano de 2024.

Atualmente, a Companhia possui R$ 3,1 bilhões de VGV (% Melnick) em landbank, compostos por 28 terrenos ou fases, sendo que 23% do nosso landbank já possui projetos aprovados com VGV potencial de R$ 695,6 milhões (% Melnick).

No ano foram entregues oito empreendimentos, totalizando um VGV de R$ 802,6 milhões (R$ 475,7 milhões na % Melnick). A receita líquida no ano totalizou R$ 1,117 bilhão, representando um aumento de 9% e relação ao ano anterior. Nosso lucro bruto totalizou R$ 272,4 milhões no ano, com margem bruta ajustada de 28,7% e, o lucro líquido totalizou R$ 112,1 milhões no ano, com margem líquida[1] antes da participação dos minoritários de 13,4%.

Neste ano a Companhia avaliou sua situação econômico-financeira, seu potencial de geração de caixa e seus planos para os próximos anos e, alinhado ao objetivo de otimizar sua estrutura de capital, a Administração realizou em março de 2025 a Redução do Capital da Companhia no montante de R$ 150 milhões, por considerá-lo excessivo à execução de suas atividades, à sua capacidade de investimento e à consecução de seu objeto social.

Desta forma, a Redução do Capital proporcionará maior equilíbrio entre a efetiva necessidade de recursos para a execução do plano de negócios da Companhia e a estratégia de criação de valor a todos os acionistas e stakeholders da Companhia, sem prejuízo do seu crescimento e da sua capacidade de investimento, representando uma relevante oportunidade de geração de valor aos acionistas, de forma adequada, a situação econômico-financeira da Companhia e, resguardando sua continuidade, capacidade de geração de caixa, de honrar com todos os seus compromissos financeiros e de executar adequadamente os projetos e investimentos planejados e contratados para os próximos anos, notadamente resguardando o cumprimento das obrigações contratuais pela Companhia.

Assim, encerramos o ano de 2025 com a estrutura de capital representada por uma por uma dívida líquida de R$ 408,0 milhões, o que representa 38,3% do patrimônio líquido. Os recursos em caixa são superiores à dívida bruta, desconsiderando os contratos de SFH, o caixa líquido totaliza R$ 34,1 milhões, o que equivale a 3,2% do patrimônio líquido. Neste ano, a Companhia distribuiu R$ 115 milhões em dividendos, além da devolução de capital no montante de R$ 150 milhões, totalizando uma distribuição em proventos de R$ 265 milhões, demonstrando a competência e a solidez de nosso caixa, associado a uma estrutura de capital com forte bancabilidade e situação de crédito.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Lançamentos

No ano de 2025 a Companhia realizou o lançamento de sete empreendimentos, totalizando um VGV de R$ 930 milhões na % Melnick. Importante destacar que, no ano de 2025 a Companhia passou a atuar no estado de SP via a sua subsidiária integral Melnick Partners, onde houve o lançamento dos empreendimentos Casa Madalena com VGV de R$ 687 milhões (R$ 172 milhões % Melnick Partners) e o Quaddra Lorena com VGV de R$ 674 milhões (R$ 71 milhões % Melnick Partners) totalizando R$ 243 milhões % Melnick Partners, os quais serão reconhecidos via equivalência patrimonial e resultado financeiro, respectivamente. Desta forma, o VGV de lançamentos % Melnick e % Melnick Partners representam um crescimento de 7% em relação ao ano anterior.

Vendas brutas, líquidas e VSOs

No ano de 2025, as vendas brutas e líquidas foram de, respectivamente, R$ 1,0 bilhão e R$ 927,0 milhões. Destaca-se ainda que, neste período, o aumento nas vendas de estoque cresceram 57% em comparação ao ano de 2024.

Estoque

Encerramos o ano de 2025 com R$ 1.464,7 milhões em estoque (% Melnick). Do total do estoque, 85% se referem a unidades em construção e 15% a unidades concluídas. Segregamos o estoque pronto em dois grupos, estoque pronto de comercialização que representa 77% do estoque concluído, que depende de iniciativas e de esforço comercial para comercialização e em estoque de locação que representa 23% do estoque concluído, onde oferecemos aos nossos clientes um modelo de locação com opção de compra. Neste modelo as unidades em estoque rentabilizam a carteira com receitas de aluguéis, e, caso o locatário opte em exercer a opção, ele pode utilizar os valores pagos em caráter de aluguel como entrada no momento da compra.

Landbank

O landbank encerrou o ano de 2025 com R$ 3,1 bilhões em VGV potencial (% Melnick), sendo R$ 695,6 milhões em projetos já aprovados, correspondentes a 23% do landbank.

Entregas e execução de empreendimentos

No ano de 2025 foram entregues 8 empreendimentos, totalizando R$ 802,6 milhões de VGV bruto (R$ 475,7 milhões no % Melnick). Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possuía 20 canteiros ativos sendo 13 da incorporadora, 5 da urbanizadora e 2 da marca open, totalizando 4.543 unidades em construção ou 829.805 m² em construção.

Repasse e recebimento

No ano de 2025, o total de recebimento de clientes foi de R$ 867,3 milhões, dos quais R$ 513,2 milhões ou 59% referentes as unidades em construção e R$ 354,1 milhões ou 41% referentes as unidades concluídas.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita líquida

No ano de 2025 a receita líquida operacional totalizou R$ 1,1 bilhão, apresentando um crescimento de 9% em relação ao mesmo período de 2024.

Lucro bruto e margem bruta

No ano de 2025 o lucro bruto foi de R$ 272,4 milhões e a margem bruta ajustada foi de 28,7%, um aumento de 22% e 15%, respectivamente, em relação ao período de 2024.

Despesas comerciais, gerais e administrativas e outras despesas

No ano de 2025, as despesas operacionais totalizaram R$ 178,3 milhões. As despesas comerciais totalizaram R$ 71,2 milhões ou 39,9% das despesas operacionais, as despesas administrativas totalizaram R$ 80,4 milhões ou 45,1% das despesas operacionais e a rubrica de outras despesas líquidas totalizou R$ 26,7 milhões ou 15,0% das despesas operacionais.

Resultado financeiro

No ano de 2025 o resultado financeiro positivo foi de R$ 34,8 milhões (R$ 54,2 milhões em 2024).

EBITDA

No ano de 2025 o EBITDA alcançou R$ 153,7 milhões (R$ 114,3 milhões em 2024), e a margem EBITDA atingiu 13,8% (11,1% em 2024), expurgando os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo.

Lucro líquido e margem líquida

No ano de 2025 o lucro líquido foi de R$ 112,1 milhões e a margem líquida antes dos minoritários foi de 13,4%.

LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente às linhas de crédito disponíveis, são suficientes para financiar as atividades da Companhia, bem como para fazer frente à execução do seu plano de negócios.

Estrutura de Capital

Encerramos o ano de 2025 com o saldo de disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito) em R$ 196,5 milhões. Ao final de 2025 os empréstimos e financiamentos a produção totalizaram R$ 442,1 milhões, que são integralmente garantidos pelos recebíveis ou estoque dos projetos. A dívida líquida encerrou em R$ 408,0 milhões, representando 38,3% do patrimônio líquido. O caixa líquido ajustado, desconsiderado os contratos de SFH, totaliza R$ 34,1 milhões e representa 3,2% do patrimônio líquido.

Geração de Caixa

No ano de 2025 a queima de caixa operacional foi de R$ 247,4 milhões.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da empresa exigem a realização de Assembleia Geral Ordinária de acionistas até dia 30 de abril de cada ano, momento em que os acionistas deliberarão sobre a proposta do Conselho de Administração. Dentre outras realizações, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição dos dividendos anuais da Companhia, de modo que todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento destes dividendos mínimos obrigatórios. Nossos acionistas também deliberarão sobre a destinação do lucro líquido da Companhia do exercício social anterior, a partir da proposta do Conselho de Administração. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da empresa.

O dividendo obrigatório da Melnick é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Melnick e irá depender de diversos fatores, tais como os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da empresa, dentre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmastsu Auditores Independentes Ltda. (" oi ") foram contratados apenas para realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (" F S"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais. A Companhia não contratou nenhum outro trabalho não relacionado à auditoria até 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas, por meio dos órgãos de governança, adotam procedimento de consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade requeridas aos serviços de auditoria independente, destacadamente para que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia e suas controladas, bem como não as represente legalmente. A Deloitte declarou que todos os serviços prestados à Companhia e suas controladas observaram de forma estrita as normas contábeis e de auditoria que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não identificaram nenhuma situação que afete a independência e objetividade ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

No ano de 2025, os serviços de auditoria independente na Companhia, realizados pela Deloitte Auditores Independentes S/S Ltda, contemplaram o exame das demonstrações financeiras. O montante de honorários realizados com os auditores independentes para o período findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 478 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	641	99	5.571	5.140
Títulos e valores mobiliários	5	3.831	238.479	175.166	457.647
Contas a receber	6	1.639	-	754.784	705.111
Imóveis a comercializar	7	1.610	74	798.024	777.411
Demais contas a receber		32.765	31.758	43.208	41.938
		40.486	270.410	1.776.753	1.987.247
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	51.864	54.572	15.776	2.024
Contas a receber	6	-	219	516.491	419.649
Imóveis a comercializar	7	7.427	14.369	179.727	79.279
Adiantamentos para futuros investimentos	20.a	197.827	154.844	12.367	1.310
Partes relacionadas	20.a	92.316	81.943	97	97
Demais contas a receber		25.818	10.255	34.033	15.595
		375.252	316.202	758.491	517.954
Investimentos	8.a	841.782	694.066	189.731	77.658
Direito de uso		1.201	2.293	2.305	3.084
Imobilizado		8.886	6.745	12.166	8.223
Intangível		555	182	1.330	529
		1.227.676	1.019.488	964.023	607.448
TOTAL DO ATIVO		1.268.162	1.289.898	2.740.776	2.594.695

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores		734	699	32.589	43.081
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	161	161	99.695	87.708
Contas a pagar por aquisição de sociedade	8.a	18.320	-	18.385	-
Empréstimos e financiamentos	10	1.289	-	95.459	125.530
Impostos e contribuições a recolher		1.387	1.849	8.377	9.436
Contribuições sociais diferidos		-	-	15.324	13.568
Adiantamentos de clientes	11	288	543	237.745	289.082
Provisão para perdas em sociedades controladas	8.a	23.406	47.383	-	-
Provisões	12	11.947	6.501	83.648	56.629
Partes relacionadas	20.a	26.121	10.448	57.945	18.056
Demais contas a pagar		10.158	5.632	35.424	34.436
		93.811	73.216	684.591	677.526
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos de clientes	11	-	-	134.855	156.039
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	-	-	119.689	103.397
Contas a pagar por aquisição de sociedade	8.a	7.579	-	7.579	-
Provisões	12	4.667	5.118	35.210	27.757
Empréstimos e financiamentos	10	97.817	-	509.018	234.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	33.576	27.206
		110.063	5.118	839.927	549.202
Total dos passivos		203.874	78.334	1.524.518	1.226.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social atribuído aos acionistas da	14.a	959.029	1.109.029	959.029	1.109.029
Ações restritas e em tesouraria	14.b	(4.121)	(10.941)	(4.121)	(10.941)
Plano de opção de ações	14.c	24.135	22.715	24.135	22.715
Reservas de lucros	14.d.e.	64.925	62.967	64.925	62.967
Dividendos adicionais propostos	14.f	20.320	27.794	20.320	27.794
		1.064.288	1.211.564	1.064.288	1.211.564
Participação dos não controladores		-	-	151.970	156.403
Total do patrimônio líquido		1.064.288	1.211.564	1.216.258	1.367.967
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.268.162	1.289.898	2.740.776	2.594.695

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da controladora									
			Ações restritas e em tesouraria		Reserva de Lucros						
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.109.029	(19.453)	14.812	37.020	22.378	-	41.411	1.205.197	119.507	1.324.704
Ações em tesouraria:											
Apropriação do plano de opção - *Stock options*	14.c	-	-	16.415	-	-	-	-	16.415	-	16.415
Concessão de ações – *Stock Options*	14.c	-	8.512	(8.512)	-	-	-	-	-	-	-
Capital social:											
Aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-	-	-	-	3.345	3.345
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	71.368	-	71.368	65.465	136.833
Constituição de reserva legal		-	-	-	3.569	-	(3.569)	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	-	-	(41.411)	(41.411)	(31.914)	(73.325)
Dividendos intercalares	14.f	-	-	-	-	-	(40.005)	-	(40.005)	-	(40.005)
Dividendos adicionais propostos	14.e	-	-	-	-	-	(27.794)	27.794	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.109.029	(10.941)	22.715	40.589	22.378	-	27.794	1.211.564	156.403	1.367.967
Ações em tesouraria:											
Apropriação do plano de opção - *Stock options*	14.c	-	-	5.664	-	-	-	-	5.664	-	5.664
Concessão de ações – *Stock Options*	14.c	-	6.820	(4.244)	-	(2.576)	-	-	-	-	-
Capital social:											
Aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-	-	-	-	4.367	4.367
Redução de capital	14.a	(150.000)	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(1.753)	(151.753)
Destinação de lucros:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	112.060	-	112.060	37.996	150.056
Constituição de reserva legal		-	-	-	5.604	-	(5.604)	-	-	-	-
Apropriação de parcela de lucros	14.e	-	-	-	-	12.350	(12.350)	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	(13.420)	(73.786)	(27.794)	(115.000)	(45.043)	(160.043)
Dividendos adicionais propostos	14.e	-	-	-	-	-	(20.320)	20.320	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		959.029	(4.121)	24.135	46.193	18.732	-	20.320	1.064.288	151.970	1.216.258

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Porto Alegre, sendo suas ações comercializadas na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão – B3 - sob a sigla MELK3. Tem por atividade preponderante o desenvolvimento da atividade de incorporação imobiliária em empreendimentos residenciais, comerciais e em condomínio de lotes urbanos na região Sul do Brasil, por meio da participação societária em sociedades de propósito específico, bem como investimentos em empreendimentos desenvolvidos por outras incorporadoras, por meio de participação societária não controladora em sociedades nas quais esses empreendimentos são desenvolvidos.

1.1 – Efeitos da calamidade causada pelas enchentes no Rio Grande do Sul no ano de 2024: Entre o final de abril e no decorrer de maio de 2024, ocorreu precipitação excessiva de chuva que afetou mais de 60% do território do estado do Rio Grande do Sul, culminando, em 5 de maio de 2024, com o Governo do Estado ter decretado estado de calamidade pública. Ao todo, 478 municípios gaúchos foram atingidos por inundações, tendo causado prejuízos ao setor habitacional, com os seguintes reflexos nas cifras correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024: (i) No decorrer do período das enchentes, as operações da Companhia ficaram paralisadas por 15 dias. Os gastos correspondentes ao custo fixo incorrido neste período em que as atividades operacionais ficaram paralisadas totalizaram, aproximadamente, R$1.040; (ii) A postergação nas datas de entregas dos empreendimentos ensejaram em incremento ao ajuste a valor presente na carteira de clientes de, aproximamente, R$2.050; (iii) As enchentes impactaram diretamente 2 empreendimentos em estágio intermediário de obras e 1 empreendimento em fase final de conclusão. (iv) Efetuamos revisão no custo a incorrer dos empreendimentos diretamente impactados e dos demais empreendimentos, levando-se em consideração o cenário pós enchentes e seus reflexos. Estimamos que o total do custo a incorrer dos empreendimentos em construção foi acrescido em R$14.220. O aumento do custo orçado a incorrer impactou a apuração do PoC, tendo ocorrido em 2024 uma "reversão" de resultado apropriado em períodos anteriores. Devido a esse mesmo critério de apropriação da receita, houve um impacto significativo de paralisação de apropriação de resultados, em virtude da paralisação das obras por 15 dias, reduzindo o andamento previsto de custo incorrido que proporcionaria maior andamento do percentual de conclusão da obra e, consequentemente, de apropriação da receita das unidades já comercializadas, Esse último é um impacto transitório, visto que a receita não apropriada irá ser refletida tardiamente, por ocasião do andamento das obras. Ressaltamos que não temos expectativas de perdas no valor recuperável desses ativos que requeiram provisão; (v) Efetuamos revisão detalhada do valor recuperável dos gastos incorridos com todos os empreendimentos em prospecção e do landbank, tendo efetuado a baixa ou complemento de provisão necessária para refletir a expectativa atual do cenário pós-enchentes no montante de R$6.794 e reconhecimento de demais multas contratuais no valor de R$875; (vi) Efetuamos revisão e discussão da carteira de recebíveis e não identificamos impactos significativos em pedidos de rescisão contratual. A Companhia e suas Controladas não identificaram impactos materiais decorrentes de riscos climáticos que possam afetar de maneira relevante a continuidade operacional. 2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se mencionado em contrário. 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram

continua

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
RECEITA				
Incorporação, revenda de imóveis e serviços	31.312	23.945	1.145.613	1.053.766
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo	(21.131)	(19.923)	(844.895)	(805.517)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(41.581)	(32.053)	(90.608)	(101.403)
	(62.712)	(51.976)	(935.503)	(906.920)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(31.400)	(28.031)	210.110	146.846
RETENÇÕES				
Provisões (reversões)	(34)	1.018	(30.435)	3.947
Depreciações e amortizações	(2.711)	(3.011)	(4.318)	(4.133)
	(2.745)	(1.993)	(34.753)	(186)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(34.145)	(30.024)	175.357	146.660
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	166.983	115.855	6.614	11.385
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	39.828	39.022	95.106	94.455
	206.811	154.877	101.720	105.840
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	172.666	124.853	277.077	252.500
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários	(23.362)	(22.212)	(27.632)	(25.383)
Participação dos empregados nos lucros	(14.553)	(20.841)	(15.890)	(22.158)
Benefícios	(4.005)	(3.574)	(4.829)	(4.248)
FGTS	(1.442)	(1.656)	(1.728)	(1.920)
Impostos, taxas e contribuições	(5.392)	(4.382)	(65.300)	(54.379)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(12)	(7)	(62)	(66)
Aluguéis	-	(43)	-	(53)
Despesas financeiras - incluem variações monetárias	(11.840)	(771)	(11.580)	(7.460)
Remuneração de Capitais de Próprios				
Dividendos	(73.787)	(40.005)	(73.787)	(40.005)
Lucros retidos dos exercícios	(38.273)	(31.363)	(38.273)	(31.363)
Participação dos não controladores	-	-	(37.996)	(65.465)
	(172.666)	(124.853)	(277.077)	(252.500)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
OPERAÇÕES					
Receita	15	28.323	21.357	1.117.283	1.028.992
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	16.a	(21.131)	(19.923)	(844.895)	(805.517)
LUCRO BRUTO		7.192	1.434	272.388	223.475
DESPESAS OPERACIONAIS					
Comerciais	16.b	-	-	(71.172)	(65.639)
Gerais e administrativas	16.b	(49.193)	(45.007)	(61.403)	(54.320)
Remuneração da Administração	20.c	(18.986)	(23.083)	(18.986)	(23.083)
Provisões	12.e	(34)	1.018	(30.435)	3.946
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(21.878)	(17.093)	3.695	(18.244)
		(90.091)	(84.165)	(178.301)	(157.340)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(82.899)	(82.731)	94.087	66.135
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Equivalência patrimonial	8	166.983	115.855	6.614	11.385
		166.983	115.855	6.614	11.385
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	17	(11.852)	(778)	(11.642)	(7.526)
Receitas financeiras	17	39.828	39.022	95.106	94.455
		27.976	38.244	83.464	86.929
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		112.060	71.368	184.165	164.449
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	-	-	(29.842)	(25.792)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	-	-	(4.267)	(1.824)
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS		112.060	71.368	150.056	136.833
LUCRO DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A					
Acionistas				112.060	71.368
Participação dos não controladores				37.996	65.465
				150.056	136.833
LUCRO POR AÇÃO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE OS EXERCÍCIOS - R$					
Lucro básico por ação	14.f	0,548	0,351		
Lucro diluído por ação	14.f	0,532	0,340		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS	112.060	71.368	150.056	136.833
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS	112.060	71.368	150.056	136.833
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A				
Acionistas			112.060	71.368
Participação dos não controladores			37.996	65.465
			150.056	136.833

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.060	71.368	184.165	164.449
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(166.983)	(115.855)	(6.614)	(11.385)
Depreciações e amortizações	2.711	3.011	4.318	4.133
Provisão para contingências, líquida	34	(1.018)	11.654	(1.533)
Provisão para garantias, líquida	-	-	4.406	17.272
Provisão para distratos, líquida	-	-	27.087	(6.139)
Provisão para participação nos resultados	7.001	3.818	8.036	4.646
Juros provisionados	(20.682)	(27.702)	(5.143)	(22.573)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	(1.420)	4.942	(173.603)	(105.357)
Imóveis a comercializar	5.406	6.669	(103.509)	67.828
Demais contas a receber	7.514	(11.023)	4.377	(15.791)
Fornecedores	35	(995)	(10.492)	(10.384)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	161	28.279	(19.119)
Adiantamentos de clientes	(255)	(138)	(50.479)	130.790
Demais passivos	7.688	16.304	22.915	(20.606)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(46.892)	(50.458)	(54.603)	176.231
Juros pagos	(7.252)	-	(53.141)	(30.944)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(29.842)	(25.792)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(54.144)	(50.458)	(137.586)	119.495
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	242.495	(56.836)	304.239	(6.208)
Aquisição (baixas) de bens do ativo imobilizado e intangível	(4.133)	(4.425)	(8.282)	(4.755)
Aumento (redução) dos investimentos	(133.424)	78.569	(79.496)	(42.887)
Dividendos recebidos	154.614	108.812	-	-
Aumento (redução) de adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades investidas	(42.983)	(52.685)	(11.057)	(636)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	216.569	73.435	205.404	(54.486)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
De terceiros:				
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	97.817	-	440.401	198.550
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(240.248)	(124.789)
	97.817	-	200.153	73.761
De acionistas/partes relacionadas:				
Ingresso (pagamento) de partes relacionadas, líquido	5.300	58.400	39.889	(25.225)
Dividendos pagos	(115.000)	(81.416)	(115.000)	(81.416)
Redução de capital	(150.000)	-	(150.000)	-
Lucros distribuídos e redução de capital a acionistas não controladores	-	-	(42.429)	(28.569)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(161.883)	(23.016)	(67.387)	(61.449)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	542	(39)	431	3.560
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	99	138	5.140	1.580
No final do exercício	641	99	5.571	5.140

continuação

preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente), e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular / CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, o qual assevera que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC em contratos nos quais se enquadram os principais contratos de venda do Grupo. Nesse sentido, em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esclarecendo o entendimento da CVM constante no referido Ofício Circular. A partir das referidas orientações, o reconhecimento de receita vem sendo realizado de forma consistente na elaboração das demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia em exercícios subsequentes, conforme descrito em detalhes na nota 2.14 (a). As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa futura, considera ser suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, não havendo nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes, aplicáveis na elaboração de demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, tendo sua divulgação sido aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 11 de março de 2026. 2.2. Consolidação: 2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas: Os investimentos em sociedades controladas e os fundos exclusivos em títulos e valores mobiliários são consolidados. Transações entre a Companhia e as controladas e entre estas, bem como os saldos e ganhos não realizados nessas transações, são eliminados. As práticas contábeis das controladas são alteradas e suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados, com as práticas adotadas pela Companhia. A Companhia mantém participação em coligadas e em sociedades nas quais a Companhia não exerce a atividade preponderante para definição de controle. A Companhia apresenta suas participações em não controladas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. a) Procedimentos de consolidação: Os principais procedimentos de consolidação foram: • Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas e companhia consolidadas; • Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhia consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas entre as empresas e companhia consolidadas. A descrição das entidades controladas e informações correlatas estão divulgadas na nota 8. 2.3. Moeda funcional: As empresas do Grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. 2.5. Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação: A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais do fluxo de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. 2.5.2 Reconhecimento e mensuração: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesa no resultado. 2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros: A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Para o cálculo da provisão para distratos, a Companhia incorpora a previsão de distratos futuros (esperados para os próximos 12 meses), levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, conforme detalhamos a seguir na nota 3.1. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.5.4 Classificação dos instrumentos financeiros: Abaixo demonstramos a classificação dos ativos e passivos:

Ativo/passivo financeiro	Classificação pelo CPC 48
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Demais contas a receber	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	Custo amortizado
Contas a pagar (partes relacionadas)	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado

2.6. Contas a receber: A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nestes casos, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas, deduzidas das parcelas recebidas de cada contrato. Caso o montante das parcelas recebidas de cada contrato seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como “adiantamento de clientes”, no passivo. As contas a receber de clientes correspondem, portanto, aos valores a receber das atividades de incorporação imobiliária e loteamento urbano. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, assim, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment* de ativos financeiros (nota 2.5.3). Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais, no caso de vendas financiadas pelo Grupo aos clientes, passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante. A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante. 2.7. Imóveis a comercializar: Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende o custo de aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. Os terrenos destinados à venda são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual e a possibilidade da venda esteja dentro de um ano a partir da data de classificação. Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor de venda, líquido dos custos de alienação (valor recuperável). 2.8. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos. 2.9. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo em construção), ou na demonstração do resultado. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. 2.10. Provisões: Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. A Companhia adota o regime de tributação pelo Lucro Real. As sociedades controladas, que possuem como atividade a incorporação imobiliária, adotam o sistema de tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e o Programa de Integração Social – PIS sobre as receitas). Determinadas controladas que realizam operação de loteamento urbano, adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido. 2.12. Benefícios a funcionários e dirigentes: A Companhia e suas sociedades controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós sua saída da companhia. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo do exercício, a medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostrem que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança. Também é oferecido plano de remuneração com base em ações, o qual está previsto para ser liquidado com ações da própria controladora. 2.13. Capital social: Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de imposto, dos contratos de venda com evidências objetivas que poderão vir a ser distratados, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de transações entre empresas do Grupo. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: a) Receita de venda de incorporação imobiliária: Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pela CVM (nota 2.1), segundo os quais os seguintes procedimentos foram adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção: (i) O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente as unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado (nota 2.7). (ii) É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), atualizada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. (iii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do INCC, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável a cada um dos contratos. (iv) O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador. (v) O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço da venda. (vi) Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a administração toma conhecimento das circunstâncias que originam a revisão. (vii) Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva, constante em seu memorial de incorporação, são classificados como adiantamento de clientes. Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, e instalação do condomínio, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do IPCA e passam a incidir juros de 12% a.a., apropriados de forma “*pro rata temporis*”. Após essa fase, para as vendas com financiamento direto, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas. b) Receita de venda de loteamento imobiliário: As vendas de lotes urbanizados também obedecem ao critério do POC, como acima descrito no item 2.14 (a). c) Receita de serviços: A controladora presta serviços de administração de obra para determinadas controladas, controladas em conjunto e coligadas. A receita remanescente na demonstração do resultado consolidada corresponde a serviços prestados a controladas em conjunto e a coligadas. d) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Sobre as contas a receber de financiamento direto, após a conclusão da unidade, passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira. 2.15. Distribuição de dividendos: A obrigação relacionada a distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16. Reserva de lucros: A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A Reserva de retenção de lucros, corresponde a proposta da Administração refletida em orçamento de capital a ser encaminhado para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, em conjunto com as demonstrações financeiras, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social e pela Lei das Sociedades por Ações. 2.17. Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. 2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.19. Apresentação de informações por segmento: A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões. A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração a atividade da operação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantém contato regular para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento. 2.20. Normas e interpretações novas e alteradas em vigor no período corrente: - Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48 e CPC 40): Contratos de eletricidade relacionados à natureza. - Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48 e CPC 40): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Controladora e suas controladas. 2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e será aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva. A norma introduz categorias obrigatórias para apresentação de receitas e despesas (operacional, investimento, financiamento, impostos sobre a renda e operações descontinuadas), novos subtotais na demonstração do resultado, requisitos de agregação/desagregação e divulgações de medidas de desempenho definidas pela administração. Há ainda alterações correlatas ao IAS 7 (CPC 03 (R2)), incluindo o início do método indireto pelo lucro ou prejuízo operacional e a eliminação da opcionalidade de classificação dos fluxos de juros e dividendos. No Brasil, a adoção ocorrerá via CPC 51. A Companhia e suas controladas vêm se planejando para a adoção obrigatória a partir de 2027, incluindo (i) revisão das demonstrações financeiras primárias, (ii) mapeamento das novas categorias, (iii) definição de medidas de desempenho definidas pela Administração; e (iv) ajustes de processos e sistemas. Com base na avaliação preliminar, os impactos esperados concentram-se em apresentação e divulgação, incluindo: (i) reclassificações específicas para a categoria de investimento e financiamento; (ii) realocação das variações monetárias conforme a natureza dos itens; (iii) reclassificação de juros recebidos e pagos na demonstração dos fluxos de caixa; e (iv) divulgação de determinados índices financeiros apurados com base em cifras integrantes da demonstração do resultado da Companhia, como o EBITDA, em nota explicativa às demonstrações financeiras. Até a presente data, não se identificam efeitos materiais além da forma de divulgação. Não há outras novas normas CPC/IFRS ou interpretações OCPC/ICPC/IFRIC ou normas CVM que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeira da Companhia. 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir: 3.1. Estimativas contábeis da Companhia: a) Reconhecimento de receita: A Companhia e suas controladas usam o método POC (*percentage of completion*) para apropriar as receitas de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária, loteamento urbano e na prestação de serviço. O uso desse método requer que se estime os custos a serem incorridos até o término da construção, constituição do condomínio e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, e os revise a cada data de preparação de seus relatórios de informações financeiras, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definindo assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida. *Impairment* de contas a receber e provisão para distratos: As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou, em alguns casos, efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando se observa deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos são objeto de cancelamento (“distratos”), motivo pelo qual uma provisão pode ser necessária para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que: (i) por ocasião do reconhecimento da receita: a Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de 100% de seus contratos e, para aqueles que apresentam evidências objetivas de *impairment*, reconhece a provisão para distratos, afetando as rubricas (i) no resultado de Receita, Custo das vendas realizadas; (ii) no ativo de Contas a receber de clientes e Estoques; e (iii) no passivo, de provisão para distratos(na rubrica de Provisões), correspondente ao eventual passivo financeiro devido para devolução de parcela dos valores recebidos; e (ii) sobre o ativo financeiro registrado por ocasião do reconhecimento da receita: uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de *impairment* por ocasião do reconhecimento da receita, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica no resultado de “Despesas operacionais” e no ativo de “Contas a receber de clientes”. b) Provisões: A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária, direito do consumidor, dentre outras. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as sociedades controladas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições: (i) social sobre o faturamento; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e (iii) ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na legislação tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos. c) Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar: No mínimo ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e contas correntes	641	99	4.972	3.787
Aplicações financeiras (i)	-	-	599	1.353
	641	99	5.571	5.140

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s), remunerados à taxa média de 97% em variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,23% em variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de depósito bancário - CDB (i)	6	37.043	6	37.043
Fundos de investimento (ii)	-	-	175.160	403.698
Fundo exclusivo (ii)	39.954	239.101	-	-
Títulos do Tesouro Nacional (iii)	-	16.907	41	18.930
Outros títulos e valores mobiliários	15.735	-	15.735	-
	55.695	293.051	190.942	459.671
Circulante	3.831	238.479	175.166	457.647
Não circulante	51.864	54.572	15.776	2.024

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s), remunerados à taxa média de 100,27% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2025 e (em 31 de dezembro de 2024 – remunerados à taxa média de 100,63%). (ii) Referem-se aos seguintes Fundos exclusivos: a) Fundo Melk Blue RF CP FI de renda fixa com crédito privado que possui liquidez diária e baixo risco de crédito. Sua carteira é composto por investimentos em outros fundos, os quais possuem exposição em títulos públicos pós-fixados atrelados à Selic (cerca de 75%), e em títulos privados (cerca de 25% da carteira). A parcela de ativos de crédito privado é composta apenas por títulos emitidos por instituições financeiras de baixo risco de crédito (como Letras Financeiras de grandes bancos), havendo diversificação entre os emissores selecionados. O fundo não opera ativamente com risco de mercado e não permite alavancagem. Em 31 de dezembro de 2025, o fundo acumulou rentabilidade de 100,27% do CDI e, em 31 de dezembro de 2024, 102% do CDI. (iii) Aplicação em títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC. A controladora e determinadas sociedades controladas aplicam parcela de seus recursos no Fundo Melk Blue RF CP FI, Fundo Volpi Mortage 1 FI e IMOB RS Fundo de Investimento, os quais também são apresentados de forma consolidada. A gestão de tesouraria do Grupo, que inclui a gestão dos Fundos exclusivos, leva em consideração o fluxo de caixa das atividades da Companhia e de suas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferiores a 90 dias no momento em que são efetuadas, motivo pelo qual essas aplicações não foram classificadas na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentados na rubrica “Atividades de investimento” como parte das variações do capital circulante. As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e a carteira dos Fundos Exclusivos a valor de mercado, sendo as variações registradas no resultado na rubrica “Receitas financeiras”.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em repasse bancário	-	-	118.107	191.257
Financiamento próprio	-	-	285.610	237.265
Provisão para distratos (nota 12)	-	-	(30.043)	(20.854)
(a) Empreendimentos concluídos	-	-	373.674	407.668
Receita apropriada	-	-	1.998.080	1.695.181
Parcelas recebidas	-	-	(1.248.439)	(1.178.475)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (nota 11)	-	-	172.522	190.775
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	922.163	707.481
Provisão para distratos (nota 12)	-	-	(19.992)	(11.702)
Ajuste a valor presente	-	-	(46.882)	(32.885)
(b) Empreendimentos em construção	-	-	855.289	662.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e IFRS 9 (nota 12)	-	-	(41.423)	(20.558)
Total do contas a receber pela venda de imóveis (concluídos e em construção)	-	-	1.187.540	1.050.004
Outras contas a receber	1.639	219	83.735	74.756
Contas a receber apropriadas	1.639	219	1.271.275	1.124.760
Circulante	1.639	-	754.784	705.111
Não circulante	-	219	516.491	419.649

As contas a receber dos empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção estão deduzidos do ajuste a valor presente, a taxa de 7,83% (6,94% em 31 de dezembro 2024). A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, pode ser demonstrada conforme segue, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas	-	-	96.730	67.071
A vencer:				
2025	-	219	-	712.124
2026	1.639	-	814.291	528.089
2027	-	-	518.739	324.385
2028	-	-	283.730	83.373
2029 em diante	-	-	538.969	283.202
	1.639	219	2.252.459	1.998.244
Contas a receber apropriado	1.639	219	1.153.357	945.226
Contas a receber a apropriar	-	-	1.099.102	1.053.018

As contas a receber apropriadas estão líquidas das parcelas classificadas em adiantamentos de clientes. Adicionalmente, não considera os efeitos da provisão para distratos e de ajuste a valor presente. Os valores referentes a “receita apropriada” e “parcelas recebidas”, anteriormente demonstradas, consideram as operações de terrenos obtidos em permuta por unidades imobiliárias dos empreendimentos. A análise do saldo contábil vencido de contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas:				
Até três meses	-	-	23.378	13.061
De três a seis meses	-	-	10.905	2.316
Acima de seis meses	-	-	40.542	26.071
Imóveis concluídos	-	-	74.825	41.448
Vencidas:				
Até três meses	-	-	12.437	19.141
De três a seis meses	-	-	5.444	2.587
Acima de seis meses	-	-	4.024	3.894
Imóveis em construção	-	-	21.905	25.622
	-	-	96.730	67.070

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR: Representado pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção), como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	1.610	74	6.566	6.963
Terrenos	7.427	14.369	194.026	179.792
Imóveis em construção (i)	-	-	538.334	451.804
Imóveis concluídos (i)	-	-	224.064	214.313
Imóveis para revenda (ii)	-	-	27.469	19.186
	9.037	14.443	990.459	872.058
Provisão para ajuste ao valor de mercado	-	-	(12.708)	(15.368)
	9.037	14.443	977.751	856.690
Circulante	1.610	74	798.024	777.411
Não circulante	7.427	14.369	179.727	79.279

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de imóveis em construção e concluídos incluem o valor estimado das unidades a serem distratadas, no total de R$77.192 (31 de dezembro de 2024, no total de R$48.383). Estas unidades somente estarão disponíveis a venda após a efetivação do cancelamento da venda (distrato). (ii) Imóveis recebidos em forma de pasgamento de vendas realizadas. A companhia possui 25 empreendimentos em construção em 2025 (28 empreendimentos em 2024) e 37 terrenos em estoques para futuros empreendimentos em 2025 (37 terrenos em 2024). A movimentação dos encargos financeiros incorridos, originários de operações de compra a prazo de terrenos e financiamento bancário, apropriados ao custo durante o período de construção, pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo nos estoques no início do exercício	19.905	20.347
Encargos financeiros incorridos no exercício	45.912	32.256
Apropriação dos encargos financeiros ao custo das vendas	(48.678)	(32.698)
Saldo nos estoques no fim do exercício	17.139	19.905

8. INVESTIMENTOS: As principais informações das participações societárias estão resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em sociedades controladas	663.055	622.258	-	-
Em sociedades não controladas	178.727	71.808	189.731	77.657
	841.782	694.066	189.731	77.657
Provisão para perdas em sociedades controladas	(23.406)	(47.383)	-	-
	(23.406)	(47.383)	-	-
Total dos investimentos	818.376	646.683	189.731	77.657

a) A movimentação dos investimentos da controladora em sociedades controladas e não controladas pode ser assim apresentada:

	Sociedades controladas	Sociedades não controladas	Provisão para perdas em sociedades controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	731.437	18.400	(31.629)
Subscrição (redução de capital)	(120.443)	-	-
Aquisição/baixa de participação societária	-	41.874	-
Lucros recebidos	(108.811)	-	-
Equivalência patrimonial	104.321	11.534	-
Reclassificação	15.754	-	(15.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	622.258	71.808	(47.383)
Subscrição (redução de capital)	52.116	-	-
Aportes	-	11.387	-
Aquisição/baixa de participação societária (a)	-	95.821	-
Lucros recebidos	(151.164)	(3.450)	-
Equivalência patrimonial	163.822	3.161	-
Reclassificação	(23.977)	-	23.977
Saldo em 31 de dezembro de 2025	663.055	178.727	(23.406)

(iii) O saldo refere-se à: a) aquisição de 25% das quotas da empresa Even SP 105 Empreendimentos Imobiliários Ltda., desenvolvedora do projeto Casa Madalena, em São Paulo, pelo valor de R$49.038; considerando a participação adquirida no empreendimento na data-base de R$22.213, a transação gerou um ágio de R$26.825, que será amortizado durante o projeto, pelo critério de percentual de obra concluída (POC), multiplicado pelas vendas do período (FIT). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R$25.899, apresentado na rubrica ‘contas a pagar por aquisição de sociedade’, no passivo circulante e não circulante, e; b) aquisição de participação de 13,58% da SCP LK Balthazar da Veiga Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. no montante pago de R$49.969, com o objetivo a finalidade de aquisição de determinados terrenos estratégicos na cidade de São Paulo para lançamento futuro de empreendimento de altíssimo padrão, não há saldos a pagar em gerados por esta operação. A movimentação dos investimentos diretos e indiretos da controladora em sociedades não controladas pode ser assim apresentada:

	Investimento direto	Investimento indireto	Total em sociedades não controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.400	4.985	23.386
Aquisição/baixa de participação societária	41.874	1.013	42.887
Equivalência patrimonial	11.534	(149)	11.385
Saldo em 31 de dezembro de 2024	71.808	5.849	77.658
Aquisição/baixa de participação societária	95.821	1.702	97.523
Aportes	11.387	-	11.387
Lucros recebidos	(3.450)	-	(3.450)
Equivalência patrimonial	3.161	3.453	6.614
Saldo em 31 de dezembro de 2025	178.727	11.004	189.731

continua

continuação

b) Principais informações das participações societárias em controladas:

Empresa	Participação (%) 2025	2024	Valor da Participação 2025	2024	Equivalência 2025	2024	Lucro (Prejuízo) Líquido 2025	2024	Patrimônio líquido 2025	2024
Melnick Even Apus Empreendimento Imobiliário Ltda.	86%	86%	3.738	4.126	(388)	2.992	(453)	3.495	4.367	4.820
SPE Melnick Marcilio Dias Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	7.139	14.575	6.425	1.265	6.425	1.265	7.139	14.575
Melnick Even Urucum Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	1.122	2.556	690	1.897	690	1.897	1.122	2.556
Melnick Even Andiroba Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	27.303	22.307	2.596	(4.607)	2.596	(4.607)	27.303	22.307
Melnick Even Jaborandi Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(2.653)	(1.330)	(822)	911	(822)	911	(2.653)	(1.330)
Melnick Even Cambuí Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	1.964	1.837	127	(276)	127	(276)	1.964	1.837
Melnick Even Guaritá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.183	10.766	(83)	1.107	(83)	1.107	11.183	10.766
Melnick Even Aurora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.293	943	390	991	390	991	1.293	943
Prion Participações S.A.	100%	100%	(8.351)	(27.355)	(11.527)	(12.531)	(11.527)	(12.531)	(8.351)	(27.355)
Melnick Even Aquarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	13.526	7.243	6.533	1.301	6.533	1.301	13.526	7.243
Melnick Even Lynx Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	4.884	2.303	3.148	3.126	3.148	3.126	4.884	2.303
Melnick Even Scorpius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	6.660	9.960	1.360	(42)	1.360	(42)	6.660	9.960
Melnick Arcádia Urbanizadora S.A.	50%	50%	52.671	64.828	11.350	26.425	22.700	52.850	105.342	130.087
Melnick Even Cepheus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.952	2.439	(354)	(187)	(354)	(187)	1.952	2.439
Melnick Even Octans Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	11.537	2.309	9.228	6.105	9.228	6.105	11.537	2.309
Melnick Even Pavo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	6.678	6.548	181	2.961	181	2.961	6.678	6.548
Melnick Aries Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	5.474	7.014	(2.740)	(293)	(2.740)	(293)	5.474	7.014
Melnick Even Safira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.302	7.250	1.112	636	1.112	636	7.302	7.250
Canoas Coral Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.667	4.431	2.633	(716)	2.633	(716)	5.667	4.431
Melnick Even Diamante Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.901	5.460	-	(25)	-	(25)	5.901	5.460
Melnick Even Berilo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.513	5.497	957	1.814	957	1.814	4.513	5.497
Melnick Even Jaspe Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.161	1.368	193	237	193	237	1.161	1.368
Melnick Even Madrepérola Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	783	876	(94)	(31)	(94)	(31)	783	876
Melnick Even Marmore Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.436	5.915	(929)	2.933	(929)	2.933	4.436	5.915
Melnick Even Peridoto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.127	1.334	4.593	(649)	4.593	(649)	4.127	1.334
Melnick Even Opala Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	9.517	8.640	1.395	1.827	1.395	1.827	9.517	8.640
Melnick Even Figueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.071	2.984	376	744	376	744	3.071	2.984
Melnick Even Castanheira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	13.971	20.133	(6.163)	(4.790)	(6.163)	(4.790)	13.971	20.133
Melnick Even Acácia Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	16.750	15.099	2.341	5.503	2.341	5.503	16.750	15.099
Melnick Even Ipê Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	37.787	34.843	2.944	4.089	2.944	4.089	37.787	34.843
Melnick Even Angico Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.661	4.839	950	1.515	950	1.515	4.661	4.839
Melnick Even Urbanizadora Ltda.	60%	60%	78.001	83.869	4.816	2.853	4.816	2.853	78.001	83.869
Melnick Even Pinheiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.582	5.046	(463)	(355)	(463)	(355)	4.582	5.046
Melnick Even Mangueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.298	2.299	(1)	(2.444)	(1)	(2.444)	2.298	2.299
Melnick Even Pinus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.503	3.272	232	262	232	262	3.503	3.272
Melnick Even Parreira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.245	1.354	681	395	681	395	1.245	1.354
Melnick Even Ingá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	882	901	(19)	50	(19)	50	882	901
Melnick Even Platano Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	15.427	5.879	3.312	(3.856)	3.312	(3.856)	15.427	5.879
Melnick Even Carvalho Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.165	4.573	882	1.382	882	1.382	4.165	4.573
Melnick Even Limoeiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	35.947	36.600	3.563	(147)	3.563	(147)	35.947	36.600
Melnick Even Cedro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	43.364	54.650	8.347	9.963	8.347	9.963	43.364	54.650
Melnick Even Coqueiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	30.952	39.951	8.069	14.358	8.069	14.358	30.952	39.951
Themis Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.443	20.132	17.452	9.607	17.452	9.607	8.443	20.132
Melnick Leo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	24.450	13.601	8.151	3.799	8.151	3.799	24.450	13.601
Apolo Empreendimento Imobiliário Ltda.	65%	65%	10.247	9.212	7.047	5.712	10.842	8.787	15.765	14.172
Athena Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	5.563	5.613	-	3	-	3	5.563	5.613
Melnick Hercules Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	20.345	14.105	29.647	10.663	29.647	10.663	20.345	14.105
MEGC Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.346	5.346	(1)	-	(1)	-	5.346	5.346
Melnick Even Gemini Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	28.511	12.934	17.209	9.805	17.209	9.805	28.511	12.934
Melnick Even Jequitibá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(753)	1.711	(2.465)	1.329	(2.465)	1.329	(753)	1.711
Melnick Even Angelim Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.857	1.439	(1)	(27)	(1)	(27)	1.857	1.439
Melnick Even Cajueiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	726	850	(124)	(123)	(124)	(123)	726	850
Otto Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda.	100%	100%	(616)	(1.278)	(969)	(1.303)	(969)	(1.303)	(616)	(1.278)
Melnick Even Honoré Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(1.678)	(1.196)	(482)	793	(482)	793	(1.678)	(1.196)
Melnick Even Sagittarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	(987)	(7.799)	6.612	(1.903)	6.612	(1.903)	(987)	(7.799)
Melnick Barcelona Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	631	3.671	6.024	6.365	6.024	6.365	631	3.671
Afrodite Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	5.921	2.469	3.452	1.500	3.452	1.500	5.921	2.469
Melnick Nova York Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.688	1.957	3.578	1.815	3.578	1.815	11.688	1.957
Melnick Kopstein Felipe Camarão Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	50%	3.453	1.714	769	1.737	1.538	3.474	6.905	3.428
Melnick Lisboa Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.087	(547)	(337)	(547)	(337)	(547)	1.087	(547)
Melnick Even Delphinus Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	13.855	(2.770)	4.411	(2.770)	4.411	(2.770)	13.855	(2.770)
Melnick Chamaeleon Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	13.690	330	2.185	(737)	2.185	(737)	13.690	330
Melnick Berlim Empreendimento Imobiliário SPE Ltda..	100%	100%	1.481	-	1.132	-	1.132	-	1.481	-
Ponta da Figueira Empreendimentos Imobiliários S.A.	25%	25%	1.075	453	622	(245)	2.488	(980)	4.299	1.811
Melnick Even Granada Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	763	(164)	339	535	339	535	763	(164)
Melnick Even Laranjeira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(606)	20	(626)	-	(626)	-	(606)	20
Melnick Even Negócios Imobiliários Ltda.	100%	100%	(1.088)	129	(1.218)	136	(1.218)	136	(1.088)	129
Melnick Viena Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(2.237)	-	(2.284)	-	(2.284)	-	(2.237)	-
Eixo-M Engenharia Ltda.	100%	100%	(3.150)	(3.126)	(1.391)	(1.689)	(1.391)	(1.689)	(3.150)	(3.126)
Outras investidas controladas (i)			5.499	7.937	(751)	(6.827)	(763)	(6.882)	40.878	44.713
Em sociedades controladas			639.649	574.875	163.822	104.321	181.525	135.271	740.522	685.637
Even SP 105 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25%	0%	49.969	-	931	-	13.729	-	99.938	-
LK Balthazar da Veiga Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	13,5%	0%	49.947	-	-	-	-	-	293.809	-
Pátio Altos da Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE	50%	50%	42.252	42.299	(47)	(15)	(94)	(31)	84.505	84.599
SPE Empreendimento Iguassu	50%	50%	18.063	10.592	5.353	5.490	10.705	10.980	36.127	21.184
Outras investidas não controladas	-	-	18.496	18.917	(3.076)	6.059	(6.769)	17.106	40.005	40.610
Em sociedades não controladas			178.727	71.808	3.161	11.534	17.571	28.055	554.383	146.392
			818.376	646.683	166.983	115.855	199.096	163.326	1.294.905	832.029
Investimentos			841.782	694.066						
Provisão para perdas em sociedades controladas			(23.406)	(47.383)						
Total			818.376	646.683						

(i) Investidas cujo saldo individual de cada investimento representa menos do que 0,1% (0,1% em 31 de dezembro de 2024) do saldo total.

9. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS: São compromissos assumidos na compra de terrenos, objeto das incorporações imobiliárias, como assim demonstrados:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar em moeda corrente, sujeitas a:		
Variação do INCC - permuta financeira	150.288	134.379
Variação do INCC	69.096	56.726
	219.384	191.105
Circulante	99.695	87.708
Não circulante	119.689	103.397

O saldo a pagar das operações de permuta financeira é incialmente estabelecido com base em percentual fixado contratualmente sobre a estimativa do valor das vendas das unidades do empreendimento e ajustado ao efetivo valor a ser liquidado na medida em que ocorrem as vendas das unidades do empreendimento realizado no terreno. O pagamento é realizado por ocasião do recebimento das vendas das referidas unidades, estando sujeitas a variação da estimativa de preço e o valor efetivo das vendas, bem como do INCC entre a data da venda até a conclusão da construção do empreendimento.
A movimentação das contas a pagar por aquisição de imóveis pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	191.105	210.224
Aquisições ocorridas	233.389	146.327
Atualização do principal	7.817	4.342
Pagamento do principal	(212.927)	(169.788)
Saldo final	219.384	191.105

Os montantes têm a seguinte composição, por ano previsto para pagamento:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
2025	-	87.708
2026	99.695	25.349
2027	22.251	18.311
2028	23.176	10.792
2029 em diante	74.262	48.945
	219.384	191.105

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Poupança + 2,55% a 4,57% a.a.	-	-	436.889	352.821
TR (Taxa Referencial) + 6,90% a 8,75% a.a.	-	-	5.165	2.038
Crédito imobiliário	-	-	442.054	354.859
Crédito de recebíveis imobiliários - CRI (i)	99.106	-	99.106	-
IPCA + 12% a.a. (desconto de recebíveis) e demais operações de crédito.	-	-	63.317	5.474
	99.106	-	604.477	360.333
Circulante	1.289	-	95.459	125.530
Não circulantes	97.817	-	509.018	234.803

(i) Emissão de 100.000 notas comerciais escriturais, sem garantia real ou fidejussória, em série única, vinculadas à operação de securitização de créditos imobiliários ("Operação de securitização") com valor unitário de R$ 1, na data de emissão, 18 de maio de 2025, totalizando R$ 100.000 e com prazo de vencimento de aproximadamente 3 (três) anos. A operação do CRI é atualizada por 101% do CDI a.a. O valor é apresentado líquido das custas relacionadas a emissão, cuja apropriação se dar-se-à conforme taxa efetiva da operação, durante o prazo relacionado. Em 31 de dezembro de 2025, as saldo das custas totalizavam R$ 1.974. Cláusulas restritivas contratuais (*covenants*) - Crédito de recebível imobiliário - CRI - Os contratos de operações de crédito imobiliário possuem cláusulas restritivas que podem impactar a liberação dos recursos pelas instituições financeiras, verificáveis trimestralmente, tais como: (i) aplicação dos recursos no objeto do contrato; (ii) registro de hipoteca do empreendimento; (iii) cumprimento de cronograma das obras e outros. O CRI apresenta as seguintes cláusulas restritivas: (i) a razão entre: (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,50 (cinquenta centésimos); e (ii) a razão entre: (A) a soma de Total de Recebíveis, Imóveis a Comercializar e Receitas a Apropriar; (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos a Incorrer; deverá ser sempre igual ou maior que 2,0 (dois inteiros) ou menor que 0 (zero). A divida líquida exclui os saldos de empréstimos com créditos imobiliários com o SFH e FGTS. - Operações de crédito imobiliário - Os contratos de operações de crédito imobiliário possuem cláusulas restritivas que podem impactar a liberação dos recursos pelas instituições financeiras, verificáveis trimestralmente, tais como: (i) aplicação dos recursos no objeto do contrato; (ii) registro de hipoteca do empreendimento; (iii) cumprimento de cronograma das obras e outros. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas nos termos contratados. Em 31 de dezembro de 2025, todos os compromissos assumidos relacionadas as cláusulas restritivas contratuais (covenants) acima descritos vêm sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas nos termos contratados. Garantias e avais: Os empréstimos e financiamentos são garantidos por imóveis destinados a venda concluídos e em construção (nota 7), no montante de R$411.788 (R$326.846 saldo em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-	360.333	285.259
Crédito imobiliário	-	-	309.058	198.550
Crédito de recebíveis imobiliários - CRI	97.818	-	97.818	-
Adiantamento de recebíveis	-	-	76.205	-
Juros apropriados	8.540	-	54.452	32.257
Pagamento de principal	-	-	(240.248)	(124.789)
Pagamento de juros	(7.252)	-	(53.141)	(30.944)
Saldo final	99.106	-	604.477	360.333

Composição por ano de vencimento:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
2025	-	-	-	125.530
2026	1.290	-	95.459	105.372
2027	48.908	-	339.936	117.410
2028	48.908	-	166.863	12.021
2029 em diante	-	-	2.219	-
	99.106	-	604.477	360.333

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Os adiantamentos de clientes estão assim demonstrados:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Contratos de permuta	-	-	449.043	456.211
Receita apropriada	-	-	(263.361)	(270.256)
Permutas a apropriar (i)	-	-	185.682	185.955
Valores recebidos por adiantamento de clientes (ii) (nota 6)	-	-	172.522	190.775
Valores recebidos de adiantamentos de contratos	288	543	14.396	68.391
	288	543	372.600	445.121
Circulante	288	543	237.745	289.082
Não circulante	-	-	134.855	156.039

(i) Corresponde ao saldo da receita a apropriar das unidades em construção a serem dadas em permuta pelos terrenos onde estão sendo desenvolvidos os empreendimentos imobiliários. Os critérios de apropriação são os mesmos aplicados para o resultado de incorporação imobiliária em seu todo. Em garantia da entrega das unidades, objeto da permuta, foi firmado termo de confissão de dívida, garantido por fiança bancária. (ii) Quando as parcelas recebidas excedem a receita apropriada, a diferença é classificada como adiantamento de clientes.

12. PROVISÕES

	Controladora: Participação nos resultados e bônus (i) (b)	Riscos trabalhista, cíveis e tributários (c)	Total
Em 31 de dezembro de 2023	4.737	6.281	11.018
Provisão (reversão) constituída, líquida	3.818	(1.018)	2.800
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	(146)	(146)
Pagamento de bônus e PLR	(2.053)	-	(2.053)
Em 31 de dezembro de 2024	6.502	5.117	11.619
Provisão (reversão) constituída, líquida	7.001	34	7.035
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	(484)	(484)
Pagamento de bônus e PLR	(1.556)	-	(1.556)
Em 31 de dezembro de 2025	11.947	4.667	16.614
Circulante		11.947	
Não circulante		4.667	

	Consolidado: Garantias (a)	Participação nos resultados e bônus (i) (b)	Riscos trabalhistas, cíveis e tributários (c)	Provisão para distratos (d)	Total
Em 31 de dezembro de 2023	37.073	6.311	25.160	24.006	92.550
Provisão (reversão) constituída, líquida	2.759	4.646	(1.532)	(6.139)	14.247
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(4.769)	-	(4.769)
Pagamento de bônus e PLR	-	(3.129)	-	-	(3.129)
Em 31 de dezembro de 2024	39.832	7.828	18.859	17.867	84.386
Provisão (reversão) constituída, líquida	4.406	8.036	11.654	17.552	41.648
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(4.368)	-	(4.368)
Pagamento de bônus e PLR	-	(2.808)	-	-	(2.808)
Em 31 de dezembro de 2025	44.238	13.056	26.145	35.419	118.858
Circulante					83.648
Não circulante					35.210

(i) O montante provisionado de participação nos resultados e bônus é de R$6.484, sendo R$942 referente aos estatutários e R$5.542 dos demais colaboradores. a) Garantias: O Grupo concede exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações, tomando-se por base a curva de gastos históricos e outras definições da área de engenharia. A constituição da provisão de garantia é registrada nas sociedades controladas ao longo da construção do empreendimento, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega, inicia-se o processo de realização da provisão de acordo com a curva esperada de gastos definida pela área de Engenharia. A efetiva prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controladora e, na data da prestação, reconhecida no resultado na rubrica de "Outras despesas operacionais, líquidas" da controladora e, nas demonstrações financeiras consolidadas, reclassificado para a rubrica de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". b) Participações nos resultados e bônus: O programa de participação nos resultados está fundamentado em metas individuais e do Grupo; o encargo está apresentado na nota 20.c. c) Riscos trabalhistas, tributários e cíveis: c.1 – Trabalhistas: Processos de polo passivo, de forma direta ou indireta, em reclamações trabalhistas, as quais a Administração da Companhia, conforme corroborado pelos assessores jurídicos, classifica como perda provável o montante de R$4.169 (R$4.561 em 31 de dezembro de 2024) e possível o montante de R$6.802 (R$6.592 em 31 de dezembro de 2024), nas contestações apresentadas pelas controladas. c.2 - Processos cíveis: Processos de polo passivo e estão relacionados principalmente a: (i) a rescisão de contrato de Promessa de Compra e Venda de unidades imobiliárias, no qual pleiteiam os respectivos adquirentes a restituição dos valores pagos; e (ii) a devolução dos valores pagos a título de comissão de corretagem. A expectativa da ocorrência de decisões desfavoráveis em parte desses processos e classificadas pela Administração como perdas prováveis corresponde ao montante de R$15.302 (R$9.360 em 31 de dezembro de 2024) e possíveis de R$25.686 (R$41.349 em 31 de dezembro de 2024). c.3 – Outros riscos: Riscos de outros desembolsos considerados prováveis, no montante de R$6.674 (R$4.938 em 31 de dezembro de 2024). d) Provisão para distratos: A Companhia constitui provisão para distratos, tanto para os contratos de venda cujas obras estão concluídas, mas ainda não entregues, quanto para aquelas em andamento. A parcela correspondente a expectativa de recursos a serem devolvidos aos clientes, em decorrência dos distratos é de R$35.419 (31 de dezembro de 2024: R$17.867). O efeito da provisão para distratos em cada uma das linhas do balanço patrimonial pode ser assim demonstrado:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber (nota 6)	(50.035)	(32.556)
PCLD - IFRS 9 (nota 6)	(41.423)	(20.558)
Imóveis a comercializar (nota 7)	77.192	48.383
Constituição de contas a pagar/provisão para distratos	(35.419)	(17.867)
Efeito líquido (i)	(49.685)	(22.598)

(i) O efeito líquido no exercício em dezembro de 2025 apresentou um aumento de 119,86%, em relação ao mesmo período de 2024, tendo como efeito principal a constituição de provisão para distrato PCLD - IFRS 9 de 5 empreendimentos com entregas previstas para os próximos 12 meses, conforme política contábil adotada pela Companhia. Uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de impairment por ocasião do reconhecimento da receita, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas. Como mencionado na Nota 1.1, o desastre ambiental relacionado com as enchentes na região Sul da país não causaram impacto significativo na provisão para distratos.
e) Efeitos das provisões no resultado

	Controladora 01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	Consolidado 01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Provisão de distrato (efeito margem):				
Na receita	-	-	(22.129)	(13.128)
No custo	-	-	13.823	5.663
	-	-	(8.306)	(7.465)
Provisão para distrato (efeito na despesa) (i)	-	-	(18.781)	2.414
Contingência trabalhista e cíveis	(34)	1.018	(11.654)	1.532
	(34)	1.018	(30.435)	3.946
Total dos efeitos das provisões	(34)	1.018	(38.741)	(3.519)

(i) A provisão para distratos constituída no momento do reconhecimento da receita está refletida no lucro bruto, sendo reconhecida nas despesas operacionais apenas a parcela correspondente ao IFRS 9 (PCLD), a qual é revertida por ocasião em que exista evidência objetiva de que os distratos serão efetivados, passando então a afetar diretamente o lucro bruto quando do reconhecimento da receita.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: A Companhia possui as seguintes obrigações a tributar: a) Lucro real: Considerando o atual contexto das operações da controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foi constituído crédito tributário sobre: (i) A totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social; (ii) O saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável; As bases de cálculo em relação aos tópicos acima são como segue:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Créditos de prejuízos fiscais	81.362	55.305	159.894	113.354
Despesas temporariamente não dedutíveis	60.129	45.696	60.859	45.703
	141.491	101.001	220.753	159.057

A Companhia não faz o registro contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os referidos créditos, por não possuir expectativa de lucros tributários na controladora e nas demais empresas que estão no consolidado, cujo regime tributário é o lucro real. b) Lucro presumido e RET: Estão representados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre a diferença entre a receita de incorporação imobiliária apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa das sociedades tributadas com base no lucro presumido ou no RET. A base de cálculo considera as rubricas de "Contas a receber" e "Adiantamento a clientes", no montante de R$1.137.704 (R$937.126 em 31 de dezembro de 2024), sobre os quais aplica-se alíquota que variam entre 1,92% e 3,08%. Apropriação do RET sobre a receita apropriada de acordo com o período de competência

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Em 1º de janeiro	27.206	16.807
Efeito no resultado	6.370	10.399
No final do exercício	33.576	27.206

A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência ocorre em sintonia com a expectativa de realização das contas a receber, como apresentado a seguir:
Expectativa de realização

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Nos próximos 12 (doze) meses	9.084	7.988
Em períodos subsequentes	24.492	19.218
	33.576	27.206

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O capital social integralizado é de R$959.029 (R$1.109.029 em 31 de dezembro de 2024), representados por 206.969.341 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2025 foi aprovada a redução do capital da Companhia em R$ 150.000, por ter sido considerado excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia proporcionalmente às suas participações acionárias, e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, cujo pagamento foi realizado em 28 de março de 2025. b) Ações em tesouraria: O "Programa de Recompra" tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia na B3. No segundo e terceiro trimestre de 2025 foram entregues 1.244.909 ações em tesouraria aos beneficiários do plano de Stock Options ao preço médio de R$5,48 por ação, totalizando R$6.822. O montante em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 é de 752.289 ações, correspondente a R$4.121 (31 de dezembro de 2024: 1.997.198 ações, correspondente a R$10.941.
As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas a seguir:

	Consolidado 31/12/2025 Quantidade	Valor	31/12/2024 Quantidade	Valor
Saldo inicial de ações em tesouraria	1.997.198	10.941	3.550.937	19.453
Entrega a beneficiários do Plano de Stock Options 2021	-	-	(1.553.739)	(8.512)
Entrega a beneficiários do Plano de Stock Options 2022	(1.244.909)	(6.820)	-	-
Saldo final de ações em tesouraria	752.289	4.121	1.997.198	10.941

c) Plano de opção de ações: Os planos de opções ativos em 31 de dezembro de 2025 estão demostrados a seguir:

Plano	Total de ações Outorgadas	Total de ações corrigidas por dividendos	*Fair Value*[1]	Apropriado R$ mil	a propriar R$ mil
ILP 2025 (i)	4.364.223	5.210.968	4,39	22.870	-
ILP 2026 (ii)	174.904	199.535	4,25	564	282
ILP 2027 (iii)	400.141	496.220	4,25	701	1.403
	4.939.268	5.906.723		24.135	1.685

[1] *Fair Value médio*

O resumo da movimentação da apropriação do Plano de ação pode ser assim demonstrado:

	Consolidado Ações	R$ mil
Em 1º de janeiro	6.232.605	22.715
Apropriação do ILP (ação) de 2027	496.220	701
Apropriação dos demais planos de opção, líquido de reversão	422.806	6.443
Concessão de ações aos beneficiários	(1.244.909)	(5.724)
No final do exercício	5.906.722	24.135

Para o Programa de Incentivo de Longo Prazo ("Programa"), aprovado em 09 de agosto de 2022 junto ao Conselho da Administração da Companhia, e de acordo com o Plano de Opção, são elegíveis a participar do Programa os diretores estatutários, não estatutários e colaboradores da Companhia. O pagamento do ILP está condicionado ao percentual de lucro líquido máximo a ser distribuído. Os beneficiários, em termos gerais, apenas farão jus aos lotes de ações após o transcurso do prazo necessário para apuração do lucro líquido do período de exercício, conforme termos do Programa, com o seguinte detalhamento abaixo: (i) Remuneração de longo prazo com exercício em 2025 corresponde atualmente a 5.210.968 opções *outstanding* com um *fair value* de R$4,39 por opção (cálculo *BlackScholes*), totalizando R$22.870 (2024 – R$14.078), que deverão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. (ii) Remuneração de longo prazo com exercício em 2026 corresponde atualmente a 199.535 opções outstanding com um *fair value* de R$4,25 por opção (cálculo BlackScholes), totalizando R$846 (2024 – R$9.023), que deverão ser transferidas aos beneficiários ao longo do exercício de 2027 e após apuração dos resultados do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, conforme definições de cada programa. (iii) Remuneração de longo prazo com exercício em 2027 correspondia a 496.220 opções outstanding com um fair value de R$4,25 por opção (cálculo BlackScholes), totalizando R$2.104, que deverão ser transferidas aos beneficiários ao longo do exercício de 2028 e após a apuração dos resultados do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2027, conforme definições de cada programa. Durante o quarto trimestre de 2025 os beneficiários aprovaram a substituição do plano para recebimento em ações (anteriormente prevista em dinheiro).
Em termos gerais, em caso de desligamento do beneficiário, poderá ser mantido o direito ao exercício das opções, devendo-se observar o quanto estabelecido no respectivo programa de opções e nos contratos celebrados com os beneficiários que estão condicionados a verificação da postura de boa-fé do beneficiário perante a Companhia, seus acionistas, seus negócios e colaboradores, a ser apurado pelo Conselho de Administração da Companhia. O montante total do ILP está contabilizado, a valor justo, como "Plano de opção de ações", apropriado mensalmente até a data de vencimento do plano e são reconhecidos no resultado na rubrica "despesas gerais e administrativas" (nota 16.b). O total constituído no programa até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$30.707 (2024: R$27.018), sendo R$24.135 (2024: R$22.715), optantes por recebimento em ações e R$6.572 (2024: R$ 4.303), optantes por recebimento em dinheiro. Dos optantes por recebimentos em ações, R$20.020 é referente a alta administração e R$4.115 referente aos demais colaboradores (2024: R$19.808 referente a alta administração e R$2.907 referente aos demais colaboradores). d) Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ R$46.192 (2024: R$40.589). e) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros é de R$18.732 (2024: R$22.378), dos quais R$4.121 (2024: R$10.941) está sendo mantida com o objetivo de cobertura das ações em tesouraria adquiridas, citadas no item (b). Adicionalmente, a Administração da Companhia submeterá para aprovação em AGO o montante de R$20.320 (2024: R$27.794) para distribuição aos acionistas, bem como a complementação do saldo de retenção de lucros no montante de R$13.420. f) Dividendos: O Estatuto da Companhia determina que o lucro líquido do exercício, após as deduções legais, destinar-se-á 5% para a constituição de reserva legal e o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25%.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	112.060	71.368
Reserva legal – 5%	(5.603)	(3.568)
Base de cálculo para dividendos	106.457	67.800
Dividendo mínimos obrigatórios - 25%	26.614	16.950
Dividendos intercalares pagos (i)	(73.786)	(40.005)

(i) Em 20 de junho e 01 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$22.206 e R$51.580, respectivamente, que foram pagos em 04 de julho e 29 de dezembro de 2025.

continua

continuação

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovada a proposta da Administração para distribuição do saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$27.794, o qual foi integralmente pago aos acionistas em 04 de junho de 2025. Em 01 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$13.420, à conta de reserva de lucros de exercícios anteriores, que foram pagos em 29 de dezembro de 2025. a) Lucro por ação: I. Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, deduzida das ações em tesouraria (milhares):	204.578	203.495
Resultado do exercício:		
Das operações	112.060	71.368
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	112.060	71.368
Resultado básico por ação		
Das operações	0,548	0,351
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	0,548	0,351

II. Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	112.060	71.368
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas em poder dos acionistas (milhares) (i)	210.485	209.727
Preço médio de mercado da ação ordinária no ano	3,86	3,58
Lucro diluído por ação	0,532	0,340

(i) As quantidades médias ponderadas de ações ordinárias foram adicionadas os valores de Stock options, conforme mencionada na nota 14 (c), totalizando 5.906.723. 15. RECEITA: A reconciliação das vendas e dos serviços prestados para a receita das operações é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita bruta operacional:				
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	1.153.892	1.052.257
Prestação de serviços	31.312	23.945	13.850	14.637
Provisão para distratos	-	-	(22.129)	(13.128)
Deduções da receita bruta	(2.989)	(2.588)	(28.330)	(24.774)
Receita operacional	28.323	21.357	1.117.283	1.028.992

A receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de 8,6%, em relação ao exercício de 2024, tendo como reflexo principal o bom desempenho do evento Meday 2025, realizado no mês de abril e ao lançamento de 7 (sete) empreendimentos. Cabe ressaltar que, no exercício anterior, a receita estava diretamente impactada pelos efeitos das enchentes no RS (nota 1.1). 16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: a) Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados: A rubrica "Obra" compreende o custo com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Terrenos	-	-	(449.129)	(431.632)
Obra (i)	-	-	(303.475)	(291.653)
Incorporação	-	-	(37.994)	(36.513)
Manutenção em garantia	-	-	(6.002)	(5.768)
Gerenciamento de obras	(21.131)	(19.923)	(13.440)	(12.916)
Despesa financeira incorrida (nota 7)	-	-	(48.678)	(32.698)
Provisão (reversão) para distratos	-	-	13.823	5.663
	(21.131)	(19.923)	(844.895)	(805.517)

(i) A rubrica "Obra" compreende o custo com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção. O custo dos imóveis vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de 4,9% em relação ao mesmo exercício de 2024, atribuído, principalmente, ao aumento do volume de operações em 2025, devido à paralisação das obras durante o período das enchentes no RS ocorrido em 2024.

b) Despesas comerciais, gerais e administrativas e remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Benefícios a empregados (nota 16.c)	(22.357)	(21.567)	(28.417)	(26.929)
Remuneração dos administradores (nota 20.c)	(20.150)	(23.083)	(20.150)	(23.083)
Consultorias	(10.519)	(10.341)	(12.876)	(12.286)
Viagens e deslocamentos	(995)	(581)	(1.229)	(649)
Consumos diversos	(10.901)	(7.092)	(13.345)	(8.769)
Bônus	(3.257)	(5.426)	(4.372)	(5.687)
Despesas com vendas	-	-	(61.152)	(57.924)
Despesas com estandes de venda	-	-	(10.020)	(7.715)
	(68.179)	(68.090)	(151.561)	(143.042)
Despesas comerciais	-	-	(71.172)	(65.639)
Despesas gerais e administrativas	(48.029)	(45.007)	(60.239)	(54.320)
Remuneração dos administradores	(20.150)	(23.083)	(20.150)	(23.083)
	(68.179)	(68.090)	(151.561)	(143.042)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 realizamos o lançamento 7 (sete) empreendimentos, ocasionando um impacto principalmente nas despesas de 'Estande de Vendas'.

c) Benefícios a empregados:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Salários	(14.508)	(14.544)	(19.000)	(18.771)
Encargos	(3.844)	(3.448)	(4.588)	(3.909)
Outros benefícios	(4.005)	(3.575)	(4.829)	(4.249)
	(22.357)	(21.567)	(28.417)	(26.929)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Juros	(12)	(7)	(2.316)	(66)
Desconto	-	-	(977)	(5.159)
Despesas bancárias, comissão e fiança	(8.172)	(123)	(4.681)	(1.653)
Operação de Swap (nota 20 (a) (v))	(3.668)	(648)	(3.668)	(648)
	(11.852)	(778)	(11.642)	(7.526)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	20.872	27.702	53.791	54.992
Atualização monetária das contas a receber	-	-	27.873	34.064
Outras receitas financeiras	-	637	-	-
Receitas de mútuo	6.938	8.030	1.424	2.746
Operação de Swap (nota 20 (a) (v))	12.018	2.653	12.018	2.653
	39.828	39.022	95.106	94.455
Resultado financeiro	27.976	38.244	83.464	86.929

Os encargos financeiros incorridos, originários de operações de compra a prazo de terrenos e financiamento bancário, são apropriados ao custo durante o período de construção e sua movimentação está demonstrada na Nota 7 – Estoques, bem como a apropriação ao resultado na Nota 16 (a) – Custo dos imóveis vendidos.

18. OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Despesas manutenção de obras(i)	(21.945)	(13.426)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais (ii)	67	(3.667)	3.695	(18.244)
	(21.878)	(17.093)	3.695	(18.244)

(i) A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controladora e, na data da prestação do serviço, os custos são reconhecidos diretamente no resultado da Companhia como "outras despesas operacionais, líquidas". Nas demonstrações financeiras consolidadas, os gastos efetivamente incorridos são reclassificados de "outras despesas operacionais, líquidas" para o custo das unidades vendidas. (ii) O saldo consolidado acumulado em 31 de dezembro de 2024, contempla, majoritariamente, o efeito da provisão para valor recuperável nos gastos incorridos em prospecção e *landbank* em determinadas sociedades, no montante de R$ 12.090, provisionados é época em decorrência das enchentes no RS. 19. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	112.060	71.368	184.165	164.449
Alíquota nominal - 34%	(38.100)	(24.265)	(62.616)	(55.913)
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	56.774	39.391	2.249	3.871
Efeito sobre adições	(12)	346	(10.348)	1.342
Efeito no resultado de controladas entre a tributação pelo lucro real e a tributação pelo lucro presumido/ regime especial de tributação	-	-	61.748	44.886
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais (i)	(18.662)	(15.472)	(25.142)	(21.802)
	-	-	(34.109)	(27.616)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	(29.842)	(25.792)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	-	-	(4.267)	(1.824)
Total	-	-	(34.109)	(27.616)
Alíquota efetiva			*18,52%*	*16,79%*

(i) A controladora adota o sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários em virtude de nao ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros.

20. PARTES RELACIONADAS: a) Saldos

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento para futuro investimento (i)				
Sociedades controladas	185.460	154.438	-	-
Sociedades controladas em conjunto	12.367	406	12.367	1.310
	197.827	154.844	12.367	1.310
Mútuos com partes relacionadas (ii)				
Sociedades controladas	91.341	49.892	-	-
	91.341	49.892	-	-
Débitos com redução de capital (iii)				
Sociedades controladas	975	32.051	-	-
	975	32.051	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	97	97
Não circulante:				
Partes relacionadas	290.143	236.787	12.464	1.407

(i) Adiantamentos para futuros investimentos - Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em cotas que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de cotas, motivo pelo qual os saldos estão classificados como ativo financeiro no ativo não circulante. (ii) Mútuos com partes relacionadas - Os mútuos imobiliários são destinados principalmente para viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, possuem correção monetária de CDI + 1% a.a., com prazo estabelecido de 12 meses. (iii) Débitos com redução de capital - Os débitos com redução de capital referem-se as movimentações financeiras ainda não ocorridas e com as devidas formalizações dos atos societários correspondentes.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis a pagar	946	2.208	946	2.208
Mútuos com parte relacionadas				
Sociedades controladas	8.240	8.240	-	-
Melnick Even Octans (a)	-	-	30.891	10.000
Outras partes relacionadas (b)	16.935	-	26.108	5.848
Circulante:				
Partes relacionadas	26.121	10.448	57.945	18.056

(a) A sociedade controlada Melnick Even Octans Empreendimento Imobiliário Ltda. firmou contrato com parte relacionada, tendo recebido terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial e comercial, a ser liquidado mediante a entrega de empreendimento comercial integrante do empreendimento. Face ao descasamento de caixa entre os pagamentos requeridos para a construção do empreendimento comercial a ser entregue como forma de pagamento da aquisição do terreno e a velocidade de recebimento dos clientes do empreendimento residencial detido pela Companhia, a parte relacionada efetuou empréstimo de mútuo para a Companhia, o qual será liquidado em até 240 dias contados do habite-se ou quando já tiver sido efetivado o repasse de no mínimo 90% (noventa por cento) das unidades residenciais do empreendimento a parte relacionada, previsto para ocorrer no quarto trimestre de 2027, acrescido de encargos financeiros correspondente a variação do Índice Nacional de Construção Civil–INCC. (b) Refere-se majoriamente a valor recebido para aportes em nova sociedade, com prazo de conclusão legal da operação em março de 2026.

b) Transações com partes relacionadas

Data da transação	Duração	Taxa de juros ou correção	Empresa	Conta no Balanço Patrimonial	Valor da transação	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Transações efetivadas em períodos anteriores, com saldos em aberto							
Desenvolvimento de empreendimento imobiliário – participação no VGV							
21/12/2018	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Coqueiro	Contas a pagar por aquisição de imóveis	29.214	20.580	25.593
10/08/2022	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Octans	Contas a pagar por aquisição de imóveis	62.027	8.246	36.778
Prestações de serviços - Arquitetura							
De Jan a Dez/2025	Indeterminado	SPEs	Custo dos imóveis vendidos		5.023	-	-
Prestação de serviços - Projetos							
De Jan a Dez/2025	Indeterminado	SPEs	Custo dos imóveis vendidos		374	75	-
Aluguel da sede							
De Jan a Dez/2025	Indeterminado	IGP-M	Melnick Desenvolvimento	Direito de uso	761	-	-
Investimento – Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI							
07/10/2022	Mensal - até 4 a 9 anos	10% + IPCA e 9% a.a + INCC	Melnick Desenvolvimento	Títulos e valores mobiliários	13.000	15.735	9.892
Total					110.399	44.636	72.263

c) Remuneração da Administração: O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros e Diretores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovada a verba anual global dos administradores da Companhia de até R$22.600 (R$25.600 em 2024), incluindo bônus, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

As despesas apropriadas, incluindo bônus, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Salários	9.158	7.782
Salários	8.963	7.695
Benefícios	195	87
Bônus	10.992	15.301
Incentivos a curto prazo	942	883
Incentivos a longo prazo (i)	8.886	14.418
	18.986	23.083

i) A despesa de ILP correspondente ao Plano de Opção de Ações conversível em ações, corrigida inclusive pelo *dividend yield* proveniente da redução de capital, quando aplicável, e a despesa de ILP a ser recebida em dinheiro, ocorrida durante o ano de 2025, totalizou R$9.243, dos quais R$8.886 correspondente a administradores e R$357 a não administradores. 21. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, riscos de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia está concentrado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, a qual identifica e avalia os riscos e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas. b) Risco de mercado: (i) Risco cambial: Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos sujeitos a variação de moeda estrangeira e nem depender significativamente de materiais importados em sua cadeia produtiva. Adicionalmente, a Companhia não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira. (ii) Risco de fluxo de caixa: A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são: (i) crédito imobiliário, o qual está substancialmente sujeito à variação da Poupança + 2,55% a 4,57% a.a., cujo risco de volatilidade é considerado baixo pela Administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos à variação do IPCA e para as quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades concluídas, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização, minimizando impactos relacionados com o riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, as quais estão sujeitas à variação do INCC e para as quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades em construção, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização. (iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de contas a receber de clientes, aplicações financeiras e depósitos em bancos. (iv) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas contratuais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o fundo exclusivo mantido pelo Grupo, o qual investe parcela significativa em Títulos do Tesouro Nacional remunerados, substancialmente, pela variação da taxa SELIC ou é aplicado em CDBs. Na tabela a seguir demonstra a análise dos passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Até 31 de dezembro de 2026	Até 31 de dezembro de 2027	Consolidado A partir de 1º de janeiro de 2028
Crédito imobiliário	94.169	339.936	71.265
Crédito de recebíveis imobiliários - CRI	1.290	-	97.817

Apresentamos a seguir a análise atualizada dos passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Ativo		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dados consolidados - Operações	Risco	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	24.630	20.525	13.684
Parte relacionada ativa	Queda do CDI	13	11	7
Efeitos líquidos da variação do CDI		24.643	20.536	13.691
Contas a receber	Queda do INCC	48.010	40.008	26.672
Efeitos líquidos da variação do INCC		48.010	40.008	26.672
Contas a receber	Queda do IPCA	14.342	11.951	7.968
Efeitos líquidos da variação do IGP-M/IPCA		14.342	11.951	7.968

Passivo		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dados consolidados - Operações	Risco	Aumento 10%	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimo e financiamentos	Aumento do CDI	7.682	19.206	38.412
Efeitos líquidos da variação do CDI		7.682	19.206	38.412
Parte relacionada passiva	Aumento do INCC	344	861	1.722
Obrigação por compra de imóveis	Aumento do INCC	1.304	3.260	6.519
Efeitos líquidos da variação do INCC		1.648	4.121	8.241

(v) Operação de *Swap*: Conforme divulgado em fato relevante no dia 26 de setembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou nesta data a celebração de contrato de derivativo na modalidade "Total Return *Swap*" ("TRS") entre a Companhia e o Banco BTG Pactual S.A,. (BTG) com prazo de liquidação até 26 de março de 2026, tendo por objeto o retorno financeiro referenciado em 6.128.800 ações de emissão da Companhia ("Ações"), que representam 3,97% das ações de emissão da Companhia em circulação no mercado. O objetivo da Companhia é, durante a vigência do contrato, se beneficiar com a potencial valorização da cotação de suas ações em bolsa e com os proventos a serem distribuídos no período, através da exposição financeira às Ações, ainda que sem adquiri-las (dividendos e ganhos/perdas de capital), em troca do pagamento das taxas médias dos depósitos interfinanceiros (CDIE), acrescidas de spread de 2,5% a.a., sobre o montante nocional de R$ 20.286. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura da operação, o TRS deverá ser liquidado, de forma financeira líquida e, portanto, não enseja a efetiva aquisição das ações. Tal transação será liquidada durante o mês de março de 2026. A operação não impactará a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia, bem como não comprometerá o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Companhia e nem a distribuição de dividendos. A operação objeto do TRS respeitará os termos e as condições descritos no Anexo I da ata de reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, o qual contém as informações previstas no Anexo G da Resolução CVM nº 80, segundo o qual em caso de aumento da cotação das ações, em montante superior ao encargo financeiro estipulado em favor do BTG, a Companhia fará jus ao recebimento dessa diferença positiva líquida da operação, somada aos proventos líquidos eventualmente declarados durante o período de vigência do TRS. Por outro lado, em caso de desvalorização ou valorização insuficiente da cotação das ações da Companhia, em montante inferior ao encargo financeiro estipulado em favor do BTG, a Companhia terá de desembolsar a diferença líquida da operação. Há também a previsão em contrato que caso a Companhia (i) disponha de recursos disponíveis e, cumulativamente, (ii) obtenha prévia e expressa autorização de seus órgãos internos competentes, a Companhia poderá solicitar, sendo que a aceitação à exclusivo critério do BTG, que a liquidação dessa operação seja realizada mediante a entrega das ações físicas. A Companhia entende que não há nenhuma obrigação presente na possível liquidação física dessas ações, considerando que não há obrigação da Companhia em solicitar, bem como não há obrigação do BTG em aceitar a solicitação. Atualmente, o BTG possui participação inferior a 5% na Companhia. O valor justo em 31 de dezembro de 2025 deste instrumento financeiro apresenta um ganho líquido de R$10.423 (31 de dezembro de 2024: R$2.006); é apresentado líquido no balanço patrimonial nas rubricas de "Demais contas a pagar" e/ou "Demais contas a receber", tendo como contrapartida na demonstração de resultado a rubrica de "Resultado financeiro"; O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi um ganho de R$8.417 (31 de dezembro de 2024: R$2.006). 22. GESTÃO DE CAPITAL: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

A estrutura de capital, atualizada para 31 de dezembro de 2025, pode ser assim sumariada:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos (nota 10)	604.477	360.333
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante)	(180.737)	(462.787)
Dívida (caixa) líquida	423.740	(102.454)
Total do patrimônio líquido	1.211.564	
Capital total	1.635.304	
Índice de alavancagem financeira	25,91%	

23. COMPROMISSOS: a) Compromissos de incorporação imobiliária: De acordo com a Lei de incorporação imobiliária, a Companhia tem o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual a Companhia poderia desistir da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes. Nenhum empreendimento em construção está sob cláusula resolutiva.

As principais informações relacionadas com os empreendimentos em construção, decorrentes das unidades vendidas, podem ser assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Vendas a apropriar	1.099.102	1.053.018
Permuta por terrenos a apropriar	142.128	203.157
Contratos de vendas a apropriar	1.241.230	1.256.175
Impostos	(27.813)	(27.125)
Receita de vendas a apropriar	1.213.417	1.229.050
Custo orçado a incorrer das unidades vendidas	(837.104)	(848.861)
Resultado a apropriar	376.313	380.189

O resultado a apropriar está sujeito aos efeitos de ajuste a valor presente, provisão de distratos e garantia por ocasião de sua apropriação.

Os custos incorridos e a incorrer das unidades em estoque de empreendimentos em construção podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo incorrido das unidades em estoque	462.613	401.371
Custo orçado total a incorrer das unidades em estoque	500.684	419.703
Contratos de vendas a apropriar	963.297	821.073

O custo total a incorrer das unidades vendidas e em estoque totaliza R$1.337.788 (R$1.727.486 em 31 de dezembro de 2024). b) Compromissos com a aquisição de terrenos: Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de pendências a serem solucionadas pelos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Companhia, suas controladas ou seus parceiros sejam efetivadas. Referidos compromissos totalizam R$1.018.055 (R$1.216.481 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R$749.893 (R$773.970 em 31 de dezembro de 2024), se referem a permutas por unidades imobiliárias a serem construídas e R$214.055 (R$373.539 em 31 de dezembro de 2024) se referem à participação no recebimento da comercialização dos respectivos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$110.014 refere-se a transações com partes relacionadas (R$165.660 em 31 de dezembro de 2024). 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS: A Administração da Companhia foca seus negócios na atividade de incorporação imobiliária. As informações são analisadas por meio de relatórios gerenciais internos por empreendimento imobiliário, sendo a tomada de decisão de alocação de recursos e sua avaliação pela Diretoria Executiva da Companhia, definindo seus segmentos entre empreendimentos de incorporação residencial e comercial vertical (incorporação) e incorporação horizontal residencial (condomínio de lotes/urbanização). A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda da venda de imóveis. O desempenho dos segmentos operacionais da atividade de incorporação imobiliária, com base em uma mensuração do lucro bruto ajustado pelas despesas comerciais, encontra-se resumida a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Incorporação	Condomínio de lotes	Total
Receita bruta operacional	1.145.101	31.312	1.176.413
Deduções da receita bruta	(56.140)	(2.990)	(59.130)
Receita líquida operacional	1.088.961	28.322	1.117.283
Custo incorrido das vendas realizadas	(823.764)	(21.131)	(844.895)
Lucro bruto	265.197	7.191	272.388
Despesas comerciais	(71.168)	(4)	(71.172)
Lucro bruto líquido de despesas comerciais	194.029	7.187	201.216
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	**Incorporação**	**Condomínio de lotes**	**Total**
Receita bruta operacional	802.684	298.971	1.101.655
Deduções da receita bruta	(64.952)	(7.711)	(72.663)
Receita líquida operacional	737.732	291.260	1.028.992
Custo incorrido das vendas realizadas	(594.469)	(211.048)	(805.517)
Lucro bruto	143.263	80.212	223.475
Despesas comerciais	(54.630)	(11.009)	(65.639)
Lucro bruto líquido de despesas comerciais	88.633	69.203	157.836

A seguir, a conciliação do lucro bruto da atividade de incorporação imobiliária ajustado pelas despesas comerciais, com o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro bruto das despesas comerciais	201.216	157.851
Despesas administrativas	(80.389)	(77.403)
Resultado financeiro, líquidas	83.464	86.929
Provisões e outras despesas, líquidas	(20.126)	(2.913)
Imposto de renda e contribuição social	(34.109)	(27.616)
Lucro líquido	150.056	136.848

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo e do passivo conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa disponível	3.831	238.479
Segmento: Incorporação (i)	2.297.610	1.880.871
Segmento: Condomínio de lotes	439.335	475.345
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.740.776	2.594.695

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Segmento: Incorporação (i)	1.269.187	979.122
Segmento: Condomínio de lotes	255.331	247.606
Passivo total, conforme balanço patrimonial	1.524.518	1.226.728

(i) O segmento incorporação inclui as operações do segmento Open (MCMV), bem como as operações da segmento Melnick Partners, braço estratégico de expansão territorial, principalmente nas regiões de São Paulo e Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos totais de ativo e receita não ultrapassavam os percentuais requeridos pela norma, não ensejando assim a abertura destes segmentos nesta nota explicativa. Todas as receitas são geradas no Brasil e não há concentração de receitas de transações com um único cliente que possa atingir a 10% ou mais da receita da Companhia. 25. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2026, foi aprovado, nos termos do artigo 24, alínea (p), do Estatuto Social da Companhia, e conforme artigo 4º, §1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("RCVM 77/22"), a aquisição de até 3.100.000 (três milhões e cem mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, fora de mercados organizados de valores mobiliários, até a data de 31 de março de 2026, para permanência em tesouraria e posterior alienação no âmbito do cumprimento das obrigações decorrentes do Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) vigente da Companhia, e/ou posterior cancelamento, conforme aplicável, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Estatuto Social da Companhia.

Leandro Melnick – Presidente

Juliano Melnick – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Costa Ponce – Contador (CRC 1SP291883/O-3)

Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes Ltda. (CRC 2SP011609/O-8)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e à Administração da
Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários -

continua

continuação

CVM. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receitas: A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o fim das obras e medição da evolução destas por meio dos custos incorridos, para determinação do custo orçado e assim percentual de evolução da obra ("POC"). Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos. Dessa forma, dentre outros, efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionado ao processo de custo orçado e reconhecimento de receita; (ii) obtenção de representação formal das estimativas do custo orçado aprovadas pelo Departamento de Engenharia e pelo Comitê estabelecido pela Companhia com tal propósito; (iii) atualização independente das projeções de custos orçados a incorrer para os empreendimentos em construção e comparação com o custo orçado atualizado pela Administração; (iv) análise histórica da evolução do custo orçado; (v) obtenção do custo a incorrer de forma analítica e realização de teste, em base amostral para avaliação da acuracidade dos valores; (v) teste, em base amostral, para avaliação da documentação-suporte dos custos incorridos, valor geral de venda, recebimentos e distratos, contidos no mapa de apropriação, base para a receita contabilizada do exercício; (vi) recálculo da receita com base no percentual de evolução das obras ("POC"); e (vii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas ao ambiente de tecnologia e aos processos de reconhecimento de receita, bem como ajustes não corrigido pela Administração por ter sido considerado imaterial, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2026

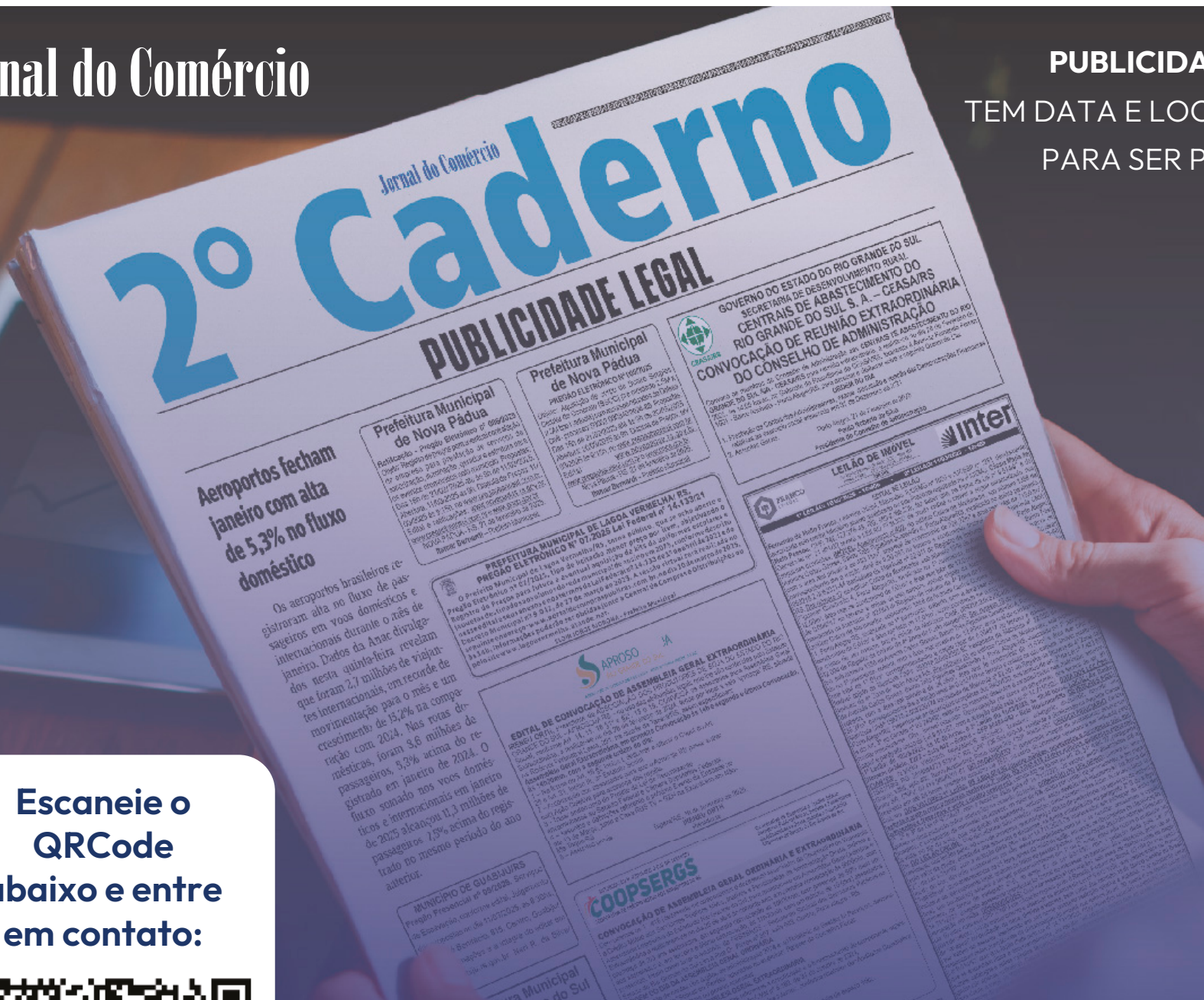
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

Deloitte.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA



Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A.
MOTRISA

CNPJ N° 88.447.032/0001-80
NIRE 43300007766
Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Aos Acionistas da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – MOTRISA - Porto Alegre/RS

Prezados (as) Senhores (as): Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados. Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos parceiros de negócios, clientes e fornecedores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Porto Alegre/RS, 10 de março de 2026. A Diretoria André Reinaldo-Diretor Superintendente Marco Aurélio Sobral Furtado-Diretor Executivo

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

A T I V O	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.098.991,39	20.524.189,69
Contas a receber de clientes	5	8.750.845,01	11.959.892,75
Estoques	6	20.484.671,59	12.450.246,74
Impostos e contribuições a recuperar	7	23.419.446,29	27.587.224,71
Impostos e contribuições antecipados	8	9.250.351,51	4.006.597,25
Outras contas a receber		1.376.254,97	1.376.254,97
Despesas antecipadas/adiantamentos		3.983.213,89	2.072.260,92
		74.363.774,65	**79.976.667,03**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	56.786.132,79	55.341.450,29
Impostos e contribuições a recuperar	7	125.222.590,43	126.409.123,51
Imóveis à venda	10	6.793.173,71	6.793.173,71
Depósitos judiciais	11	4.439.732,48	3.018.169,90
Partes relacionadas - controlada	12	246.684,80	241.240,76
		193.488.314,21	**191.803.158,17**
Investimentos	**13**	**4.897,00**	**4.897,00**
Imobilizados	**14**	**18.595.279,65**	**19.594.877,01**
Intangíveis	**15**	**9.318,61**	**11.659,09**
		18.609.495,26	**19.611.433,10**
Total do ativo		**286.461.584,12**	**291.391.258,30**

P A S S I V O	Notas	2025	2024
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	16	23.582.808,91	23.582.808,91
Fornecedores	17	21.933.632,01	21.668.851,56
Obrigações sociais e trabalhistas		902.275,18	863.698,47
Impostos e contribuições a recolher	18	8.713.207,24	15.420.316,92
Outras contas a pagar	19	2.404.945,39	2.841.611,41
		57.536.868,73	**64.377.287,27**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	16	84.442.157,63	89.251.105,07
Impostos e contribuições a recolher	18	76.100.748,22	54.847.881,29
Provisões para contigências	20	1.740.974,46	1.761.961,26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	21.765.774,36	18.051.058,16
Outras contas a pagar	19	21.481.902,45	22.139.377,18
Acionistas / Pessoas Físicas	21	151.017,14	151.017,14
		205.682.574,26	**186.202.400,10**
Patrimônio líquido	**22**		
Capital social	22.a	44.000.000,00	44.000.000,00
Reservas de reavaliação	22.b	1.772.970,93	1.809.151,87
Reservas de lucros	22.ci	-	-
Prejuízos acumulados	22.iv	(22.530.829,80)	(4.997.580,94)
		23.242.141,13	**40.811.570,93**
Total do passivo e patrimônio líquido		**286.461.584,12**	**291.391.258,30**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	24	**89.310.879,78**	**107.870.451,32**
Custos dos produtos vendidos		**(70.106.889,99)**	**(91.450.694,21)**
Lucro bruto		**19.203.989,79**	**16.419.757,11**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	25	(12.952.961,62)	(13.359.488,59)
Despesas administrativas	25	(11.002.058,56)	(11.780.993,73)
Honorários da administração	25	(2.115.000,00)	(2.280.000,00)
Despesas tributárias		(1.834.489,99)	(2.426.855,31)
Outras receitas, líquido	26	525.646,12	2.343.368,88
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		**(8.174.874,26)**	**(11.084.211,64)**
Receitas financeiras líquidas	27	(7.124.521,84)	(19.485.973,67)
Resultado antes do IR e da contribuição social		**(15.299.396,10)**	**(30.570.185,31)**
IR e contribuição social diferido	9.a e 9.b	(2.270.033,70)	4.428.613,74
Prejuízo do exercício		**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Prejuízo por ação	28	**(0,40)**	**(0,59)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Prejuízo do Exercício	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Resultado Abrangente Total	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva de de reav./ Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Incentivos fiscais	Reservas de Lucros: Reserva de lucros retidos	Reservas de Lucros: Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**44.000.000,00**	**1.845.938,59**	**6.470.730,35**	**13.063.142,98**	**177.425,10**	**-**	**-**	**65.557.237,02**
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(36.786,72)	-	-	-	-	36.786,72	**-**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(26.141.571,57)	**(26.141.571,57)**
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	(6.523.839,33)	-	-	(6.523.839,33)	**-**
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)			-		36.786,72	-	(36.786,72)	**-**
Reversão de reserva de lucros retidos	-	-	-	-	1.395.905,48	-	-	**1.395.905,48**
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	(6.470.730,35)	(19.586.982,31)	(1.610.117,30)	-	27.667.829,96	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**44.000.000,00**	**1.809.151,87**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.997.580,94)**	**40.811.570,93**
Realização da reserva de reavaliação corrente (nota 22.b)	-	(36.180,94)	-	-	-	-	36.180,94	**-**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-		(17.569.429,80)	**(17.569.429,80)**
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 22.iv)	-	-	-	7.639.350,42	-	-	(7.639.350,42)	**-**
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 22.iv)	-	-	-	-	36.180,94	-	(36.180,94)	**-**
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(7.639.350,42)	(36.180,94)	-	7.675.531,36	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**44.000.000,00**	**1.772.970,93**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.530.829,80)**	**23.242.141,13**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)

1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou **91 anos** em 25 de junho de 2025, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE. Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades. **Os Relatórios, do Auditor Independente e da Diretoria, e as Notas Explicativas completas estão disponíveis na sede da Companhia e na página da Central de Balanços na internet https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes.1.1 Recuperação Judicial:** A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823. Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial: ·A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023. ·O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano. ·Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas. ·Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos. ·Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas. ·A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais. Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça). Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A. Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso, sem efeito suspensivo e, assim, sem nenhum impedimento ao regular curso e efeitos legais do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Em 31/12/2025, as Demonstrações Financeiras apresentadas não contemplam os efeitos do deságio de 90% (noventa por cento) aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Não reconhecemos o deságio, conforme instrução recebida da nossa contratada Zulmar Neves Advocacia, assessoria contábil, societária e tributária. **1.2 Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízo de R$ 17.569.429,80, possui um passivo circulante de R$ 57.536.868,73 e não circulante de R$ 205.682.574,26, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida em dólares norte-americanos no valor de US$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital de giro para cumprir com seus compromissos operacionais. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de parcelamentos de impostos estaduais; ii) cessão de capital de giro para financiar a participação mercadológica. A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado e homologado, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das companhias do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. **1.3 Preço base do trigo:** Em 2025, o mercado global de trigo foi marcado por oferta elevada devido a alta produtividade, todavia menor qualidade, sustentando estoques confortáveis e uma relação estoque/consumo estável em torno de 33 %, pressionando os preços internacionais para baixo, estimulando exportações competitivas de países como EUA e Argentina. A baixa do dólar em 2025 tornou o trigo importado mais barato, contribuindo para preços domésticos moderados em relação a 2024. O consumo de trigo importado pela Motrisa em 2025 foi de aproximadamente 70%, o percentual restante foi participação do saldo remanescente de trigo nacional. **2. Base de Preparação: 2.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **2.2 Base de mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em "Reais" (R$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Determinação do Valor Justo:** A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico. **3.Descrição das Principais Políticas Contábeis: a.Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **b.Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado. **c.Usos de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas. **d.Instrumentos financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. **e.Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **f.Ajustes a valor presente:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil. **g.Investimento em controlada:** As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2025 e 2024 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante. **h.Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 14. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a companhia Ibiaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento a Lei 11.638/2007 e os CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022. **i.Intangível:** Atívos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 15. **j.Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício. **k.Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **l.Parcelamentos:** Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao reparcelamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial. No exercício de 2025 a companhia aderiu ao Termo de Transação Tributária junto à PGE/SE referente aos parcelamentos do ICMS do Estado de Sergipe. **m.Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n.Reconhecimento das receitas:** A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e beneficios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. **o.Ativo não circulante mantido para a venda:** A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por Impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. **p.Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado. **4.Investimento:** A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da companhia inoperante, em 2025 e 2024 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento.

Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	**(17.569.429,80)**	**(26.141.571,57)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.224.261,78	1.263.827,88
Custo na venda/baixa/transferências de ativos imobilizados e intangíveis	1.558.123,57	473.713,52
Atualização dos financiamentos e empréstimos	(4.808.947,44)	18.927.583,24
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	3.209.047,74	767.579,07
(Aumento) redução nos estoques	(8.034.424,85)	3.323.968,80
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(1.334.125,26)	(9.943.345,69)
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(3.332.515,55)	10.701.263,79
Aumento (redução) em fornecedores	264.780,45	(90.077,76)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	18.260.473,45	13.321.391,23
Eliminação dos efeitos dos ajustes de exercícios anteriores - Res. Lucros Retidos e a Realizar	-	1.395.905,48
Aumento (red.) em acionistas, contas a pagar e provisões	(1.076.550,84)	(467.607,68)
Disp. líq. proveniente nas atividades operacionais	**(11.639.306,75)**	**13.532.630,31**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível	(1.780.447,51)	(688.166,23)
Partes relacionadas - controlada	(5.444,04)	(125.589,86)
Disp. líq. aplicada nas atividades de investimentos	**(1.785.891,55)**	**(813.756,09)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	349.432,64
Disp. líquida proveniente ativ. de financiamentos	**-**	**349.432,64**
	(13.425.198,30)	**13.068.306,86**
Demonstração do aumento (redução) nas disp.		
No início do exercício	20.524.189,69	7.455.882,83
No fim do exercício	7.098.991,39	20.524.189,69
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(13.425.198,30)**	**13.068.306,86**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5.Imobilizado

Composição dos saldos

	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Tx. médias anuais de deprec. %
Terras e Terrenos	3.321.238,15	-	3.321.238,15	3.321.238,15	-
Edificações e Construções	8.218.353,48	(6.086.907,83)	2.131.445,65	2.356.393,13	2,92%
Instalações e Benfeitorias	15.751.779,36	(7.065.042,51)	8.686.736,85	9.071.100,61	2,92%
Máquinas e Equipamentos	24.024.552,38	(20.854.734,43)	3.169.817,95	3.549.052,13	6,67%
Móveis e Utensílios	1.106.389,27	(956.247,20)	150.142,07	179.498,73	6,67%
Veículos	816.808,40	(803.277,75)	13.530,65	12.553,37	6,67%
Equipamentos de Processamento de Dados	1.146.517,73	(1.037.091,06)	109.426,67	134.650,64	6,67%
Outras Imobilizações	75.786,40	(12.047,06)	63.739,34	63.792,98	3,33%
Obras em Andamento	949.202,32	-	949.202,32	906.597,27	
	55.410.627,49	**(36.815.347,84)**	**18.595.279,65**	**19.594.877,01**	

Movimentação do Imobilizado

	31/12/2024	Adições e transferências	Baixas e transferências	Depreciação	31/12/2025
Terras e Terrenos	3.321.238,15	-	-	-	3.321.238,15
Edificações e Construções	2.356.393,13	37.168,91	(37.363,91)	(224.752,48)	2.131.445,65
Instalações e Benfeitorias	9.071.100,61	-	-	(384.363,76)	8.686.736,85
Máquinas e Equipamentos	3.549.052,13	1.600.853,23	(1.424.751,19)	(555.336,22)	3.169.817,95
Móveis e Utensílios	179.498,73	12.185,28	(10.582,27)	(30.959,67)	150.142,07
Veículos	12.553,37	45.296,22	(43.152,00)	(1.166,94)	13.530,65
Equipamentos de Processamento de Dados	134.650,64	26.521,03	(26.456,41)	(25.288,59)	109.426,67
Outras Imobilizações	63.792,98	-	-	(53,64)	63.739,34
Obras em Andamento	906.597,27	58.422,84	(15.817,79)	-	949.202,32
	19.594.877,01	**1.780.447,51**	**(1.558.123,57)**	**(1.221.921,30)**	**18.595.279,65**

6.Intangível

Composição dos saldos

	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Tx. médias anuais de amort. %
Desenvolvimento Tecnológico	76.762,07	(76.762,07)	-	-	20%
Desenvolvimento de Produtos	327.958,40	(327.958,40)	-	-	20%
Softwares	985.016,64	(983.918,03)	1.098,61	3.439,09	20%
Marcas e Patentes	8.220,00	-	8.220,00	8.220,00	-
	1.397.957,11	**(1.388.638,50)**	**9.318,61**	**11.659,09**	

Movimentação do Intangível

	31/12/2024	Adições e transferências	Baixas e transferências	Amortização	31/12/2025
Desenvolvimento de Produtos	-	-	-	-	-
Softwares	3.439,09	-	-	(2.340,48)	1.098,61
Marcas e Patentes	8.220,00	-	-	-	8.220,00
	11.659,09	-	-	**(2.340,48)**	**9.318,61**

continua...

...continuação

MOINHOS DE TRIGO INDRÁSIA S.A.
MOTRISA

CNPJ N° 88.447.032/0001-80
NIRE 43300007766
Em Recuperação Judicial

7. Provisões para Contingências

Descrição	2025	2024
Trabalhistas (a)	556.170,29	577.157,09
Cíveis (b)	86.909,34	86.909,34
Honorários advocatícios (c)	1.097.894,83	1.097.894,83
Total	1.740.974,46	1.761.961,26

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante. a) As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício. b) Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível. c) A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos. A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2025 totalizavam o montante de aproximadamente R$ 53.669.916,00.

8.Patrimônio líquido e destinação de resultados: Capital Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

9. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal. Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R$ 6.932.710,50 (R$ 5.920,384,23 em 2024), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas líquido dos impostos e contribuições.

10.Receita Líquida de Vendas

Receita bruta	2025 Farinhas de trigo e derivados	2024 Farinhas de trigo e derivados
Mercado interno	106.667.714,81	137.064.631,42
Deduções sobre vendas	(17.356.835,03)	(29.194.180,10)
Tributos	(21.761.969,27)	(32.877.248,90)
Incentivo fiscal PSDI	6.932.710,51	5.920.384,23
Devoluções	(2.527.576,27)	(2.237.315,43)
Receita líquida	89.310.879,78	107.870.451,32

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Munhós Thormann
Presidente
Meline Camargo Matiotti
Vice-Presidente
Anécia Severina Pereira Thormann
Conselheira
Henrique Longo Thormann
Conselheiro
Marlene Kerber Mello Godoy
Conselheira
Pedro Tocchetto Thormann
Conselheiro

DIRETORIA

André Reinaldo
Diretor Superintendente
Marco Aurélio Sobral Furtado
Diretor Executivo

Maria Rosiane Souza Silva
Contadora
CRC SE-004644/O-2
CPF 479.231.725-87

Crowe

CPFL Transmissão S.A.

anteriormente denominada
(Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T)
CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Companhia Aberta
www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2025, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.
Em 31 de outubro de 2025, a CPFL Transmissão, no Leilão de Transmissão ANEEL nº 4/2025 adquiriu o lote 3, localizado nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com uma RAP de R$ 81.156 mil e deságio de 53,93%, CAPEX previsto pela ANEEL de R$ 1.069.082 mil e início da operação previsto para fevereiro de 2030.
Em 6 de dezembro de 2025, foi implementado o projeto de alteração do controle acionário da CPFL Transmissão, mediante aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão do aporte de capital pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e da conversão de ações ordinárias, detidas pela CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), em ações preferenciais. Após a implementação, a CPFL Energia passou a deter 51% das ações ordinárias da CPFL Transmissão, que representam 30% do capital social total. A CPFL Brasil permaneceu no quadro acionário, detendo 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, que representam 70% do capital social total da CPFL Transmissão.
A troca do controle acionário da CPFL Transmissão foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Despacho nº 3.286, de 4 de novembro de 2025.
Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico
O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.
As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.
As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte-americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.
No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.
Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.
Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.
Ambiente regulatório
Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):
Encargos Rescisórios e "Máximo Esforço"
A **Resolução Normativa ANEEL ("REN") n° 1.125**, de 05 de junho de 2025, estabeleceu metodologia para definição dos critérios de "máximo esforço" de cobrança para recuperação dos créditos relativos aos encargos rescisórios e os respectivos prazos para cumprimento destas. A inclusão dos débitos no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e o protesto extrajudicial da dívida foram as medidas administrativas a serem implementadas pelas transmissoras e, o ajuizamento de ação judicial com vistas à recuperação do crédito, ficaram sob responsabilidades do ONS.
No mesmo normativo, a Agência determinou que, **em caso de descumprimento dos critérios estabelecidos como "Máximo Esforço"**, os encargos rescisórios somente serão descontados das receitas das transmissoras no próximo ciclo tarifário (2026-2027).
Destaca-se que todas as medidas de responsabilidade das transmissoras da CPFL Transmissão foram realizadas dentro dos prazos estabelecidos pelo normativo da ANEEL, incluindo as suas repactuações. Casos classificados como "excepcionais" continuam sendo tratados pontualmente junto à ANEEL e ao ONS, dentro de uma estratégia setorial alinhada junto à ABRATE (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia).
Regulamentação do Decreto n° 11.314/2022 - Relicitação e Prorrogação das Concessões de Transmissão em fim de vigência.
Em 2025, foi concluída a Tomada de Subsídios nº 008/2024, como primeiro passo da ANEEL rumo à participação da sociedade no processo de regulamentação do Decreto nº 11.314/2022, relativo ao tratamento regulatório para indenização de ativos de transmissão não depreciados ou amortizados nos casos de substituição ou extinção de concessão.
Já em dezembro de 2025, a ANEEL instaurou a **Consulta Pública nº 043/2025**, acompanhada de **Análise de Impacto Regulatório (AIR)**, buscando regulamentar a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência.
A Consulta Pública encontra-se aberta até 10 de março de 2025.
Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):
Em 2025, foi realizada a Revisão Tarifária Periódica ("RTP") da CPFL Morro Agudo, referente ao Contrato de Concessão nº 006/2015, licitado pela ANEEL. O processo contemplou a revisão do Custo de Capital de Terceiros, parâmetro utilizado no cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) e aplicado à Receita Anual Permitida (RAP) originalmente ofertada no leilão de concessão.
Cabe destacar que, no período avaliado, não houve autorização de Reforços ou Melhorias com valores de RAP estabelecidos provisoriamente pela ANEEL, tampouco o reconhecimento de novos investimentos para fins de RAP adicional no âmbito da RTP.
Como resultado do processo, o índice de reposicionamento tarifário aplicado à RAP foi de -0,34%, refletindo a atualização regulatória dos parâmetros econômicos, especialmente o custo de capital de terceiros. Dessa forma, a receita vigente, anteriormente fixada em R$ 19,8 milhões, passou para R$ 19,7 milhões, considerando valores de junho de 2025.
Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):
O Reajuste Tarifário das Transmissoras foi definido por meio da Resolução Homologatória n° 3.481, de 15 de julho de 2025, aplicável para o ciclo tarifário compreendido entre 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.
Nesse contexto, a RAP do Contrato de Concessão prorrogado n° 055/2001, desconsiderada a parcela de ajuste, totaliza R$ 1.043,3 bilhão. Esse valor representa um aumento de 1,3% em relação à RAP homologada no ciclo tarifário anterior (2024-2025), decorrente, principalmente, da entrada em operação de reforços e melhorias de grande porte associados a novos empreendimentos ao longo do ciclo 2024-2025.

R$ milhões	REH 3.348/2024*	IPCA	Ampliações, Reforços e Melhorias	Baixas e Ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.481/2025
Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T)	1.029,6	50,3	47,6	(84,3)	(0)	1.043

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total apresenta a composição abaixo, conforme a abertura da RAP dos Contratos de Concessão prorrogado n° 055/2001 (CPFL-T) e dos Contratos Licitados n° 080/2002 (CPFL-T LT Presidente Médici - Pelotas 3), n° 003/2013 (Piracicaba), n° 006/2015 (Morro Agudo), n° 020/2018 (Maracanaú), n° 005/2019 (Sul I), n° 011/2019 (Sul II), n° 001/2011 (TESB) e n° 004/2021 (CPFL-T SE Cachoeirinha 3):

Contrato	Projeto	RBSE	RBNI	RBL	Parcela de Ajuste	Total 2025*	Total 2024*
055/2001	CPFL-T	745,3	298,0	–	(0,0)	1.043,3	856,0
001/2011	TESB	–	4,3	44,1	(4,2)	44,1	43,2
003/2013	PIRACICABA	–	–	17,5	(0,4)	17,1	17,0
006/2015	MORRO AGUDO	–	–	19,7	(0,2)	19,5	19,6
020/2018	MARACANAÚ	–	–	11,6	(0,1)	11,5	11,0
005/2019	CPFL SUL I	–	–	37,8	(1,3)	36,5	34,4
011/2019	CPFL SUL II	–	–	48,5	(2,3)	46,2	43,7
004/2021	CACHOEIRINHA	–	–	12,6	(0,7)	11,9	11,7
080/2002	CPFL-T	–	–	22,9	(0,7)	22,2	20,4

Em 10 de junho de 2025, a ANEEL deliberou sobre o pleito interposto por algumas associações que representam os agentes de mercado, pleito este que tratava dos cálculos realizados e homologados anteriormente pela ANEEL para fins de pagamento do componente financeiro da RBSE, reperfilado e homologado (de acordo com a REH ANEEL nº 2.851/2021) a partir do ciclo 2021-2022. Como resultado da deliberação, a ANEEL concluiu a discussão administrativa da RBSE e publicou a REH nº 3.464/2025. Em decorrência dessa decisão, a CPFL Transmissão reconheceu um ajuste de remensuração no valor de R$ 150 milhões.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão demonstrou um ótimo desempenho técnico-operacional ao longo de 2025, com melhora expressiva nos indicadores operacionais.
Energia Não Suprida ("ENS")
O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2025, o ENS totalizou 717,19 MWh, comparado a 901,37 MWh em 2024, representando uma redução de 20,4%. Esse resultado decorre do melhor desempenho operacional ao longo do ano, associado à menor ocorrência de eventos de indisponibilidade no período.
Parcela Variável ("PV") Descontada
A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").
Em 2025, a PV Descontada foi de 1,052%, comparado a 0,635% em 2024 e 1,223% em 2023. Em relação a 2024, houve aumento de 65,7%. Em relação a 2023, houve redução de 14,0%. Destaca-se que o resultado de 2024 foi positivamente influenciado por devoluções de descontos aplicados em exercícios anteriores, o que reduz a comparabilidade direta com 2025. Por outro lado, o ano de 2025 refletiu descontos associados a eventos ocorridos no segundo semestre de 2024.
Dessa forma, para fins de análise, 2025 é mais bem comparado a 2023. Nesse recorte, observa-se uma evolução do indicador, em linha com o ótimo desempenho dos indicadores operacionais em 2025.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional
A receita operacional bruta foi de R$ 2.312 milhões, representando um aumento de 0,7% (R$ 16 milhões), devido principalmente ao aumento de 6,6% (R$ 84 milhões) em outras receitas; parcialmente compensando pela redução de 6,6% (R$ 68 milhões) na receita de construção. As deduções da receita operacional foram de R$ 205 milhões, apresentando uma redução de 11,2% (R$ 26 milhões). Logo, a receita operacional líquida foi de R$ 2.107 milhões, um aumento de 2,0% (R$ 41 milhões).
Geração operacional de caixa (EBITDA)
A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 882 milhões, uma redução de 11,7% (R$ 117 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 15,6% (R$ 109 milhões) nos custos de construção; (ii) redução de 27,3% na equivalência patrimonial; e (iii) aumento de 12,5% (R$ 47 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:
• Redução de 3,7% (R$ 5 milhões) nas despesas com pessoal;
• Redução de 45,7% (R$ 33 milhões) em entidade de previdência privada;
• Redução de 1,2% (R$ 0,1 milhão) nas despesas com material;
• Redução de 5,4% (R$ 5 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
• Aumento de 156,3% (R$ 91 milhões) em outros custos/despesas operacionais.
Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 2,0% (R$ 41 milhões) na receita operacional.

Conciliação EBITDA e Lucro Líquido

	2025	2024
Lucro Líquido	**318.727**	**517.859**
Depreciação e Amortização	8.128	5.138
Resultado Financeiro	480.300	295.209
Imposto de Renda	54.033	131.569
Contribuição Social	20.741	48.815
EBITDA	**881.929**	**998.590**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.
Lucro líquido
Em 2025, o lucro líquido atingiu R$ 319 milhões, uma redução de 38,5% (R$ 199 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 62,7% (R$ 185 milhões) nas despesas financeiras líquidas; (ii) redução de 11,7% (R$ 117 milhões) no EBITDA; e (iii) aumento de 58,2% (R$ 3 milhões) na depreciação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 58,5% (R$ 106 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social.
Endividamento
No final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R$ 3.401 milhões, apresentando um aumento de 2,5%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2025, foram realizados investimentos de R$ 804 milhões, para a manutenção e expansão do negócio.
A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.
Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.
Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.
Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.
Gestão de Recursos Humanos: Em 2025, treinamos 588 colaboradores. Foram 27,7 mil horas treinadas.
Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1 em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.
Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Transmissão atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.400 crianças e jovens; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 106 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 555 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico CPFL, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube; **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.
Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.
O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.
Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas as melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamento de temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

7. PROGRAMA CPFL +DIVERSA

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.
Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:
I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gerência	100,00%	0,00%	87,50%	12,50%
Chefia/Coordenação	75,00%	25,00%	75,76%	24,24%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Administrativo	51,85%	48,15%	46,67%	53,33%
Operacional	91,49%	8,51%	92,06%	7,94%
Estagiários	71,43%	28,57%	70,00%	30,00%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração

	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens

	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	0,00%	0,00%	78,08%	95,17%
Chefia/Coordenação	101,99%	98,84%	107,69%	89,80%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	71,32%	71,11%
Administrativo	76,78%	63,18%	73,84%	72,35%
Operacional	108,15%	92,22%	104,82%	86,87%
Estagiários	90,31%	79,86%	0,00%	112,67%

8. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.
Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.
Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da sua área de atuação e de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.
Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP 321353/O-4
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço https://ri.cpfl.com.br.

continua →★

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.676	126.651	92.641	182.133
Títulos e valores mobiliários	6	29.678	51.327	42.242	138.613
Concessionárias e permissionárias	7	128.481	116.538	137.527	128.027
Estoques		90.630	72.218	92.128	74.024
Dividendo e juros sobre o capital próprio		7.860	16.049	188	90
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	30.297	30.231	30.319	30.276
Outros tributos a compensar	8	28.240	15.723	29.041	17.908
Derivativos	29	–	92.573	–	92.573
Ativo contratual	10	708.983	615.045	839.082	736.273
Outros ativos	9	89.260	89.172	92.897	90.080
Total do circulante		**1.172.106**	**1.225.528**	**1.356.066**	**1.489.996**
Não circulante					
Depósitos judiciais	18	215.374	183.243	257.771	222.023
Outros tributos a compensar	8	–	–	2.033	1.190
Derivativos	29	89.069	23.297	89.069	23.297
Outros ativos	9	11.568	13.465	11.984	14.243
Investimentos	11	1.461.885	1.507.899	18.647	21.779
Imobilizado	12	172.982	144.690	174.012	144.743
Ativo contratual	10	5.288.981	4.526.268	6.701.099	5.892.253
Intangível		14.240	9.009	14.542	9.311
Total do não circulante		**7.254.099**	**6.407.870**	**7.269.157**	**6.328.836**
Total do ativo		**8.426.205**	**7.633.398**	**8.625.223**	**7.818.832**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	13	153.433	137.287	161.066	145.922
Empréstimos e financiamentos	15	–	515.566	1.811	517.241
Debêntures	16	43.841	29.767	43.841	29.767
Entidade de previdência privada	17	38.846	85.221	38.846	85.221
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	52.264	–	55.579	4.516
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	14.931	17.357	16.161	18.428
Dividendos		35.703	117.205	35.859	117.530
Outras contas a pagar	19	195.523	204.254	211.653	207.834
Total do circulante		**534.540**	**1.106.657**	**564.817**	**1.126.458**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	427	–	35.068	36.365
Debêntures	16	3.336.155	2.780.596	3.336.155	2.780.596
Entidade de previdência privada	17	392.701	303.209	392.701	303.209
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	–	–	2.464	4.181
Débitos fiscais diferidos	20	33.695	138.442	125.334	226.779
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	513.935	370.682	542.287	395.465
Derivativos	29	73.030	68.424	73.030	68.424
Outras contas a pagar	19	44.434	40.305	49.582	45.336
Total do não circulante		**4.394.377**	**3.701.658**	**4.556.621**	**3.860.354**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		2.707.070	1.577.763	2.707.070	1.577.763
Reserva de capital		584.536	517.341	584.536	517.341
Reserva de lucros		366.606	815.749	366.606	815.749
Dividendos		229.054	178.210	229.054	178.210
Resultado abrangente acumulado		(389.979)	(263.981)	(389.979)	(263.981)
		3.497.288	**2.825.082**	**3.497.288**	**2.825.082**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	6.498	6.937
Total do patrimônio líquido		**3.497.288**	**2.825.082**	**3.503.786**	**2.832.020**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.426.205**	**7.633.398**	**8.625.223**	**7.818.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	23	**1.894.486**	**1.895.415**	**2.106.957**	**2.065.572**
Custos com operação	24	(191.090)	(233.017)	(192.375)	(235.647)
Depreciação e amortização		(8.009)	(4.920)	(8.009)	(4.920)
Outros custos com operação		(183.081)	(228.097)	(184.366)	(230.727)
Custo com serviço prestado a terceiros	24	(797.766)	(711.821)	(807.457)	(698.379)
Lucro operacional bruto		**905.630**	**950.577**	**1.107.125**	**1.131.546**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	**(13.032)**	**(8.619)**	**(15.484)**	**(10.343)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(13.032)	(8.619)	(14.944)	(9.996)
Outras despesas com vendas		–	–	(539)	(347)
Despesas gerais e administrativas	24	(214.734)	(135.602)	(230.665)	(146.604)
Depreciação e amortização		(114)	(214)	(119)	(218)
Outras despesas gerais e administrativas		(214.620)	(135.388)	(230.546)	(146.386)
Outras despesas operacionais	24	7.775	11.765	7.719	11.831
Resultado do serviço		685.639	818.122	868.695	986.430
Resultado de participações societárias	11	187.014	177.194	5.104	7.022
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		36.734	50.142	54.704	75.456
Despesas financeiras		(530.025)	(366.495)	(535.004)	(370.665)
		(493.291)	**(316.352)**	**(480.299)**	**(295.209)**
Lucro antes dos tributos		**379.362**	**678.963**	**393.499**	**698.243**
Contribuição social	20	(16.513)	(43.318)	(20.741)	(48.815)
Imposto de renda	20	(44.823)	(119.306)	(54.033)	(131.569)
		(61.336)	**(162.624)**	**(74.775)**	**(180.384)**
Lucro líquido do exercício		**318.026**	**516.339**	**318.725**	**517.859**
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				318.026	516.339
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				698	1.519
Lucro por ação - R$					
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$		13,86	33,48	13,89	33,58
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R$		13,86	33,48	13,89	33,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	**318.026**	**516.339**
Outros resultados abrangentes	**(125.998)**	**338.014**
- Ganhos (perdas) atuariais	(125.865)	(341.903)
- Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(203)	(5.892)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	69	2.003
Resultado abrangente do exercício	**192.028**	**854.353**

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**318.725**	**517.859**
Outros resultados abrangentes	**(125.998)**	**338.014**
- Ganhos (perdas) atuariais	(125.865)	341.903
- Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(203)	(5.892)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	69	2.003
Resultado abrangente do exercício	**192.727**	**855.873**
Atribuído ao acionista da companhia controladora	192.028	854.353
Atribuído ao acionista não controlador	698	1.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
1 - Receita	**2.091.040**	**2.122.668**	**2.326.643**	**2.304.639**
1.1 Receita operacional bruta	1.117.608	1.074.431	1.341.967	1.244.495
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	–	–	3.223	2.982
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	953.360	1.028.324	963.293	1.038.626
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.032)	(8.645)	(14.944)	(10.022)
1.5 Outras receitas	33.104	28.558	33.104	28.558
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.030.617)**	**(861.948)**	**(1.062.358)**	**(873.125)**
2.1 Material	(9.990)	(10.236)	(14.526)	(15.980)
2.2 Serviços de terceiros	(79.553)	(85.577)	(100.018)	(89.772)
2.3 Outros custos operacionais	–	–	–	(1.239)
2.4 Custo de construção	(797.766)	(711.821)	(797.766)	(711.821)
2.5 Outras despesas operacionais	(143.308)	(54.314)	(150.048)	(54.313)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**1.060.423**	**1.260.720**	**1.264.285**	**1.431.514**
4 - Retenções	**(8.124)**	**(5.134)**	**(8.128)**	**(5.138)**
4.1 Depreciação e amortização	(8.124)	(5.134)	(8.128)	(5.138)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**1.052.299**	**1.255.586**	**1.256.157**	**1.426.376**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**223.748**	**227.336**	**59.808**	**82.478**
6.1 Resultado de participações societárias	187.014	177.194	5.104	7.022
6.2 Receitas financeiras	36.734	50.142	54.704	75.456
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**1.276.047**	**1.482.922**	**1.315.965**	**1.508.854**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**149.857**	**187.318**	**150.327**	**187.651**
8.1.1 Remuneração direta	70.307	68.805	70.677	69.073
8.1.2 Benefícios	71.409	110.357	71.508	110.422
8.1.3 FGTS	8.141	8.156	8.141	8.156
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**277.986**	**412.430**	**311.735**	**432.210**
8.2.1 Federais	273.178	409.763	306.925	429.351
8.2.2 Estaduais	643	645	643	645
8.2.3 Municipais	4.165	2.022	4.167	2.214
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**530.178**	**366.835**	**535.179**	**371.134**
8.3.1 Juros	530.025	366.495	534.936	370.626
8.3.2 Aluguéis e arrendamentos	153	340	243	508
8.4 Remuneração de capital próprio	**318.026**	**516.339**	**318.725**	**517.859**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	–	17.097	–	17.097
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	–	289.131	–	289.131
8.4.3 Lucros retidos	–	209.000	–	210.519
8.4.4 Incorporação do acervo	–	(11.964)	–	(11.964)
8.4.5 Reestruturação societária	–	13.076	–	13.076
8.4.2 Lucros acumulados	318.026	–	318.725	–
	1.276.047	**1.482.922**	**1.315.965**	**1.508.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes dos tributos	**379.362**	**678.963**	**393.499**	**698.243**
Ajustes:				
Depreciação e amortização	8.124	5.134	8.128	5.138
Ganho na baixa de não circulante	(6.280)	–	(6.295)	(116)
Resultado de equivalência patrimonial	(187.014)	(177.194)	(5.104)	(7.022)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	126.171	20.299	128.911	21.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.032	8.619	14.944	9.996
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	451.651	367.913	462.105	366.760
Ativo contratual	(694.123)	(763.431)	(863.108)	(904.128)
PIS e COFINS diferidos	–	–	1.608	(5.456)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	39.512	72.815	39.512	72.815
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(aumento) redução dos ativos:				
Concessionárias e permissionárias	(24.975)	11.894	(24.305)	9.224
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	173.328	36.074	5.248	7.666
Tributos a recuperar	(12.626)	1.434	(12.062)	12
Adições do ativo de transmissão	(746.482)	(708.728)	(757.476)	(713.946)
Ativo contratual	635.273	617.074	760.439	703.423
Depósitos judiciais	(23.226)	(2.505)	(23.437)	(2.887)
Outros ativos	(7.052)	(7.986)	(9.349)	(4.636)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	16.145	(7.539)	(16.381)	(17.098)
Obrigações fiscais	(2.377)	(66.133)	(3.923)	(70.742)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(122.260)	(90.058)	(122.260)	(90.058)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(37.959)	(10.769)	(38.456)	(11.126)
Taxas regulamentares	–	–	190	1.294
Outros passivos operacionais	(4.038)	(25.918)	8.201	(25.722)
	(156.249)	**(253.160)**	**(201.079)**	**(214.596)**
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(269.311)	(245.861)	(272.210)	(248.105)
IRPJ e CSLL pagos	(46.604)	(56.052)	(59.535)	(63.876)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**(331.120)**	**(341.955)**	**(358.624)**	**(268.599)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	–	–	–	35.520
Aumento de capital por incorporação	–	7.276	–	7.276
Redução de capital em subsidiárias	65.000	107.809	–	–
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(611.849)	(296.007)	(537.127)	(311.687)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	650.807	298.798	650.931	298.798
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(40.124)	(33.558)	(41.110)	(33.558)
Adições no Intangível	(5.242)	(3.866)	(5.234)	(3.866)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**58.592**	**80.452**	**(67.460)**	**(7.517)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento/(redução) de capital	–	–	–	(2.191)
Aumento de participação societária em investimentos já existente	1.129.307	–	1.129.307	–
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.458.388)	(260.000)	(1.459.962)	(261.167)
Captação de empréstimos e debêntures	1.367.010	895.000	1.367.010	895.000
Liquidação de operações com derivativos	(35.550)	(48.934)	(35.550)	(48.934)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(797.826)	(461.508)	(799.133)	(498.752)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(204.553)**	**124.558**	**201.672**	**83.956**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(67.975)	(136.945)	(89.492)	(192.161)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**126.651**	**263.595**	**182.133**	**374.296**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**(58.676)**	**126.650**	**92.641**	**182.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro: Reserva lucro a realizar	Reserva de lucro: Reserva legal	Reserva de lucro: Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos	Lucros acumulados	Resultado abrangente acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.577.763**	**517.341**	**318.601**	**142.780**	**354.367**	**178.210**	**–**	**(263.981)**	**2.825.082**	**6.938**	**2.832.020**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**318.026**	**(125.998)**	**192.028**	**698**	**192.726**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	318.026	–	318.026	698	318.724
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(203)	(203)	–	(203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	69	69	–	69
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(125.864)	(125.864)	–	(125.864)
Mutações internas do patrimônio líquido	**–**	**67.195**	**–**	**15.901**	**–**	**–**	**(15.901)**	**–**	**67.195**	**–**	**67.195**
Outras movimentações	–	67.195	–	–	–	–	–	–	67.195	–	67.195
Constituição de reserva legal	–	–	–	15.901	–	–	(15.901)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**1.129.307**	**–**	**(110.676)**	**–**	**(354.367)**	**50.844**	**(302.125)**	**–**	**412.982**	**(1.138)**	**411.844**
Aprovação da proposta de dividendos	–	–	(110.676)	–	(354.367)	(178.210)	–	–	(643.254)	(982)	(644.236)
Dividendo Intermediário	–	–	–	–	–	–	(40.000)	–	(40.000)	–	(40.000)
Dividendo prescritos	–	–	–	–	–	–	2.461	–	2.461	–	2.461
Aumento (redução) de capital	1.129.307	–	–	–	–	–	–	–	1.129.307	–	1.129.307
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	229.054	(229.054)	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(35.531)	–	(35.531)	(156)	(35.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.707.070**	**584.536**	**207.925**	**158.681**	**–**	**229.054**	**–**	**(389.979)**	**3.497.288**	**6.498**	**3.503.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro: Reserva lucro a realizar	Reserva de lucro: Reserva legal	Reserva de lucro: Reserva dividendos não distribuídos	Dividendos	Lucros acumulados	Resultado abrangente acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**981.343**	**(17.293)**	**109.601**	**142.780**	**354.367**	**368.008**	**–**	**(601.994)**	**1.336.812**	**9.050**	**1.345.862**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**516.339**	**338.014**	**854.353**	**1.519**	**855.872**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	516.339	–	516.339	1.519	517.858
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(5.892)	(5.892)	–	(5.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	2.003	2.003	–	2.003
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	341.903	341.903	–	341.903
Mutações internas do patrimônio líquido	**–**	**–**	**209.000**	**–**	**–**	**–**	**(209.000)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva de lucro a realizar	–	–	209.000	–	–	–	(209.000)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**596.421**	**534.634**	**–**	**–**	**–**	**(189.798)**	**(307.339)**	**–**	**633.917**	**(3.631)**	**630.286**
Juros sobre capital próprio - AGE 27/02/2024	–	–	–	–	–	–	(17.097)	–	(17.097)	–	(17.097)
Incorporação do acervo	20.395	533.517	–	–	–	–	11.964	–	565.877	–	565.877
Reestruturação societária	576.025	–	–	–	–	–	(13.076)	–	562.949	–	562.949
Dividendo distribuídos	–	–	–	–	–	(368.008)	–	–	(368.008)	–	(368.008)
Dividendo prescritos	–	–	–	–	–	–	3.632	–	3.632	–	3.632
Aumento (redução) de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.190)	(2.190)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	–	1.117	–	–	–	–	–	–	1.117	(1.117)	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	178.210	(178.210)	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(114.553)	–	(114.553)	(324)	(114.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.577.763**	**517.341**	**318.601**	**142.780**	**354.367**	**178.210**	**–**	**(263.981)**	**2.825.082**	**6.938**	**2.832.020**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:** Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 10, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:** Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2022 - ANEEL:** Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023. **Contrato de Concessão nº 03/2026 - ANEEL (aguardando assinatura e confirmação do regulatório):** Na qualidade de vencedora do Leilão de Transmissão nº 4/2025, a Companhia arrematou o Lote 3 e celebrou, em fevereiro de 2026, o Contrato de Concessão nº 03/2026 com a ANEEL, tendo por objeto a construção, operação e manutenção das SEs 525/138 kV Erechim, 230/69 kV Boa Vista do Buricá 2, 230/138 kV São Sebastião do Caí 2 e 230/138 kV Ivoti 2, incluindo seccionamentos e novos trechos de LTs no Estado do Rio Grande do Sul e a LT 230 kV Sarandi - Maringá no Estado do Paraná. A RAP vencedora do leilão foi de R$ 81.156, sendo o investimento (CAPEX) estimado pela ANEEL para o lote de R$ 1.069.085 e o início da operação comercial está previsto para fevereiro de 2030. A participação da Companhia no referido leilão está alinhada à estratégia de crescimento do Grupo CPFL, com propostas fundamentadas em disciplina financeira, sinergia com os ativos existentes e eficiência operacional na execução de projetos de infraestrutura. A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas: **CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, transferida para Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. - RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV - 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão. **CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. **CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV - 3X83MVA, da SE Vila Maria 230/138/13,8 kV - 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros - Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 - Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1 - SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 - SE Porto Alegre 8. **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. ("TESB")**: controlada com participação de 98,01%, a TESB opera as instalações de transmissão relacionadas ao lote A do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010, composto por 5 linhas de transmissão e 4 subestações: (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga - Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga - Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO. **1.1 Mudanças Climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; e • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030. Na publicação "Nossa jornada frente as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

[1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL: O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** Segmento de geração: Foco em fontes renováveis e inovações para segurança de barragens e eficiência dos ativos, como a plataforma Hydro 4.0, que integra soluções digitais da indústria 4.0; a diversificação do portfólio e repactuação do GSF (*Generation Scalling Factor*). Segmento de distribuição: Investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia. Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados à medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas. A governança de crises da CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e também estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas ("CPFL Transmissão") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As informações contábeis financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 10 - Ativo contratual; (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 16 - Debêntures; (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota 20 - Créditos e débitos fiscais diferidos; (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); e • Nota 29 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo e suas controladas. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individual e consolidada estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alocam os recursos necessários. **2.6 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. e CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. são consolidadas de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegrense Ltda. (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e outros investimentos são registradas pelo método de custo. **2.7 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Ativo Contratual da Concessão:** As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão. A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo. Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Oficio Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, o Grupo atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que: i. O Grupo atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.. iii. O Grupo monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.. **3.3 Instrumentos financeiros: 3.3.1 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **3.3.2 Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado**: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. **Mensurados ao custo amortizado**: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio. **3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que eles estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram. A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria. Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.6 Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão. **3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*): Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/CPC 48 descrita como perda de crédito esperada *(Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda *("PD" - Probability of Default)*, exposição financeira no momento do não cumprimento *("EAD" - Exposure At Default)* e a perda dada pela inadimplência *("LGD" - Loss Given Default)*. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:** As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.11 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras. • Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento. Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.13 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.14 Arrendamentos:** De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.15 Base de consolidação: Controlada e coligadas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição. As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada. Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11. **Aquisição de participação de acionistas não controladores:** É registrada como transação entre acionistas, consequentemente nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação. **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis:** No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo. Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar à taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO_2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas. **(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento. **3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preparação destas demonstrações financeiras: **(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas. **(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento. **(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na "data de liquidação" e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. **(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de "uso próprio", permitem a utilização desses contratos como instrumentos de hedge em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. **(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. - Ativo contratual: O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	934	865	1.188	1.191
Aplicações financeiras	57.742	125.786	91.453	180.941
Títulos de crédito privado (a)	–	65.565	13.784	120.503
Operações compromissadas em debêntures (a)	39.327	60.221	47.639	60.438
Fundos de investimento (b)	18.415	–	30.030	–
Total	**58.676**	**126.651**	**92.641**	**182.133**

(a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) ("CDBs") no montante de R$ 13.784 (R$ 120.503 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R$ 47.639 (R$ 60.438 em 31 de dezembro de 2024). Todas essas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,88% (101,54% em 31 de dezembro de 2024) e 96,66% (93,56% em 31 de dezembro de 2024) do CDI para operações compromissadas. (b) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez no montante de R$ 30.030 e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em títulos do governo	–	9.110	–	9.110
Aplicação direta	–	42.217	–	129.503
Fundos dos investimentos (a)	29.678	–	42.242	–
Total	**29.678**	**51.327**	**42.242**	**138.613**

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R$ 42.242 cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora				
	Saldos	Vencidos		Total	
	vincendos	até 360 dias	> 360 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Concessionárias e permissionárias	118.085	10.396	27.601	156.082	131.152
	118.085	**10.396**	**27.601**	**156.082**	**131.152**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(27.601)	(14.615)
Total				**128.481**	**116.538**

	Consolidado				
	Saldos	Vencidos		Total	
	vincendos	até 360 dias	> 360 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Concessionárias e permissionárias	163.303	1.823	3.500	168.626	144.228
	163.303	**1.823**	**3.500**	**168.626**	**144.228**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(31.099)	(16.201)
Total				**137.527**	**128.027**

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVCs), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCTs) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes cessantes. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29 e. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	**(5.322)**	**(9.035)**	**(14.357)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.293)	648	(8.645)
Saldo em 31/12/2024	**(14.615)**	**(8.387)**	**(23.002)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(12.986)	(46)	(13.032)
Saldo em 31/12/2025	**(27.601)**	**(8.433)**	**(36.034)**

	Consolidado		
	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	**(5.419)**	**(9.035)**	**(14.454)**
Reestruturação Societária	(103)	–	(103)
Provisão revertida (constituída) líquida	(10.679)	683	(9.996)
Saldo em 31/12/2024	**(16.201)**	**(8.352)**	**(24.553)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(14.898)	(46)	(14.944)
Saldo em 31/12/2025	**(31.099)**	**(8.398)**	**(39.497)**

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	–	3.845	–	3.845
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	–	9.028	–	9.028
Imposto de renda e contribuição social a compensar	30.297	17.359	30.319	17.404
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**30.297**	**30.232**	**30.319**	**30.277**
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	2.564	2.564	2.564	2.564
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	22.113	9.801	22.745	11.860
ICMS a compensar	–	–	8	8
Programa de integração social - PIS	471	475	495	491
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.550	2.570	2.647	2.631
Outros	542	312	582	353
Outros tributos a compensar	**28.240**	**15.722**	**29.041**	**17.908**
Total circulante	**58.537**	**45.954**	**59.360**	**48.184**
Não circulante				
ICMS a compensar	–	–	2.033	1.190
Outros tributos a compensar	**–**	**–**	**2.033**	**1.190**
Total não circulante	**–**	**–**	**2.033**	**1.190**

Antecipações de Contribuição social - CSLL e Imposto de renda - IRPJ - refere-se principalmente à constituição de créditos pagos a maior. **Imposto de renda retido na fonte -** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos.

9. OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - fornecedores	2.877	4.692	–	–
Cauções, fundos e depósitos vinculados	170	–	259	556
Ordens em curso	41.860	71.788	–	–
Serviços prestados a terceiros	5.255	6.543	–	–
Despesas antecipadas	5.733	2.615	157	222
Adiantamentos a funcionários	97	(349)	–	–
Provisões de Efeitos Temporários (i)	19.880	–	–	–
Outros	25.423	13.142	11.568	13.465
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.398)	(8.352)	–	–
Total	**92.897**	**90.080**	**11.984**	**14.243**

(i) Refere-se à constituição de efeitos temporários decorrentes do fato de que a receita efetivamente recebida pode ser superior ou inferior à receita homologada. Tais diferenças são compensadas no ciclo tarifário subsequente, caracterizando, portanto, um efeito temporário.

10. ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo. A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como seguem:

	Controladora					Consolidado						
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Total	CPFL Piracicaba Contrato 003/2013	CPFL Morro Agudo Contrato 006/2015	CPFL Maracanaú Contrato 020/2018	CPFL Sul I Contrato 005/2019	CPFL Sul II Contrato 011/2019	TESB Contrato 001/2011	Total
Saldo em 31/12/2023	**111.833**	**1.565.788**	**2.478.645**	**153.168**	**4.309.434**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**283.293**	**4.592.727**
Reestruturação Societária	–	–	–	–	–	142.155	151.537	90.751	364.545	417.129	–	1.166.118
(+) Adições	–	–	1.026.059	2.266	1.028.324	–	–	338	2.170	2	2.750	1.033.584
(+) Remuneração	10.890	154.406	225.830	6.864	397.989	11.660	14.984	4.098	22.128	30.892	24.911	506.663
(+) Atualização Monetária	6.720	68.635	88.725	2.890	166.970	–	–	–	–	–	14.248	181.218
(–) Amortização	(18.748)	(388.166)	(200.548)	(9.612)	(617.074)	(10.394)	(12.410)	(3.300)	(17.615)	(23.304)	(19.327)	(703.423)
(+/–) Outros	227	(151.843)	(5.454)	12.740	(144.330)	1.009	–	(2.102)	(2.163)	7	(781)	(148.361)
Saldo em 31/12/2024	**110.922**	**1.248.820**	**3.613.257**	**168.316**	**5.141.313**	**144.429**	**154.111**	**89.786**	**369.065**	**424.727**	**305.094**	**6.628.526**
(+) Adições	–	–	953.086	274	953.360	–	–	4	615	1.571	9.074	964.624
(+) Remuneração	10.303	117.493	394.410	7.473	529.679	10.230	14.360	6.398	15.994	26.065	14.589	617.316
(+) Atualização Monetária	396	51.494	109.090	7.461	168.441	9.356	9.950	5.844	23.932	27.567	13.515	258.605
(–) Amortização	(19.458)	(342.295)	(262.569)	(10.952)	(635.273)	(14.583)	(16.843)	(7.966)	(24.705)	(33.544)	(27.525)	(760.439)
(+/–) Outros	(235)	(162.082)	3.531	(771)	(159.557)	(39)	(8.763)	(13)	(671)	(704)	1.296	(168.451)
Saldo em 31/12/2025	**101.928**	**913.430**	**4.810.805**	**171.801**	**5.997.964**	**149.393**	**152.815**	**94.053**	**384.230**	**445.682**	**316.043**	**7.540.181**
Circulante	**20.548**	**366.713**	**310.487**	**11.235**	**708.983**	**14.770**	**16.898**	**8.203**	**25.881**	**35.289**	**29.057**	**839.082**
Não Circulante	**81.380**	**546.717**	**4.500.318**	**160.566**	**5.288.981**	**134.623**	**135.917**	**85.850**	**358.349**	**410.393**	**286.986**	**6.701.099**

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2025/2026 está vigente desde 1º de julho de 2025 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.481/2025 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R$ 298.032, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R$ 745.275, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R$ 44), (ii) nº 080/2002, é de R$ 22.863 e PA de (R$678); e (iii) nº 004/2021 é de R$ 11.635 e PA de R$ (678). Para os contratos das controladas, no ciclo 2025/2026 as RAPs vigentes são: (i) Contrato 001/2011 da controlada TESB é de R$ 48.318 e PA de (R$ 4.218); (ii) Contrato 003/2013 da CPFL Transmissão Piracicaba é de R$ 17.527 e PA de (R$ 383); (iii) Contrato 006/2015 da CPFL Transmissão Morro Agudo é de R$ 19.740 e PA de (R$ 214); (iv) Contrato 020/2018 da CPFL Transmissão Maracanaú é de R$ 11.558 e PA de (R$ 130); (v) Contrato 005/2019 da CPFL Transmissão Sul I é de R$ 37.787 e PA de (R$ 1.297); e (vi) Contrato 011/2019 da CPFL Transmissão Sul II é de R$ 48.540 (R$ 2.313).

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participações societárias permanente				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.461.885	1.505.010	18.647	18.890
Avaliadas pelo método de custo	–	2.889	–	2.889
Total	**1.461.885**	**1.507.899**	**18.647**	**21.779**

11.1 Movimentação dos investimentos

Investimentos	Investimento em 31/12/2024	Redução integralização de capital	Equivalência patrimonial (resultado)	Dividendo e juros sobre capital próprio	Investimento em 31/12/2025
Controladas					
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda.	138.970	–	18.412	(15.472)	141.910
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda.	147.450	–	16.237	(18.913)	144.774
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda.	51.560	–	9.957	(3.362)	58.155
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda.	398.752	(65.000)	47.311	(18.000)	363.063
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda.	407.982	–	55.628	(48.008)	415.602
Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda.	341.406	–	34.366	(56.039)	319.733
Coligadas					
Empresa de Transmissão do Alto do Uruguai - ETAU	13.401	–	4.747	(4.962)	13.187
Transmissora Porto Alegrense - TPAE	5.489	–	356	(385)	5.460
	1.505.010	**(65.000)**	**187.015**	**(165.139)**	**1.461.885**

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações Financeiras Coligadas

	31/12/2025		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro Líquido
Coligadas			
TPAE	38.146	55.420	1.213
ETAU	34.895	131.819	32.828

Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE): Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4. **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU):** A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos - Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas. O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

12. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2024	**727**	**1.528**	**27.338**	**40.052**	**34**	**75.065**	**144.744**
Custo histórico	727	1.858	31.673	42.093	61	75.065	151.477
Depreciação acumulada	–	(330)	(4.334)	(2.041)	(27)	–	(6.732)
Adições	–	–	–	–	–	41.110	41.110
Baixas	–	–	(67)	(3.808)	–	(2.984)	(6.859)
Transferências	–	2.812	1.961	–	3.732	(8.505)	–
Depreciação	–	(835)	(1.971)	(6.014)	(11)	–	(8.831)
Baixa da depreciação	–	–	42	3.808	–	–	3.850
Saldo em 31/12/2025	**727**	**3.504**	**27.304**	**34.038**	**3.755**	**104.683**	**174.012**
Custo histórico	727	4.669	33.567	38.285	3.793	104.683	185.728
Depreciação acumulada	–	(1.165)	(6.263)	(4.247)	(38)	–	(11.713)
Taxa média de depreciação 2024		**3,38%**	**4,38%**	**14,29%**	**6,43%**		
Taxa média de depreciação 2025		**3,37%**	**4,77%**	**14,29%**	**6,25%**		

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R$ 174.012 (R$ 144.744 em 31 de dezembro de 2024), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47. As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas. As baixas apresentadas acima referem-se, principalmente, a transferências de ativos elétricos para os projetos de construção de redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, destinados ao grupo do Ativo Contratual.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Materiais e serviços	153.433	137.287	161.066	145.922
Total	**153.433**	**137.287**	**161.066**	**145.922**

O saldo de R$ 161.922 (R$ 145.922 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao aumento nas aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras de transmissão ou para a manutenção do custeio.

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	45.264	3.284	–	–
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	10.315	1.232	–	–
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**55.579**	**4.516**	**–**	**–**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.819	3.416	–	–
Programa de integração social - PIS	1.806	1.585	–	–
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.346	7.337	–	–
Outros	3.191	6.089	2.464	4.181
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**16.161**	**18.428**	**2.464**	**4.181**
Total	**71.740**	**22.944**	**2.464**	**4.181**

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora					
Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	523.332	(458.388)	19.269	(61.729)	(22.484)	–
Marcação a mercado	(7.766)	–	8.193	–	–	427
Total ao valor justo	**515.566**	**(458.388)**	**27.462**	**(61.729)**	**(22.484)**	**427**
Total	**515.566**	**(458.388)**	**27.462**	**(61.729)**	**(22.484)**	**427**
Circulante	**515.566**					**–**
Não Circulante	**–**					**427**

	Controladora					
Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	409.053	–	21.673	113.484	(20.878)	523.332
Marcação a mercado	(6.199)	–	(1.567)	–	–	(7.766)
Total ao valor justo	**402.854**	**–**	**20.106**	**113.484**	**(20.878)**	**515.566**
Total	**402.854**	**–**	**20.106**	**113.484**	**(20.878)**	**515.566**
Circulante	**2.384**					**515.566**
Não Circulante	**400.470**					**–**

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pós Fixado						
IPCA	38.455	(1.571)	2.842	–	(2.883)	36.843
Gastos com captação(*)	(416)	–	26	–	–	(390)
Total ao custo	**38.039**	**(1.571)**	**2.868**	**–**	**(2.883)**	**36.453**
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	523.332	(458.388)	19.269	(61.729)	(22.484)	–
Marcação a mercado	(7.766)	–	8.193	–	–	427
Total ao valor justo	**515.566**	**(458.388)**	**27.462**	**(61.729)**	**(22.484)**	**427**
Total	**553.605**	**(459.959)**	**30.330**	**(61.729)**	**(25.367)**	**36.880**
Circulante	**517.240**					**1.811**
Não Circulante	**36.365**					**35.068**

	Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
IPCA	–	39.691	(1.167)	2.175	–	(2.244)	38.455
Gastos com captação(*)	–	(435)	–	19	–	–	(416)
Total ao custo	**–**	**(39.256)**	**(1.167)**	**2.194**	**–**	**(2.244)**	**38.039**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	409.053	–	–	21.673	113.484	(20.878)	523.332
Marcação a mercado	(6.199)	–	–	(1.567)	–	–	7.766
Total ao valor justo	**402.854**	**–**	**–**	**20.106**	**113.484**	**(20.878)**	**515.566**
Total	**402.854**	**(39.256)**	**(1.167)**	**22.300**	**113.484**	**(23.122)**	**553.605**
Circulante	**2.384**						**517.240**
Não Circulante	**400.470**						**36.365**

(*) Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	2.005
2027	2.272
2028	2.349
2029	2.370
2030	14.000
2031 a 2035	11.646
2036 a 2040	–
Subtotal	**34.642**
Marcação a mercado	426
Total	**35.068**

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
BNB	IPCA + 1,06%	36.843	–	2022 a 2039	(i) Conta reserva (ii) Fiança Bancária
		36.843	**–**		
Gastos com captação		**(390)**	**–**		
Total moeda nacional		**36.453**	**–**		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US$ + 4,49%	–	409.053	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		–	**409.053**		
Marcação a mercado		**427**	**(6.199)**		
Total moeda estrangeira		**427**	**402.854**		
Total		**36.880**	**402.854**		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo varia de 50% a 109% do CDI. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas semestralmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.272.235	583.000	(1.000.000)	116.243	(116.356)	855.122
IPCA	–	500.000	–	28.818	(17.080)	511.738
Gastos com captação(*)	(2.120)	(15.991)	–	1.168	–	(16.943)
Total ao custo	**1.270.115**	**1.067.009**	**(1.000.000)**	**146.228**	**(133.436)**	**1.349.917**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.679.699	300.000	–	211.823	(113.365)	2.078.157
Marcação a mercado	(139.451)	–	–	91.373	–	(48.078)
Total ao valor justo	**1.540.248**	**300.000**	**–**	**303.196**	**(113.365)**	**2.030.079**
Total	**2.810.363**	**1.367.009**	**(1.000.000)**	**449.424**	**(246.801)**	**3.379.996**
Circulante	**29.767**					**43.841**
Não circulante	**2.780.596**					**3.336.155**

	Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo							
Pós fixado							
CDI	1.272.950	–	260.000	(260.000)	150.054	(150.769)	1.272.235
Gastos com captação(*)	(2.491)	–	–	–	371	–	(2.120)
Total ao custo	**1.270.459**	**–**	**260.000**	**(260.000)**	**150.425**	**(150.769)**	**1.270.115**
Mensuradas ao valor justo							
Pós fixado							
IPCA	456.106	536.018	635.000	–	126.789	(74.215)	1.679.698
Marcação a mercado	(1.528)	2.321	–	–	(140.244)	–	(139.451)
Total ao valor justo	**454.578**	**538.339**	**635.000**	**–**	**(13.455)**	**(74.215)**	**1.540.247**
Total	**1.725.037**	**538.339**	**895.000**	**(260.000)**	**136.970**	**(224.983)**	**2.810.363**
Circulante	**16.047**						**29.767**
Não circulante	**1.708.990**						**2.780.596**

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$ 48.078 (ganho de R$ 139.451 em 31 de dezembro de 2024). Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado					
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20% (a)	855.122	1.272.235	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,66% a 5,05%	511.738	–	2024 a 2027	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com captação	(16.943)	(2.120)		
		1.349.917	**1.270.115**		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,18%	2.078.157	1.679.699	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(48.078)	(139.451)		
Total		**3.379.997**	**2.810.363**		

(a) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo varia de CDI + 1,34% a 1,47% e IPCA + 4,66% a 5,05%. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2029	446.999
2030	770.024
2031 a 2035	353.593
2036 a 2040	1.677.554
Subtotal	**3.384.233**
Marcação a mercado	(48.078)
Total	**3.336.155**

Adições no exercício

			Montantes R$ mil			
Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Liberado em 2025	Pagamento de juros	Destinação do recurso	Taxa efetiva anual
Moeda nacional - IPCA						
14ª Emissão - EEELA4 - Única Série	06/03/2025	300.000	300.000	Semestral	Investimentos	IPCA+7,71%
15ª Emissão - EEELB5 - 2ª Série	23/05/2025	500.000	500.000	Semestral	Investimentos	IPCA + 6,93%
CDI						
15ª Emissão - EEELA5 - 1ª Série	23/05/2025	583.000	583.000	Trimestral	Capital de Giro	CDI+0,45%
			1.383.000			

Pré-pagamento: Em 2025, foram liquidados antecipadamente R$ 583.000 da 8ª emissão de debêntures 1ª série, cujos vencimentos originais eram até maio de 2027. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025: **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

17. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

17.1 Características: A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: **(i) "Plano CEEEPREV"**: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável, pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente. Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R$ 147.036.919, dos quais R$ 72.430.030 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instancia deferiu a referida medida, limitada a R$ 145.050.105, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Banrisul o desbloqueio dos valores constritos. O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março de 2022 a dezembro de 2025 o valor de R$ 185.944 mil deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano. Este valor está incluído nas perdas de risco possível na nota explicativa n° 18. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **(ii) "Plano Único":** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. **(iii) "Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP":** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação. **17.2 Movimentações dos planos de benefício definido:**

	Controladora			
	31/12/2025			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.244.344	3.367	2.175.394	3.423.106
Valor justo dos ativos do plano	(858.471)	–	(1.372.722)	(2.231.193)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**385.873**	**3.367**	**802.672**	**1.191.915**
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(240.911)	–	(519.456)	(760.367)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**144.962**	**3.367**	**283.216**	**431.547**

	Controladora			
	31/12/2024			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.216.684	3.115	2.080.162	3.299.961
Valor justo dos ativos do plano	(813.209)	–	(1.256.040)	(2.069.249)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**403.475**	**3.115**	**824.122**	**1.230.712**
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(297.929)	–	(544.353)	(842.282)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**105.546**	**3.115**	**279.769**	**388.430**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**1.109.127**	**3.405**	**1.897.913**	**3.010.445**
Custo do serviço corrente bruto	–	–	(5)	(5)
Juros sobre obrigação atuarial	65.262	313	114.103	179.678
Contribuições de participantes vertidas no exercício	–	–	628	628
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	–	–	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(15.925)	–	(20.520)	(36.445)
Benefícios pagos no ano	(150.659)	–	(215.784)	(366.443)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(309)	–	(309)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	**918.754**	**3.115**	**1.535.809**	**2.457.678**
Custo do serviço corrente bruto	–	–	(184)	(184)
Juros sobre obrigação atuarial	100.180	345	169.041	269.566
Contribuições de participantes vertidas no exercício	30.323	–	11.949	42.272
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	51.654	967	139.850	192.471
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	57.018	–	24.897	81.915
Benefícios pagos no ano	(154.496)	–	(225.423)	(379.919)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(1.060)	–	(1.060)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025	**1.003.433**	**3.367**	**1.655.939**	**2.662.740**

	Controladora		
	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(903.617)**	**(1.359.252)**	**(2.262.869)**
Rendimento esperado no exercício	(42.023)	(64.835)	(106.858)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	–	(628)	(628)
Contribuições de patrocinadoras	(34.767)	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	7.871	24.410
Benefícios pagos no exercício	150.659	215.784	366.443
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	**(813.209)**	**(1.256.040)**	**(2.069.249)**
Rendimento esperado no exercício	(89.898)	(139.972)	(229.870)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(30.323)	(11.949)	(42.272)
Contribuições de patrocinadoras	(38.875)	(82.330)	(121.205)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(40.668)	(107.854)	(148.522)
Benefícios pagos no exercício	154.496	225.423	379.919
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2025	**(858.477)**	**(1.372.722)**	**(2.231.199)**

17.3 Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**205.510**	**3.405**	**538.661**	**747.577**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.239	313	49.264	72.816
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.767)	–	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	–	7.871	24.410
Efeito *risk sharing*	(15.925)	–	(20.520)	(36.445)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(309)	–	(309)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	**105.546**	**3.115**	**279.770**	**388.430**
Circulante				**85.222**
Não circulante				**303.209**

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	**105.546**	**3.115**	**279.770**	**388.430**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	10.288	345	28.884	39.517
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(38.875)	–	(82.330)	(121.205)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	–	–
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	51.654	967	139.850	192.471
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(40.668)	–	(107.854)	(148.522)
Efeito *risk sharing*	57.018	–	24.897	81.915
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(1.060)	–	(1.060)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	**144.963**	**3.367**	**283.217**	**431.547**
Circulante				**38.846**
Não Circulante				**392.701**

17.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2026 estão apresentadas a seguir:

	2026
CPFL Transmissão - Plano Único	41.520
CPFL Transmissão - CTP	421
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	75.445
Total	**623.618**

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030 a 2035	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	145.420	146.776	147.847	148.560	880.887	1.469.490
CPFL Transmissão - CTP	421	407	390	369	1.580	3.167
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	219.094	224.949	230.034	235.177	1.496.736	2.405.990
Total	**364.935**	**372.132**	**378.271**	**384.106**	**2.379.203**	**3.878.647**

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,1 anos no Plano Único e 9,88 anos no plano CEEEPREV BD da CPFL Transmissão. **17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:** Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	2026 estimadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	–	–	(350)	(350)
Juros sobre obrigações atuariais	106.940	363	177.680	284.983
Rendimento esperado dos ativos do plano	(94.513)	–	(150.500)	(245.013)
Total da despesa (receita)	**12.427**	**363**	**26.830**	**39.620**

	2025 Realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	–	–	(184)	(184)
Juros sobre obrigações atuariais	100.180	345	169.041	269.566
Rendimento esperado dos ativos do plano	(89.898)	–	(139.972)	(229.870)
Total da despesa (receita)	**10.282**	**345**	**28.885**	**39.512**

	2024 Realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	–	–	(5)	(5)
Juros sobre obrigações atuariais	65.262	313	114.103	179.678
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.023)	–	(64.835)	(106.858)
Total da despesa (receita)	**23.239**	**313**	**49.264**	**72.816**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	(Plano Único e CEEEPREV BD)	
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb v.2015 (segregada por sexo) (***)	BR-EMSsb v.2021 desagravada em 10% (segregada por sexo) (***)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o Plano Único é AT-2000 MF por sexo em 2025 e 2024. **17.6 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2025	2024	2025	2024
Renda fixa	**97%**	**82%**	**96%**	**80%**
Títulos públicos federais	65%	49%	61%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	31%	32%	34%	25%
Renda variável	**0%**	**5%**	**1%**	**6%**
Fundos de investimento em ações	0%	5%	1%	6%
Investimentos estruturados	**0%**	**10%**	**0%**	**12%**
Fundos de investimento multimercado	0%	10%	0%	11%
Cotados em mercado ativo	**97%**	**97%**	**97%**	**97%**
Imóveis	**1%**	**1%**	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**2%**	**3%**	**2%**	**3%**
Outros ativos	**0%**	**-1%**	**0%**	**-1%**
Depósitos judiciais e outros	0%	-1%	0%	-1%
Não cotados em mercado ativo	**3%**	**3%**	**3%**	**3%**
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMILIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	96,5%	95,1%
Renda variável	0,0%	0,3%
Imóveis	0,7%	0,5%
Empréstimos e financiamentos	2,5%	2,7%
Investimentos estruturados	0,3%	0,2%
Investimentos no exterior	0,0%	1,2%
	100,00%	**100,00%**

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2025 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os planos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos planos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência dos planos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento dos ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades das carteiras dos planos de benefícios. **17.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	20.560	41.421	61.981
	+0,25 p.p.	(19.934)	(40.008)	(59.942)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(34.793)	(46.199)	(80.992)
	-1 ano	34.388	44.975	79.363

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a. ** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. *** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

17.8 Risco de investimento: Os planos de benefícios do Grupo possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IPCA que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos do Grupo (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios). Na Família Previdência, os planos de benefícios do Grupo têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2025: a) aquisição de títulos públicos na curva; b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável e c) redução na exposição do Segmento de Investimentos Estruturados. A Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	435.134	212.537	336.476	181.001
Cíveis	98.242	1.930	46.040	1.441
Fiscais	8.911	1.334	12.949	1.274
Regulatórios	–	41.970	–	38.306
Total	**542.287**	**257.771**	**395.465**	**222.022**

18.1 Movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	336.476	85.869	(4.165)	(35.816)	52.771	435.135
Cíveis	46.040	49.389	(1.075)	(1.360)	5.247	98.242
Fiscais	12.949	32	(3.228)	(1.281)	439	8.910
Total	**395.465**	**135.291**	**(8.468)**	**(38.456)**	**58.457**	**542.287**

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	298.203	84.181	(71.557)	(10.584)	36.234	336.476
Cíveis	32.282	15.674	(3.346)	(453)	1.882	46.040
Fiscais	18.278	474	(7.642)	(88)	1.928	12.949
Total	**348.763**	**100.329**	**(82.546)**	**(11.126)**	**40.045**	**395.465**

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue: **a) Trabalhistas** - A apuração dos valores contingentes é embasada em cálculos elaborados tendo em conta o histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista, bem como nas mais recentes orientações doutrinárias e jurisprudenciais sobre os temas. É realizada uma análise das chances de êxito da Empresa, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências são determinadas com base em julgamento da Administração, considerando a prévia análise do escritório responsável pela condução do processo. As principais ações ingressadas contra a CPFL Transmissão referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, compensação de contribuições extraordinárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2024 e 2025 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis. **b) Cíveis** - A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos. **c) Tributárias** - O saldo provisionado de R$ 8.911 (R$ 12.949 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável. **Perdas possíveis:** Os riscos de perda possível são das mesmas naturezas descritas acima. A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	2025	2024	Principais Causas
Trabalhistas	198.133	166.243	Diferença salarial ou de proventos, horas extras
Cíveis	143.051	129.753	Ações indenizatórias, revisão de contratos
Fiscais	28.570	–	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	53.574	694	IPTU, PIS e COFINS
Total	**423.328**	**296.690**	

Além dos processos contemplados acima, a Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a litígios judiciais entre a Fundação Família Previdência e a PREVIC e entre a Fundação Família Previdência e a Companhia, envolvendo as contribuições não paritárias do Plano CEEE Prev (nota 17.2) no montante de R$ 519.456. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para a Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de aportes não paritários ao Plano CEEE Prev.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	–	–	–	–	455	294	–	–
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.409	33.297	15.360	7.350	19.543	35.132	15.360	7.350
EPE/FNDCT/PROCEL (i)	728	853	–	–	801	939	–	–
Descontos tarifários - CDE	8.277	7.362	–	–	8.277	7.362	–	–
Folha de pagamento	5.269	6.864	–	–	5.269	6.864	–	–
Obrigações estimadas com pessoal	21.080	21.256	–	–	21.080	21.256	–	–
Taxas regulamentares	–	–	–	–	1.527	1.338	–	–
Participação nos lucros	–	–	2.937	2.722	–	–	2.937	2.722
Provisões de Efeitos Temporários (ii)	103.870	72.424	3	3	103.870	72.424	3	6
Provisões Ambientais	4.645	28.370	20.010	26.316	4.645	28.370	20.010	26.316
Outros	34.245	33.828	6.124	3.914	46.186	33.848	11.272	8.942
Total	**195.523**	**204.254**	**44.434**	**40.305**	**211.653**	**207.834**	**49.582**	**45.336**

(i) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. (ii) Refere-se à constituição de efeitos temporários decorrentes do fato de que a receita efetivamente recebida pode ser superior ou inferior à receita homologada. Tais diferenças são compensadas no ciclo tarifário subsequente, caracterizando, portanto, um efeito temporário.

20. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

20.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	–	–	163	163
Benefício fiscal da mais-valia incorporada	159.012	141.225	159.012	141.225
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(167.931)	(177.871)	(184.587)	(193.933)
Subtotal	**(8.919)**	**(36.646)**	**(25.412)**	**(52.545)**
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	–	–	453	453
Benefício fiscal da mais-valia incorporada	441.700	392.292	441.700	392.292
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(466.476)	(494.087)	(497.320)	(523.831)
Subtotal	**(24.776)**	**(101.795)**	**(55.167)**	**(131.086)**
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	–	–	(44.756)	(43.148)
Total	**(33.695)**	**(138.442)**	**(125.334)**	**(226.779)**

20.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	48.255	134.042	35.450	98.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.349	6.525	1.176	3.267
Provisão relacionada a pessoal	763	2.118	828	2.300
Derivativos	(5.732)	(15.922)	(17.519)	(48.665)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(238.822)	(647.971)	(221.296)	(599.838)
Outros	8.599	23.887	7.428	20.634
Total	**(184.587)**	**(497.320)**	**(193.933)**	**(523.831)**

20.3 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Consolidado
2026	182.477
2027	138.418
2028	138.418
2029	138.418
2030 a 2032	174.832
A partir 2033	54.689
Total	**827.252**

20.3.1 Benefício fiscal da Mais-Valia incorporada: Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre a Mais-Valia de aquisição incorporada e está registrado de acordo com os conceitos da Resolução CVM n° 78/2022 e ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (nota 1). **20.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos períodos de 2025 e 2024:**

	Controladora			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**379.362**	**379.362**	**678.963**	**678.963**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(187.014)	(187.014)	(177.194)	(177.194)
Juros sobre o capital próprio	–	–	(17.097)	(17.097)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(4.983)	(9.166)	526	(3.184)
Base de cálculo	**187.365**	**183.182**	**485.198**	**481.489**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(16.863)**	**(45.796)**	**(43.668)**	**(120.372)**
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	350	972	350	972
Total	**(16.513)**	**(44.823)**	**(43.318)**	**(119.400)**
Corrente	(26.435)	(72.384)	(13.003)	(35.192)
Diferido	9.922	27.561	(30.315)	(84.208)

	Consolidado			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**1.551.319**	**1.551.319**	**698.243**	**698.243**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(550.933)	(550.933)	29.917	29.917
Efeito regime lucro presumido	(155.664)	(163.703)	(184.514)	(189.832)
Receita juros sobre o capital próprio	–	–	(17.097)	(17.097)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(31.259)	(42.132)	526	(3.184)
Base de cálculo	**813.464**	**794.552**	**527.075**	**518.047**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(73.212)**	**(198.638)**	**(47.437)**	**(129.512)**
Ajustes de créditos fiscais	301	1.380	(1.378)	(2.058)
Total	**(72.911)**	**(197.259)**	**(48.815)**	**(131.570)**
Corrente	(64.408)	(174.190)	(16.820)	(44.250)
Diferido	(8.503)	(23.068)	(31.995)	(87.320)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2025						31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL Energia	6.609.576	51	–	–	6.609.576	–	–	–
CPFL Brasil	6.350.377	49	9.071.967	100	15.422.344	100	15.422.344	100
Total	**12.959.953**	**100**	**9.071.967**	**100**	**22.031.920**	**100**	**15.422.344**	**100**

21.1 Gestão de Capital: A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,30 vezes o EBITDA em 2025 (2,07 vezes em 2024), maior do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado. **21.2 Capital Social:** Foi aprovado em 05 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão, o aumento de capital por meio de aporte realizado pela CPFL Energia, bem como a conversão de parte das ações ordinárias, detidas pela CPFL Brasil, em ações preferenciais. Após a implementação da reestruturação, a CPFL Energia passou a deter 51% das ações ordinárias da CPFL Transmissão, correspondentes a 30% do capital social total da Companhia e passando a ter o controle direto da CPFL Transmissão. A CPFL Brasil permaneceu no quadro acionário da CPFL Transmissão, detendo 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, que, em conjunto, representam 70% do capital social total. Como resultado, a Companhia passou a ser uma controlada direta da CPFL Energia. **21.3 Reserva de capital:** Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 584.536, que compreende: (i) resgate compulsório de ações (R$ 15.666); (ii) alteração na participação sem alteração no controle (R$ 511), (iii) benefício fiscal da Mais-Valia Incorporada, oriundo da incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, de R$ 533.517 e (iv) PPA (Purchase Price Allocation) alocação de preço de compra, de R$ 67.195. **21.4 Reserva de Lucros:** O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 350.705, que compreende: i) Reserva Legal de R$ 142.780; e ii) Reserva de lucros a realizar de R$ 207.925.

21.5 Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.964)	(5.830)
Perda Atuarial	(384.015)	(258.150)
	(389.979)	**(263.981)**

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento. **21.6 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio:** A Companhia está propondo para o exercício de 2025, o montante de R$ 35.531 de dividendo mínimo obrigatório, R$ 40.000 de dividendo Intermediário e R$ 229.054 de dividendo adicional proposto. Em 2025, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R$ 797.826. **21.7 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do ano fiscal	**318.026**
Dividendo Prescrito	(15.091)
Incorporação do acervo	2.461
Lucro líquido considerado para destinação	**304.585**
Dividendo mínimo Obrigatório	(35.531)
Reserva de lucro a realizar	(40.000)
Dividendo Adicional Proposto	(229.054)

22. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

Básico

	Controladora		
	31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Exercício	187.074	130.952	318.026
Média das Ações	12.959.953	9.071.967	22.031.920
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	**14,43**	**14,43**	**14,43**
	31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Exercício	598.510	7.093	605.604
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	**63,13**	**63,13**	**63,13**

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diluído	Controladora 31/12/2025	31/12/2024
Lucro para as ações ordinárias	187.074	598.510
Lucro para as ações preferenciais	130.952	7.093
	318.026	605.604
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	12.959.953	9.480.088
Ações Preferenciais	9.071.967	112.356
	22.031.920	9.592.444
Lucro Diluído por Ação - R$	**14,43**	**63,13**

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Receita Operacional	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	541.063	480.805	712.338	608.473
Receita de Operação e Manutenção	576.545	593.625	628.055	645.095
Receita com construção da infraestrutura	953.360	1.028.324	963.293	1.031.306
Outras Receitas	15.951	20.170	7.851	11.947
Total da receita operacional bruta	**2.086.919**	**2.122.925**	**2.311.537**	**2.296.821**
Deduções da receita operacional				
PIS/COFINS	(111.160)	(114.728)	(119.580)	(114.476)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(54.180)	(77.313)	(54.180)	(77.328)
Encargos Setoriais	(22.629)	(30.744)	(25.676)	(33.302)
Outras deduções	(4.464)	(4.725)	(5.144)	(6.143)
	(192.433)	**(227.510)**	**(204.580)**	**(231.249)**
Receita operacional líquida	**1.894.486**	**1.895.415**	**2.106.957**	**2.065.572**

24. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais: Gerais e administrativas		Despesas operacionais: Outros		Total	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Pessoal	(116.786)	(122.388)	–	–	(14.780)	(14.387)	–	–	(131.566)	(136.775)
Entidade de previdência privada	(39.512)	(72.815)	–	–	–	–	–	–	(39.512)	(72.815)
Material	(7.688)	(8.186)	–	–	(2.271)	(2.161)	–	–	(9.959)	(10.347)
Serviços de terceiros	(19.832)	(25.600)	–	–	(59.561)	(59.828)	–	–	(79.393)	(85.428)
Custos com construção da infraestrutura	–	–	(797.766)	(711.821)	–	–	–	–	(797.766)	(711.821)
Outros	737	892	–	–	(138.008)	(59.012)	7.774	11.765	(129.497)	(46.355)
Arrendamentos e aluguéis	1.046	1.088	–	–	(1.132)	(1.429)	–	–	(86)	(341)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	(129.515)	(61.757)	–	–	(129.515)	(61.757)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	6.279	(12.952)	6.279	(12.952)
Outros	(309)	(196)	–	–	(7.361)	4.174	1.495	24.717	(6.175)	28.695
Total	**(183.081)**	**(228.097)**	**(797.766)**	**(711.821)**	**(214.620)**	**(135.388)**	**7.774**	**11.765**	**(1.187.693)**	**(1.063.541)**

	Consolidado									
	Outros custos com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais: Vendas		Outras despesas operacionais: Gerais e administrativas		Outras despesas operacionais: Outros		Total	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Pessoal	(116.786)	(122.388)	–	–	(539)	(346)	(14.796)	(14.403)	–	–	(132.121)	(137.137)
Entidade de previdência privada	(39.512)	(72.815)	–	–	–	–	–	–	–	–	(39.512)	(72.815)
Material	(7.762)	(8.228)	–	–	–	–	(2.583)	(2.241)	–	–	(10.345)	(10.469)
Serviços de terceiros	(21.279)	(28.678)	–	–	–	–	(70.657)	(68.477)	–	–	(91.936)	(97.155)
Custos com construção da infraestrutura	–	–	(807.457)	(698.379)	–	–	–	–	–	–	(807.457)	(698.379)
Outros	973	1.382	–	–	–	–	(142.510)	(61.265)	7.719	11.831	(133.818)	(48.052)
Arrendamentos e aluguéis	1.046	1.033	–	–	–	–	(1.154)	(1.541)	–	–	(108)	(508)
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	–	–	(1)	(2)	–	–	(1)	(2)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	–	–	(132.949)	(63.381)	–	–	(132.949)	(63.381)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	6.294	(12.835)	6.294	(12.835)
Outros	(73)	349	–	–	–	–	(8.406)	3.659	1.425	24.666	(7.054)	28.674
Total	**(184.366)**	**(230.727)**	**(807.457)**	**(698.379)**	**(539)**	**(346)**	**(230.546)**	**(146.386)**	**7.719**	**11.831**	**(1.215.189)**	**(1.064.007)**

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	27.419	42.063	41.683	63.618
Acréscimos e multas moratórias	1.432	2.263	1.432	2.263
Atualização de créditos fiscais	–	–	1	9
Atualização de depósitos judiciais	8.905	7.941	12.313	11.513
Atualizações monetárias e cambiais	29	95	29	107
PIS e COFINS - Sobre outras receitas financeiras	(1.786)	(2.442)	(1.786)	(2.442)
Outros	735	222	1.032	388
Total	**36.734**	**50.142**	**54.704**	**75.456**
Despesas				
Encargos de dívidas	(324.821)	(244.465)	(327.808)	(246.566)
Atualizações monetárias e cambiais	(251.147)	(114.836)	(252.467)	(116.170)
(–) Juros capitalizados	51.283	–	51.283	–
Outros	(5.340)	(7.194)	(6.012)	(7.929)
Total	**(530.025)**	**(366.495)**	**(535.004)**	**(370.665)**
Resultado financeiro	**(493.291)**	**(316.352)**	**(480.299)**	**(295.208)**

Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R$ 252.467 (R$ 116.170 em 31 de dezembro de 2024) aumento refere-se a despesas com marcação a mercado e SWAP dos empréstimos e debêntures. Despesas com encargos de dívidas no montante de R$ 327.808 (R$ 246.566 em 31 de dezembro de 2024), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2025.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A. que, por sua vez, possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. **b) Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento. **c) Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R$ 4.335 (R$ 5.100 em 2024). Este valor é composto por R$ 3.216 (R$ 3.851 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R$ 126 (R$ 106 em 2024) de benefícios pós-emprego e outros encargos R$ 993 (R$ 1.250 em 2024). Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
Empresas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	572	1.510	1.012	1.546	20.340	17.452	13.918	24.356
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	–	81	–
Materiais e Prestação de Serviços							–	–
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	167	27.693	31.239	10.076	7.674	163.993	51.206
Entidades sob o controle comum	–	–	50	702	477	–	24.923	89.099
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	668	–	–	114.553	–	–	–	–
Disponibilização do Sistema de Transmissão								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	942	2.572	–	–	471.835	404.063	–	–
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	166	–	–
Outras								
Entidades sob o controle comum	–	15.355	–	–	–	–	–	–

27. SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	**Ramo da apólice**	**31/12/2025**
Ativos vinculados à Concessão	Riscos Nomeados	856.577
Transporte	Nacional e Internacional	72.849
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	78.404
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	132.904
Garantia	Seguro Garantia	53.503
Outros	D&O	152.200
Total		**1.346.437**

28. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. **Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:** • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos; • Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. **Cabe ao Comitê de Auditoria:** • Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; • Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos. **Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:** • Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. **À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:** • Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia; • Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões; • Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios; • Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos; • Em caso de extrapolação do limite de risco: a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações; b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia; c. Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre de a possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas a mercado e suscetíveis à volatilidade associada à flutuação do preço de energia. **Risco quanto à escassez de energia hídrica**: A energia vendida pelo Grupo é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade. **Risco de aceleração de dívidas:** O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Controladora 31/12/2025 Contábil	Controladora 31/12/2025 Valor Justo	Consolidado 31/12/2025 Contábil	Consolidado 31/12/2025 Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	58.676	58.676	92.641	92.641
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	29.678	29.678	42.242	42.242
Derivativos	29	(a)	Nível 2	89.069	89.069	89.069	89.069
Total				**177.423**	**177.423**	**223.952**	**223.952**
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	–	–	36.452	36.452
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	427	427	427	427
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (**)	1.349.917	1.360.773	1.349.917	1.360.773
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	2.030.079	2.030.079	2.030.079	2.030.079
Derivativos	29	(a)	Nível 2	73.030	73.030	73.030	73.030
Total				**3.453.453**	**3.464.309**	**3.489.905**	**3.500.761**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7

Legenda
Categoria/Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são: • Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimento controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 15 e 16. Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão;

Estratégia	Valores de mercado (contábil) Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores ao custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador dívida	Moeda/ indexador *swap*	Faixa de vencimento	Nocional
Derivativos de proteção de dívidas designadas ao valor justo									
***Hedge* variação índice de preços**									
Debêntures	89.069	(72.596)	16.473	19.691	(3.218)	IPCA+6,02% a 7,70%	CDI-0,02% a +0,66%	abr/24 a abr/39	1.764.136
Outros derivativos						**Indexador/ moeda**	**Faixa de vencimento**	**Nocional em USD**	**Nocional em R$**
NDF	–	(434)	(434)	(427)	(7)	USD	dez/25	5.809	33.301
Total	**89.069**	**(73.030)**	**16.040**	**19.265**	**(3.225)**				
Circulante	**–**	**–**							
Não circulante	**89.069**	**(73.030)**							
Total Dívida + Mútuos	**89.069**	**(73.030)**	**16.040**	**19.265**	**(3.225)**				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16. (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização dela. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	143.810	(159.663)	35.550	19.697
Marcação a mercado	(96.365)	92.707	–	(3.658)
Total	**47.445**	**(66.955)**	**35.550**	**16.040**
Ativo circulante	**1.711**			**–**
Ativo não circulante	**124.525**			**89.069**
Passivo não circulante	**(78.791)**			**(73.030)**

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16). O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda) no resultado 2025	2024
Variação de taxas de juros	(58.112)	7.993
Marcação a mercado	82.348	(148.080)
Variação cambial	(101.985)	64.819
Marcação a mercado	10.360	(1.439)
Total	**(67.389)**	**(76.706)**

c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **d) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:**

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado Receita (despesa) Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25%(c)	Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(427)		(34)	(149)	(265)
Total	**(427)**	alta dólar	**(34)**	**(149)**	**(265)**
Efeitos no resultado do exercício			**(34)**	**(149)**	**(265)**

(a) taxa de câmbio considerada em 31/12/2025 foi de R$ 5,50 para o dólar. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R$ 5,94 o dólar respectivamente em 31/12/2025. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Consolidado Receita (despesa) Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	104.446				14.257	17.821	21.385
Instrumentos financeiros passivos	(843.000)				(115.070)	(143.837)	(172.604)
Derivativos - *swap plain vanilla*	(2.096.347)				(286.151)	(357.689)	(429.227)
	(2.834.901)	alta CDI/SELIC	**14,90%**	**13,65%**	**(386.964)**	**(483.705)**	**(580.446)**
Instrumentos financeiros passivos	(2.083.106)				(200.603)	(150.452)	(100.302)
Derivativos - *swap plain vanilla*	2.112.387				203.423	152.567	101.711
Instrumentos financeiros ativos	29.678				2.858	2.143	1.429
	58.959	baixa IPCA	**4,26%**	**9,63%**	**5.678**	**4.258**	**2.838**
Total	**(2.775.942)**				**(381.286)**	**(479.447)**	**(577.608)**

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. **e) Risco de crédito:** O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. Concessionárias e Permissionárias: A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Fatores macroeconômicos: Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. Derivativos: O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 29.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **f) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	154.083	1.295	5.688	–	–	–	161.066
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	368	855	3.210	9.218	8.500	33.452	55.603
Derivativos	29	–	–	–	–	73.030	–	73.030
Debêntures - principal e encargos	16	–	59.583	339.405	660.755	973.890	4.002.085	6.035.718
Taxas regulamentares	19	162	–	1.365	–	–	–	1.527
Outros		1.256	–	–	–	–	–	1.256
Consumidores e concessionarias	19	455	–	–	–	–	–	455
EPE/FNDCT/PROCEL	19	801	–	–	–	–	–	801
Total		**155.869**	**61.733**	**349.668**	**669.973**	**1.055.420**	**4.035.537**	**6.328.200**

30. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Consolidado Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Projetos de construção de usina	4	344.346	290.672	19.694	–	654.712
Fornecedores de materiais e serviços	30	496.432	471.631	41.250	626	1.009.939
Total		**840.778**	**762.304**	**60.944**	**626**	**1.664.651**

Diretoria

FU LI
Diretor Presidente e Diretor interino Financeiro e de Relações com Investidores

CELSO GUIMARÃES FILHO
Diretor de Operações

JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA SERRA
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

ROBERTO SARTORI
Presidente

FU LI

BRUNO AUGUSTO PEREIRA ROVEA
Conselheiros

FUTAO HUANG

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)

O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de suas controladas à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas.

A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

ativo mensurado pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho

continua

continuação

CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.
Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.
Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.
Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4

cpfl rge

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Companhia Aberta

www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("CPFL RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2025, a CPFL RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,2 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. É importante destacar os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a CPFL RGE, em 2024, que chegou a registrar 98,7% dos municípios de sua área de concessão afetados pelas enchentes e, no pico da crise, 315 mil clientes sem energia, a maior parte deles por segurança. Esse cenário mobilizou os times da CPFL RGE, que contaram com reforços de equipes advindas de outras concessionárias, com o objetivo de restabelecer a energia para a população com a maior brevidade possível.
As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 4,4% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes industrial e comercial, que registraram quedas de 34,5% e de 15,0%, compensando parcialmente, pelo crescimento de 2,7% nas vendas para a classe residencial.
A CPFL RGE, em 2025, venceu a premiação da ANEEL na categoria Região Sul e ASG, como também conquistou o 2º lugar na categoria Gestão da Inovação, para empresas acima de 500 mil consumidores. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2) COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico
O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.
As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.
As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.
No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.
Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.
Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.
Tarifas de energia elétrica
Reajuste Tarifário Anual (RTA):
Em 17 de junho de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.473, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL RGE, em vigor desde 19 de junho de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 2,52%, sendo 6,46% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -3,95% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 4,71% e da Parcela B de 1,74%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 12,39%, sendo de 8,06%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 14,14%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3) DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes
A CPFL RGE encerrou o ano com 3,2 milhões de clientes, com acréscimo de 44 mil consumidores, representando um crescimento de 1,4%.
Vendas de energia
Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 10.601 GWh, uma queda de 4,4% em relação a 2024.
A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 60,3% para a classe residencial, 12,9% para a classe comercial e 5,2% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:
• Classe Residencial: aumento de 2,7%, devido a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e menores temperaturas no período;
• Classe Comercial: redução de 15,0%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída), menores temperaturas em 2025 quando comparadas ao ano de 2024 e a migração de clientes cativos para o mercado livre;
• Classe Industrial: redução de 34,5%, refletindo a migração de clientes cativos para o mercado livre.
Qualidade dos serviços prestados
Atendimento ao cliente
A CPFL RGE obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, ou seja, um aumento de 3,9 pontos (+5,2%), o que fez com que a Companhia subisse do 15º para o 9º lugar no ranking. O resultado foi o melhor da RGE desde 2020, e ficou acima da média nacional que foi de 68,7.
Fornecimento de energia
A CPFL RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 9,03 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,45 vezes.

4) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional
A receita operacional bruta foi de R$ 17.908 milhões em 2025, representando um aumento de 12,4% (R$ 1.969 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 7,1% (R$ 673 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 64,3% (R$ 630 milhões) em outras receitas; (iii) de 19,6% (R$ 383 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica - TUSD; (iv) de 15,3% (R$ 268 milhões) na receita com construção de infraestrutura e (v) de 63,0% (R$ 169 milhões) no suprimento de energia elétrica. Estas variações foram parcialmente compensadas pelas seguintes reduções: (vi) de 13,4% (R$ 142 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; e (vii) de 2,7% (R$ 11 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão.
As deduções da receita operacional foram de R$ 5.556 milhões em 2025, representando um aumento de 13,0% (R$ 639 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 12.352 milhões no ano, representando um aumento de 12,1% (R$ 1.330 milhões).
Geração operacional de caixa (EBITDA)
• Em 2025, o EBITDA foi de R$ 3.129 milhões, representando um aumento de 15,3% (R$ 416 milhões), devido ao aumento de 12,1% (R$ 1.330 milhões) na receita operacional líquida. Este efeito foi parcialmente compensado pelos seguintes aumentos: (i) de 12,1% (R$ 626 milhões) no custo com energia elétrica; (ii) de 15,3% (R$ 268 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (iii) de 1,5% (R$ 20 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:
• Aumento de 5,1% (R$ 24 milhões) nas despesas com pessoal;
• Redução de 3,3% (R$ 4 milhões) nas despesas com material;
• Aumento de 10,1% (R$ 37 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
• Redução de 7,4% (R$ 32 milhões) em outros custos/despesas operacionais; e
• Variação de R$ 5 milhões em entidade de previdência privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2025	2024
Lucro Líquido	**1.335.886**	**949.516**
Amortização	596.238	546.117
Resultado Financeiro	648.706	774.879
Contribuição Social	147.111	117.242
Imposto de Renda	401.542	326.136
EBITDA	**3.129.482**	**2.713.889**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.
Lucro líquido
A CPFL RGE apurou lucro líquido de R$ 1.335.886 milhões em 2025, representando um aumento de 40,7% (R$ 386 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) aumento de 15,3% (R$ 416 milhões) no EBITDA; e (ii) redução de 16,3% (R$ 126 milhões) na despesa financeira líquida. Essas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de 23,7% (R$ 105 milhões) no imposto de renda e contribuição social e de 9,2% (R$ 50 milhões) em amortização.
Endividamento
Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL RGE atingiu R$ 9.417 milhões, representando um aumento de 9,4%.

5) INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R$ 2.013 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL RGE consistia em 155.547,4 km de linhas de distribuição, incluindo 207.465 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 4.938,3 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 166 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 5.408,3 MVA.

6) ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.
Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.
Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.
Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.
Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.
O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.
Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas as melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamento temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.
Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL RGE atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 2.268 crianças e jovens; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 41 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 5.216 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do Café Filosófico CPFL, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube. **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.
(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): em 2025 foram investidos R$ 20,1 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R$ 11,8 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 898 clientes; substituição de 100.667 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); 805 geladeiras substituídas; e, 950 trocadores de calor em substituição aos chuveiros tradicionais, totalizando 26.065 famílias beneficiadas principalmente as afetadas pelas enchentes de 2024. Foram investidos também, (b) R$ 172 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 7.723 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R$ 0,4 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R$ 10,5 milhões no Programa de Hospitais, que implantou 2.783 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e substituição de lâmpadas por LED em 29 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.
Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 4.339 colaboradores. Foram 187,9 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricistas ao longo do ano: foram 12 turmas, 215 participantes, 191 aprovados e 191 contratados.
Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

7) PROGRAMA CPFL +DIVERSA

O Programa CPFL+Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri>Governança Corporativa>Estatutos Sociais, Códigos e Políticas>Códigos, Políticas e Regimentos>Diversidade, Equidade e Inclusão.
Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:
I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	75,00%	25,00%	100,00%	0,00%
Gerência	92,86%	7,14%	92,86%	7,14%
Chefia/Coordenação	87,91%	12,09%	87,91%	12,09%
Técnica/Supervisão	66,67%	33,33%	56,10%	43,90%
Administrativo	57,19%	42,81%	57,33%	42,67%
Operacional	94,01%	5,99%	93,68%	6,32%
Estagiários	33,33%	66,67%	50,00%	50,00%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração

	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens

	2025		2024	
	Salário base	Remuneração total	Salário base	Remuneração total
Diretoria	119,81%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	93,32%	90,56%	94,59%	94,92%
Chefia/Coordenação	105,09%	84,30%	100,25%	87,32%
Técnica/Supervisão	100,95%	100,01%	96,92%	95,78%
Administrativo	78,31%	77,55%	75,92%	76,95%
Operacional	87,75%	77,62%	84,94%	82,00%
Estagiários	109,56%	99,65%	113,23%	99,72%

8) AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.
Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de *covenants* financeiros;
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF);
Revisão da ECD Contábil do ano calendário;
Assessoria tributária para cáculo do Pilar II.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.
Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL RGE agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração
Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CRC 1SP217200/O-6

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço https://ri.cpfl.com.br.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	327.373	153.619
Títulos e valores mobiliários	6	42.455	378.737
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.731.846	1.418.429
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	90.711	222
Outros tributos a compensar	8	153.940	147.174
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	609.168	609.168
Derivativos	31	3.807	290.740
Ativo financeiro setorial	9	762.092	393.443
Estoques		24.923	32.282
Outros ativos	12	503.696	320.942
Total do circulante		**4.250.009**	**3.744.756**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	25.059	52.294
Depósitos judiciais	20	60.915	66.933
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	45.513	113.086
Outros tributos a compensar	8	181.076	171.324
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	614.014	1.082.439
Ativo financeiro setorial	9	653.774	337.522
Derivativos	31	215.426	117.509
Ativo financeiro da concessão	11	12.734.234	10.927.569
Outros ativos	12	18.028	16.883
Ativo contratual	13	1.747.572	1.327.049
Intangível	14	1.133.446	1.580.352
Total do não circulante		**17.429.056**	**15.792.960**
Total do ativo		**21.679.066**	**19.537.716**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	15	1.113.453	970.629
Empréstimos e financiamentos	16	1.361.449	1.308.175
Debêntures	17	66.657	139.515
Entidade de previdência privada	18	3	–
Taxas regulamentares		21.320	8.790
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	135.317	–
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	143.342	89.058
Mútuo com partes relacionadas	28	4.013	–
Dividendo e juros sobre o capital próprio	28	317.273	137.310
Obrigações estimadas com pessoal		52.667	47.106
Derivativos	31	16.022	346
Passivo financeiro setorial	9	348.334	150.540
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	324.400	324.400
Outras contas a pagar	21	578.456	531.024
Total do circulante		**4.482.706**	**3.706.893**
Não circulante			
Fornecedores	15	231.473	233.910
Empréstimos e financiamentos	16	2.655.028	3.174.619
Debêntures	17	4.834.369	4.342.564
Entidade de previdência privada	18	15.947	1.139
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	7.036	6.627
Débitos fiscais diferidos	10	853.123	714.026
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	297.010	270.707
Mútuo com partes relacionadas	28	668.390	–
Derivativos	31	30.201	51.465
Passivo financeiro setorial	9	271.434	197.964
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	770.306	1.240.684
Outras contas a pagar	21	114.262	139.677
Total do não circulante		**10.748.580**	**10.373.383**
Patrimônio líquido	**22**		
Capital social		2.874.962	2.864.105
Reserva de capital		130.535	141.391
Reserva legal		458.569	391.775
Reserva de lucros a realizar		1.194.822	922.910
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.846.090	1.166.182
Resultado abrangente acumulado		(57.197)	(28.924)
Total do patrimônio líquido		**6.447.780**	**5.457.440**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.679.066**	**19.537.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	**24**	**12.352.016**	**11.021.946**
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	**25**	**(5.779.896)**	**(5.153.927)**
Custo com operação		**(1.088.833)**	**(1.020.110)**
Amortização		(512.414)	(459.958)
Outros custos com operação	26	(576.418)	(560.152)
Custo do serviço prestado a terceiros	**26**	**(2.016.663)**	**(1.748.320)**
Lucro operacional bruto		**3.466.624**	**3.099.589**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		**(298.236)**	**(328.238)**
Amortização		(7.617)	(6.834)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(80.416)	(111.540)
Outras despesas com vendas	26	(210.203)	(209.864)
Despesas gerais e administrativas		**(474.624)**	**(427.468)**
Amortização		(24.107)	(27.225)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(450.517)	(400.243)
Outras despesas operacionais		**(160.520)**	**(176.111)**
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais	26	(108.420)	(124.012)
Resultado do serviço		**2.533.244**	**2.167.772**
Resultado financeiro	**27**		
Receitas financeiras		611.423	336.546
Despesas financeiras		(1.260.128)	(1.111.425)
		(648.706)	**(774.879)**
Lucro antes dos tributos		**1.884.538**	**1.392.893**
Contribuição social	10	(147.111)	(117.242)
Imposto de renda	10	(401.542)	(326.136)
		(548.653)	**(443.377)**
Lucro líquido do exercício		**1.335.886**	**949.516**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$	23	1.187,00	843,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**1.335.886**	**949.516**
Outros resultados abrangentes	**(28.273)**	**36.083**
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(28.003)	37.261
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(270)	(1.178)
Resultado abrangente do exercício	**1.307.613**	**985.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros: Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.853.248**	**152.248**	**344.299**	**643.574**	**768.989**	**6.027**	**(65.007)**	**–**	**4.703.378**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	949.516	949.516
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	37.261	–	37.261
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(1.178)	–	(1.178)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	47.476	–	–	–	–	(47.476)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	279.336	–	–	–	(279.336)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	397.194	–	–	(397.194)	–
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	–	–	–	–	–	(6.027)	–	–	(6.027)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(77.810)	(77.810)
Juros sobre o capital próprio - AGE 28/03/2024 e AGE 30/09/2024	–	–	–	–	–	–	–	(147.700)	(147.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.864.105**	**141.391**	**391.775**	**922.910**	**1.166.182**	**–**	**(28.924)**	**–**	**5.457.440**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.335.886	1.335.886
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(28.003)	–	(28.003)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(270)	–	(270)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	66.794	–	–	–	–	(66.794)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	271.911	–	–	–	(271.911)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	679.908	–	–	(679.908)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(317.273)	(317.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.874.962**	**130.535**	**458.569**	**1.194.822**	**1.846.090**	**–**	**(57.197)**	**–**	**6.447.780**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	**1.884.538**	**1.392.893**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	596.237	546.116
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	136.904	115.503
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.416	111.540
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	454.501	394.468
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(4.126)	650
Perda (ganho) na baixa de não circulante	104.655	120.370
	3.253.125	**2.681.540**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(373.626)	(28.515)
Tributos a compensar	547.953	333.814
Depósitos judiciais	9.821	21.577
Ativo financeiro setorial	(375.146)	(485.682)
Contas a receber - CDE	(110.329)	(42.189)
Outros ativos operacionais	36.027	189.153
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	140.386	61.847
Outros tributos e contribuições sociais	53.463	42.329
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(9.066)	(8.675)
Taxas regulamentares	12.530	(17.045)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(152.994)	(110.150)
Passivo financeiro setorial	(533.807)	(522.766)
Contas a pagar - CDE	–	(18.351)
Outros passivos operacionais	94.303	(62.271)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**2.592.640**	**2.034.616**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(519.906)	(465.442)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.277)	(257.006)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**1.799.457**	**1.312.168**
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(4.495.773)	(3.965.001)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	4.786.225	3.679.340
Adições de ativo contratual	(2.013.267)	(1.758.037)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(1.722.815)**	**(2.043.698)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.135.992	2.596.647
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.546.891)	(1.532.050)
Liquidação de operações com derivativos	(14.681)	(130.156)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(137.310)	(339.144)
Captação de mútuo com partes relacionadas	660.000	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**97.110**	**595.298**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**173.752**	**(136.232)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**153.619**	**289.851**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**327.373**	**153.619**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	**17.827.737**	**15.827.824**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	15.892.855	14.192.111
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	2.015.297	1.747.252
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(80.416)	(111.540)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(9.311.663)**	**(8.342.780)**
2.1 Custo com energia elétrica	(6.451.673)	(5.740.123)
2.2 Material	(1.162.454)	(1.002.486)
2.3 Serviços de terceiros	(1.265.988)	(1.116.718)
2.4 Outros	(431.549)	(483.453)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**8.516.074**	**7.485.043**
4 - Retenções	**(598.995)**	**(549.700)**
4.1 Amortização	(546.896)	(497.601)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**7.917.079**	**6.935.343**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**635.437**	**342.985**
6.1 Receitas financeiras	635.437	342.985
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**8.552.515**	**7.278.328**
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**499.795**	**493.133**
8.1.1 Remuneração direta	296.434	286.339
8.1.2 Benefícios	180.453	185.600
8.1.3 F.G.T.S	22.909	21.195
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**5.412.011**	**4.676.419**
8.2.1 Federais	3.224.714	2.674.515
8.2.2 Estaduais	2.185.448	2.000.019
8.2.3 Municipais	1.850	1.886
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**1.304.823**	**1.159.260**
8.3.1 Juros	1.279.615	1.126.816
8.3.2 Aluguéis	25.209	32.444
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.335.886**	**949.516**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	–	147.700
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	317.273	77.810
8.4.3 Lucros retidos	1.018.613	724.006
	8.552.515	**7.278.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,2 milhões de consumidores. **1.1 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil:** Em março de 2025, a ANEEL aprovou, em reunião pública da diretoria, o requerimento da Companhia para a celebração de novo Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, considerando a minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517/2025, com o objetivo de promover a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 (trinta) anos, a partir de 06 de novembro de 2027. Com a aprovação, o processo foi encaminhado pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O MME, por sua vez, submeteu o processo à análise do Tribunal de Contas da União ("TCU'). Após a avaliação, caberá ao MME a decisão final e, posteriormente, a assinatura do novo termo aditivo, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024. **1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL:** O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas. A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de instrumentos financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados; • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens; • Nota 10 - Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31); • Nota 12 - Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; • Nota 14 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo; • Nota 17 - Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo; • Nota 18 - Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos; • Nota 19 - Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro; • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e; • Nota 31 - Instrumentos financeiros - derivativos: principais premissas para determinação do valor justo. Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. **3.3 Instrumentos financeiros: - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.5 Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): - Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses)*, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. **- Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício. **3.12 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • **Parcela A** (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • **Parcela B** (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.14 Arrendamentos:** Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO_2e), permissões de emissão (*allowances)* e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:** Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção. **(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na "data de liquidação" e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis:** Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	26.549	51.310
Aplicações financeiras	300.823	102.309
Aplicação de curtissímo prazo (a)	6.061	7.404
Títulos de crédito privado (b)	256.389	65.749
Fundos de investimentos (c)	38.373	29.156
Total	**327.373**	**153.619**

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração equivalente, na média de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 2025 e 2024. b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) ("CDBs") no montante de R$ 229.178 (R$ 65.749 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R$ 27.211 em 31 de dezembro de 2025, todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,70% do CDI (101,73% do CDI em 31 de dezembro de 2024). c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Através de fundos de investimentos	42.455	378.737
Total	**42.455**	**378.737**

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R$ 42.455 (R$ 378.737 em 31 de dezembro de 2024), cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

		Vencidos		Total	
Circulante	**Saldos vincendos**	**até 90 dias**	**> 90 dias**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Classes de consumidores					
Residencial	458.666	215.850	39.761	714.277	614.212
Industrial	25.846	17.797	23.128	66.771	72.207
Comercial	85.690	34.254	43.456	163.400	144.878
Rural	67.006	20.519	16.355	103.880	91.735
Poder público	28.556	2.676	4.311	35.543	29.648
Iluminação pública	26.049	1.075	725	27.849	26.120
Serviço público	7.525	2.117	267	9.910	14.769
Faturado	**699.338**	**294.287**	**128.005**	**1.121.629**	**993.568**
Não faturado	562.313	–	–	562.313	403.704
Parcelamento de débito de consumidores	35.724	15.195	24.425	75.344	88.497
Operações realizadas na CCEE	65.031	–	–	65.031	25.272
Concessionárias e permissionárias	18.004	–	–	18.004	16.658
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(1.865)	–	–	(1.865)	(1.948)
Outros	460	–	–	460	434
	1.379.005	**309.482**	**152.430**	**1.840.916**	**1.526.185**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(109.071)	(107.756)
Total				**1.731.846**	**1.418.429**
Não circulante					
Precatórios	5.492	–	–	5.492	23.671
Parcelamento de débito de consumidores	19.567	–	–	19.567	28.624
Total	**25.059**	**–**	**–**	**25.059**	**52.294**

Parcelamento de débitos de consumidores - refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2023	**(89.350)**	**(16.958)**	**(106.308)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(155.728)	(126)	(155.853)
Recuperação de receita	44.313	–	44.313
Baixa de contas a receber provisionadas	93.008	–	93.008
Saldo em 31/12/2024	**(107.756)**	**(17.083)**	**(124.839)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(142.979)	7.028	(135.951)
Recuperação de receita	55.535	–	55.535
Baixa de contas a receber provisionadas	86.130	1.150	87.280
Saldo em 31/12/2025	**(109.071)**	**(8.905)**	**(117.976)**

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	90.711	222
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**90.711**	**222**
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	14.288	11.201
ICMS a compensar	137.004	131.365
Programa de integração social - PIS	467	821
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.156	3.787
Outros	25	–
Outros tributos a compensar	**153.940**	**147.174**
Total circulante	**244.650**	**147.396**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	45.513	113.086
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**45.513**	**113.086**
ICMS a compensar	174.749	165.105
Programa de integração social - PIS	1.007	956
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.636	4.405
Outros	685	858
Outros tributos a compensar	**181.076**	**171.324**
Total não circulante	**226.588**	**284.410**

Imposto de renda e contribuição social a compensar: refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2023 e 2024 e o reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. O processo judicial obteve trânsito em julgado favorável à Companhia em março de 2024. Em outubro de 2025, o respectivo crédito judicial foi devidamente habilitado perante a Receita Federal do Brasil, com o início de sua utilização para fins de compensação de tributos federais vincendos. **Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgão público. **ICMS a compensar** - refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. **8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:**

Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante		
PIS sobre ICMS	108.662	108.662
COFINS sobre ICMS	500.505	500.505
Total circulante	**609.168**	**609.168**
Não circulante		
PIS sobre ICMS	109.527	193.084
COFINS sobre ICMS	504.487	889.355
Total não circulante	**614.014**	**1.082.439**

Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	324.400	324.400
Total circulante	**324.400**	**324.400**
Não circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	770.306	1.240.684
Total não circulante	**770.306**	**1.240.684**

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito a não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" e RGE "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107"), o montante total até dezembro de 2025 de ativos de tributos a compensar é de R$ 1.223.182 e do passivo com consumidores é de R$ 1.094.706. Para a RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$ 437.293 (R$ 807.646 em 31 de dezembro de 2024). Sendo que, entre julho de 2021 e dezembro de 2025, já foram compensados R$ 2.214.278. Em relação ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 422.750, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R$ 228.800), junho 2022 (R$ 657.746), junho 2023 (R$ 887.749), junho 2024 (R$ 75.526) e junho 2025 (R$ 383.359) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 2.233.180. Ainda em 2021, tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal ("STF") que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R$ 739.273 (R$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), "Processo judicial n°. 5003290-12-2017.4.04.7107. Em abril de 2024 a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida "Processo judicial nº 5003290-12-2017.4.04.7107, tendo sido reconhecido o seu direito a não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de março de 2012). Em junho de 2024, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em agosto de 2024 as compensações foram iniciadas. Em relação ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 671.956, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2024 (R$ 116.014) e junho 2025 (R$ 181.039) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 297.053. Ainda em relação ao "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R$ 785.889, sendo que, entre agosto de 2024 e dezembro de 2025, já foram compensados R$ 217.111. Ainda sobre o processo, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R$ 199.115 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário. Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL n° 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores. Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n° 7.324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei n° 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indébitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF. Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7.324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)		Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	**Homologado**	**Total**	**Constituição**	**Realização**	**Atualização monetária**	**Devolução aos consumidores**	**CDE Eletrobras**	**Diferido**	**Homologado**	**Total**
Parcela "A"	**216.522**	**(22.225)**	**194.297**	**14.699**	**57.772**	**22.849**	**–**	**(8.286)**	**318.460**	**(37.129)**	**281.331**
CVA (*)											
CDE (**)	(27.054)	(14.248)	(41.303)	175.433	6.064	3.849	–	(8.286)	134.972	785	135.758
Custos energia elétrica	22.369	(249.743)	(227.374)	(43.256)	308.005	679	–	–	85.984	(47.930)	38.055
ESS e EER (***)	58.438	18.965	77.403	(23.995)	(42.554)	7.417	–	–	(8.589)	26.860	18.272
Proinfa	–	(3.920)	(3.920)	16.144	(4.723)	1.736	–	–	–	9.237	9.237
Rede básica	71.149	161.458	232.607	53.474	(205.132)	12.382	–	–	66.152	27.178	93.331
Repasse de Itaipu	43.185	(72.156)	(28.971)	(10.572)	83.570	1.234	–	–	49.578	(4.317)	45.261
Transporte de Itaipu	(2.797)	24.025	21.227	4.066	(19.140)	(548)	–	–	11.120	(5.514)	5.606
Neutralidade dos encargos setoriais	47.632	13.893	61.525	(100.386)	18.610	(2.454)	–	–	8.610	(31.315)	(22.705)
Sobrecontratação	12.496	99.503	111.999	(37.603)	(86.929)	(1.447)	–	–	(1.864)	(12.115)	(13.979)
Bandeira Tarifária faturada	(8.896)	–	(8.896)	(18.607)	–	–	–	–	(27.503)	–	(27.503)
Outros componentes financeiros	**369.170**	**(181.005)**	**188.164**	**403.133**	**441.634**	**144.676**	**(662.841)**	**–**	**857.258**	**(342.492)**	**514.767**
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(80.461)	(94.280)	(174.741)	(77.996)	462.437	–	(564.398)	–	–	(354.698)	(354.698)
Ultrap. Dem. e Exced. Reativos	(145.274)	(74.747)	(220.020)	(69.102)	21.437	(25.772)	–	–	(240.148)	(53.310)	(293.458)
Geração distribuída	–	–	–	–	50.138	–	(98.442)	–	–	(48.305)	(48.305)
Postergação RTA 2024	668.905	–	668.905	623.434	(177.276)	180.187	–	–	1.111.174	184.076	1.295.250
Outros	(74.001)	(11.978)	(85.980)	(73.203)	84.899	(9.739)	–	–	(13.768)	(70.255)	(84.023)
Total	**585.692**	**(203.230)**	**382.461**	**417.832**	**499.407**	**167.524**	**(662.841)**	**(8.286)**	**1.175.719**	**(379.621)**	**796.098**
Ativo circulante			393.443								762.092
Ativo não circulante			337.522								653.774
Passivo circulante			(150.540)								(348.334)
Passivo não circulante			(197.964)								(271.434)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"
(**) Conta de desenvolvimento energético
(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.473 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R$ 564.398, que estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2025 (nota 8.1); **(ii) Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão; **(iii) Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo nº 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R$ 98.442 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores; **(iv) Postergação RTA 2024:** Devido aos eventos climáticos extremos ocorridos em maio de 2024, a Companhia solicitou à ANEEL o diferimento integral do reajuste tarifário de 2024, acatado por meio da REH nº 3.372/2024, de 13 de agosto de 2024, e a Companhia passou a registrar um contas a receber correspondente ao diferimento tarifário integral (parcelas mensais até junho de 2025), acrescido da taxa Selic. No reajuste tarifário de 2025, foi iniciada a cobrança desse diferimento, no valor de R$ 370.000, e o saldo remanescente será cobrado nos processos tarifários de 2026 e 2027 atualizado por Selic; e **(v) Outros:** CDE covid e escassez hídrica, entre outros. **Recebimento - CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio, cujo valor de R$ 8.286 foi homologado por meio do Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

10. DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	–	23.083
Benefício fiscal do intangível incorporado	31.047	33.163
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(258.513)	(248.020)
Subtotal	**(227.466)**	**(191.774)**
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	–	65.517
Benefício fiscal do intangível incorporado	92.435	101.176
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(718.092)	(688.944)
Subtotal	**(625.657)**	**(522.252)**
Total	**(853.123)**	**(714.026)**

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano. **10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutiveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	27.129	75.359	24.732	68.699
Entidade de previdência privada	(66)	(184)	1.121	3.115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.140	30.944	11.760	32.666
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	5.349	14.858	(1.814)	(5.038)
Provisão relacionada a pessoal	2.767	7.686	2.281	6.335
Marcação a Mercado - Derivativos	8.342	23.173	10.197	28.325
Marcação a Mercado - Dívidas	(16.727)	(46.465)	(17.985)	(49.958)
Derivativos	(24.828)	(68.965)	(53.554)	(148.761)
Registro da concessão - ajuste do intangível	575	1.597	889	2.469
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(277.277)	(770.214)	(240.198)	(667.217)
Outros	4.769	13.249	14.275	39.653
Diferenças temporariamente indedutiveis/ tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Marcação a Mercado - Derivativos	–	–	14	38
Marcação a Mercado - Dívidas	–	–	(50)	(140)
Total	**(258.513)**	**(718.092)**	**(248.020)**	**(688.944)**

10.4 - Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2026	112.827
2027	84.356
2028	82.678
2029	10.249
2030	10.249
2031 a 2033	30.746
2034 a 2036	20.498
Total	**351.602**

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**1.884.538**	**1.884.538**	**1.392.893**	**1.392.893**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(4.777)	(4.777)	(2.749)	(2.749)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	69.102	69.102	64.330	64.330
Despesa de Juros sobre o capital próprio	–	–	(147.700)	(147.700)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(314.300)	(342.700)	(4.089)	(2.232)
Base de cálculo	**1.634.563**	**1.606.163**	**1.302.685**	**1.304.542**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(147.111)**	**(401.541)**	**(117.242)**	**(326.136)**
Provisão para riscos fiscais	–	(1)	–	–
Total	**(147.111)**	**(401.542)**	**(117.242)**	**(326.136)**
Corrente	(111.380)	(298.035)	(42.614)	(117.374)
Diferido	(35.731)	(103.507)	(74.628)	(208.762)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social e diferidos registrados no resultado do exercício de R$ 139.238 (R$ 283.390 em 2024), refere-se a, (i) benefício fiscal do intangível incorporado de R$ 10.857 (R$ 10.857 em 2024), (iii) diferenças temporárias de R$ 39.782 (R$ 361.132 em 2024) e crédito (iii) prejuízo fiscal e base negativa de R$ 88.599 (crédito R$ 88.599 em 2024). **10.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	44.543	44.543	**(102.140)**	**(102.140)**
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(16.540)	(16.540)	51.113	51.113
Base de cálculo	**28.003**	**28.003**	**(51.027)**	**(51.027)**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	**(2.520)**	**(7.001)**	**4.592**	**12.757**
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	2.520	7.001	(948)	(2.634)
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	**–**	**–**	**3.644**	**10.123**
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	**409**	**409**	**1.784**	**1.784**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	**(36)**	**(102)**	**(161)**	**(446)**
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(36)**	**(102)**	**3.483**	**9.677**

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	**9.352.489**
Transferência - ativo contratual	1.207.432
Transferência - ativo intangível	(4.526)
Ajuste ao valor justo	476.065
Baixas	(103.891)
Saldo em 31/12/2024	**10.927.569**
Transferência - ativo contratual	1.458.964
Transferência - ativo intangível	(6.118)
Ajuste ao valor justo	469.006
Baixas	(115.187)
Saldo em 31/12/2025	**12.734.234**

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício. Em 2025, o valor das baixas de R$ 115.187 (R$ 103.891 em 2024) refere-se tanto à do ativo de R$ 58.168 (R$ 51.063 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R$ 57.019 (R$ 52.828 em 2024).

12. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - fornecedores	703	91	–	–
Cauções, fundos e depósitos vinculados	96.288	39.343	–	–
Ordens em curso	71.059	72.498	–	–
Serviços prestados a terceiros	8.713	6.719	–	–
Despesas antecipadas	51.598	48.349	7.608	8.659
Contas a receber - CDE	232.615	122.286	–	–
Adiantamentos a funcionários	10.703	9.026	–	–
Arrendamentos e aluguéis	24.686	23.461	–	–
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica	4.379	4.379	–	–
Outros	11.857	11.873	10.419	8.223
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.905)	(17.083)	–	–
Total	**503.696**	**320.942**	**18.028**	**16.883**

Cauções, fundos e depósitos vinculados - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia. **Ordens em curso -** compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21). **Despesas antecipadas** - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*. **Contas a receber - CDE -** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R$ 30.414 (R$ 16.658 em 31 de dezembro de 2024); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R$ 191.517 (R$ 102.574 em 31 de dezembro de 2024); e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R$ 10.684 (R$ 3.054 em 31 de dezembro de 2024) (nota 24.3). **Outros:** refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

13. ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	**944.845**
Adições	1.778.930
Transferência - Intangível em serviço	(189.294)
Transferência - Ativo financeiro	(1.207.432)
Saldo em 31/12/2024	**1.327.049**
Adições	2.037.449
Transferência - Intangível em serviço	(157.962)
Transferência - Ativo financeiro	(1.458.964)
Saldo em 31/12/2025	**1.747.572**

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

14. INTANGÍVEL

	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	**201.683**	**1.751.284**	**2.637**	**1.955.604**
Custo histórico	1.923.048	5.585.648	42.904	7.551.600
Amortização acumulada	(1.721.365)	(3.834.364)	(40.267)	(5.595.996)
Amortização	(52.099)	(490.247)	(1.268)	(543.614)
Transferência - ativo contratual	–	189.294	–	189.294
Transferência - ativo financeiro	–	4.526	–	4.526
Baixa e transferência - outros ativos	–	(25.258)	(200)	(25.458)
Saldo em 31/12/2024	**149.584**	**1.429.599**	**1.168**	**1.580.352**
Custo histórico	1.923.048	5.602.588	42.704	7.568.340
Amortização acumulada	(1.773.464)	(4.172.989)	(41.536)	(5.987.988)
Amortização	(52.099)	(540.639)	(767)	(593.504)
Transferência - ativo contratual	–	157.962	–	157.962
Transferência - ativo financeiro	–	6.118	–	6.118
Baixa e transferência - outros ativos	–	(17.481)	–	(17.481)
Saldo em 31/12/2025	**97.484**	**1.035.560**	**402**	**1.133.446**
Custo histórico	1.923.048	5.604.466	42.704	7.570.219
Amortização acumulada	(1.825.564)	(4.568.906)	(42.302)	(6.436.773)

Adquirido em Combinações de Negócios: Refere-se principalmente ao intangível decorrente de incorporações da AES Guaíba Empreendimentos e DOC 3 Participações S.A. A amortização deste intangível é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 - Ativo Intangível. Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização". Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R$ 21.424 (R$ 17.310 em 2024), a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 27). **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

15. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	1.689	11.381
Suprimento de energia elétrica	546.661	427.129
Encargos de uso da rede elétrica	206.502	206.739
Materiais e serviços	358.601	325.380
Total	**1.113.453**	**970.629**
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica	167.414	169.177
Encargos de uso da rede elétrica	64.059	64.733
Total	**231.473**	**233.910**

Os montantes de suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 34).

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	–	170.849	–	3.562	–	–	174.411
Pós Fixado							
IPCA	2.153.907	–	(132.185)	170.339	–	(43.023)	2.149.038
Selic	304.902	404.000	(69.630)	100.427	–	(38.703)	700.996
Gastos com captação	(16.552)	(7.574)	–	8.135	–	–	(15.991)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	364.696	171.123	(39.352)	28.688	–	(9.841)	515.314
Marcação a mercado	(66.622)	–	–	14.271	–	–	(52.351)
Total moeda nacional	**2.740.331**	**738.398**	**(241.168)**	**325.422**	**–**	**(91.567)**	**3.471.416**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.362.949	–	(1.056.553)	22.078	(118.581)	(29.166)	180.727
Iene	414.698	–	–	3.508	(44.055)	(3.650)	370.501
Marcação a mercado	(35.184)	–	–	29.017	–	–	(6.167)
Total moeda estrangeira	**1.742.462**	**–**	**(1.056.553)**	**54.604**	**(162.635)**	**(32.816)**	**545.061**
Total	**4.482.794**	**738.398**	**(1.297.721)**	**380.025**	**(162.635)**	**(124.383)**	**4.016.477**
Circulante	**1.308.175**						**1.361.449**
Não circulante	**3.174.619**						**2.655.028**

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	2.145.817	–	(153.928)	212.290	–	(50.271)	2.153.907
Selic	–	300.000	–	4.902	–	–	304.902
Gastos com captação	(10.854)	(9.167)	–	3.469	–	–	(16.552)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	–	361.436	–	3.260	–	–	364.696
Marcação a mercado	–	–	–	(66.622)	–	–	(66.622)
Total moeda nacional	**2.134.963**	**652.269**	**(153.928)**	**157.299**	**–**	**(50.271)**	**2.740.331**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.370.309	–	(310.954)	40.704	303.518	(40.628)	1.362.949
Iene	361.696	199.100	(220.895)	4.191	74.661	(4.055)	414.698
Marcação a mercado	(51.005)	–	–	15.821	–	–	(35.184)
Total moeda estrangeira	**1.681.000**	**199.100**	**(531.849)**	**60.716**	**378.179**	**(44.684)**	**1.742.462**
Total	**3.815.963**	**851.369**	**(685.778)**	**218.015**	**378.179**	**(94.955)**	**4.482.794**
Circulante	**534.107**						**1.308.175**
Não circulante	**3.281.856**						**3.174.619**

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 58.518 (R$ 101.806 em 31 de dezembro de 2024), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 3.561 (perdas R$ 55.138 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho líquido não realizado de R$ 54.957 (ganho R$ 46.668 em 31 de dezembro de 2024).

continua

★ continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pré-Fixado	Pré fixado de 2,35% a 7,42%	174.411	–	2025 a 2029	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		174.411	–		
Pós-Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	2.149.038	2.153.907	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		2.149.038	2.153.907		
SELIC					
FINEM	SELIC-10 +1,52%	700.996	304.902	2025 a 2027	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		700.996	304.902		
Gastos com captação		(15.991)	(16.552)		
Mensuradas ao valor justo					
Pré Fixado					
FINEM Emergencial	Pré fixado de 2,35% a 7,42%	515.314	364.696	2025 a 2029	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
Marcação a mercado		(52.351)	(66.622)		
		462.962	298.074		
Total moeda nacional		**3.471.416**	**2.740.331**		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei nº 4.131)					
Dólar	US$ + de 1,83%	180.727	1.362.949	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Iene	Iene + 0,92%	370.501	414.698	2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(6.167)	(35.184)		
Total moeda estrangeira		**545.061**	**1.742.462**		
Total		**4.016.477**	**4.482.794**		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI. Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2027	1.074.127
2028	1.574.146
2029	59.106
Subtotal	**2.707.379**
Marcação a mercado	(52.351)
Total	**2.655.028**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada % 2025	Variação acumulada % 2024	% da dívida 2025	% da dívida 2024
IPCA	4,26	4,83	70,56	54,48
CDI	14,90	12,15	12,27	37,38
Outros			17,17	8,14
			100,00	**100,00**

Adições no exercício:

Modalidade	Montantes R$ mil: Total aprovado	Liberado em 2025	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/ Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Nacional							
Mensuradas ao custo							
BNDES Equipamentos Finame	290.000	96.325	Trimestral	Mensal após 01/2026	Investimento	BRL + 2,35%	CDI -10,61% a -11,54%
BNDES-FINEM - Emergencial - SUB B	704.000	396.426	Trimestral	Mensal após 09/2025	Capital de giro	SELIC -10 + 1,52%	Não se aplica
Mensuradas ao valor justo							
BNDES-FINEM - Emergencial - SUB A	400.000	100.000	Trimestral	Mensal após 09/2025	Capital de giro	BRL + 7,42%	CDI -5,21% a -7,28%
BNDES Equipamentos Finame	290.000	75.067	Trimestral	Mensal após 01/2026	Investimento	BRL + 2,35%	CDI -10,61% a -11,54%
BNDES Reconstrução	93.389	70.580	Trimestral	Mensal após 01/2026	Investimento	BRL + 2,55%	Não se aplica
	1.777.389	**738.398**					

Condições restritivas: Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e, • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	2.172.168	–	(1.090.000)	219.077	(218.214)	1.083.031
IPCA	–	1.441.000	–	70.230	(37.234)	1.473.996
Gastos com captação	(3.712)	(43.406)	–	4.150	–	(42.968)
Total ao custo	**2.168.456**	**1.397.594**	**(1.090.000)**	**293.457**	**(255.448)**	**2.514.059**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	2.537.466	–	(159.170)	256.341	(140.075)	2.494.562
Marcação a mercado	(223.843)	–	–	116.249	–	(107.594)
Total ao valor justo	**2.313.623**	**–**	**(159.170)**	**372.590**	**(140.075)**	**2.386.968**
Total	**4.482.079**	**1.397.594**	**(1.249.170)**	**666.047**	**(395.523)**	**4.901.026**
Circulante	**139.515**					**66.657**
Não circulante	**4.342.564**					**4.834.369**

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.719.258	1.052.000	(603.000)	254.785	(250.874)	2.172.168
IPCA	92.627	–	(92.006)	1.768	(2.389)	–
Gastos com captação	(4.602)	(2.722)	–	3.612	–	(3.712)
Total ao custo	**1.807.283**	**1.049.278**	**(695.006)**	**260.164**	**(253.263)**	**2.168.456**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.885.924	696.000	(151.266)	224.033	(117.224)	2.537.466
Marcação a mercado	(50.743)	–	–	(173.100)	–	(223.843)
Total ao valor justo	**1.835.181**	**696.000**	**(151.266)**	**50.932**	**(117.224)**	**2.313.623**
Total	**3.642.464**	**1.745.278**	**(846.272)**	**311.096**	**(370.487)**	**4.482.079**
Circulante	**284.265**					**139.515**
Não circulante	**3.358.199**					**4.342.564**

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$ 107.594 (R$ 223.843 em 31 de dezembro de 2024), que reduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 95.824 (perdas R$ 183.571 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho líquido não realizado de R$ 11.770 (ganhos R$ 40.272 em 31 de dezembro de 2024). Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,27 a 1,48%	1.083.031	2.172.168	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 6,92%	1.473.996	–	2024 a 2027	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(42.968)	(3.712)		
Total mensuradas ao custo		**2.514.059**	**2.168.456**		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 4,30% + 6,20%	2.494.562	2.537.466	2023 a 2039	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(107.594)	(223.843)		
Total mensuradas ao valor justo		**2.386.968**	**2.313.623**		
Total		**4.901.026**	**4.482.079**		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 0,45% a 1,50% do CDI e IPCA + 5,05%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2028	511.659
2029	936.019
2030	514.039
2031	605.958
2032	2.226.983
2033 a 2039	147.305
Subtotal	**4.941.963**
Marcação a mercado	(107.594)
Total	**4.834.369**

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes R$ mil: Liberado em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/ Taxa efetiva anual
Moeda nacional - IPCA							
19ª Emissão	1.090.000	1.090.000	1.057.239	Semestral	05 parcelas: mai/2033, nov/2033, mai/2034, nov/2034 e mai/2035	Investimentos	IPCA + 6,93%
20ª Emissão	351.000	351.000	340.355	Semestral	05 Parcelas: Set/ 33, Mar/34, Set/34, Mar/35 e Set/35	Investimentos	IPCA + 6,90%
	1.441.000	**1.441.000**	**1.397.594**				

Pré pagamento: No exercício de 2025 foram liquidadas antecipadamente R$ 1.090.000 de debêntures da 14ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2026. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo: **18.1 - Características: "Plano 1" (Plano Único da incorporada)**: Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos 36 salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e **"Plano 2" (Plano Único da incorporadora)**: Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2025 *Plano 1*	31/12/2025 *Plano 2*	31/12/2024 *Plano 1*	31/12/2024 *Plano 2*
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	410.429	537.910	388.941	516.508
Valor justo dos ativos do plano	(454.621)	(473.713)	(443.253)	(467.674)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**(44.192)**	**64.197**	**(54.312)**	**48.834**
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	44.192	–	54.312	–
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	–	(48.250)	–	(47.695)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**–**	**15.947**	**–**	**1.139**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Plano 1	*Plano 2*
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**471.126**	**561.004**
Custo do serviço corrente bruto	(2.156)	(879)
Juros sobre obrigação atuarial	44.388	52.031
Contribuições de participantes vertidas no exercício	91	834
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	–	26.060
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(9.943)	(23.972)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(77.971)	(96.814)
Benefícios pagos no exercício	(36.594)	(49.451)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	**388.941**	**468.813**
Custo do serviço corrente bruto	(2.204)	(1.240)
Juros sobre obrigação atuarial	43.688	52.362
Contribuições de participantes vertidas no exercício	81	850
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	–	(555)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	18.002	17.442
Benefícios pagos no exercício	(38.079)	(48.012)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025	**410.429**	**489.660**
	Plano 1	***Plano 2***
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(473.065)**	**(500.813)**
Rendimento esperado no exercício	(45.875)	(48.120)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(91)	(834)
Contribuições de patrocinadoras	(2.639)	(6.019)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	41.823	38.661
Benefícios pagos no exercício	36.594	49.451
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	**(443.253)**	**(467.674)**
Rendimento esperado no exercício	(50.401)	(52.751)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(81)	(850)
Contribuições de patrocinadoras	(2.518)	(6.551)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.553	6.091
Benefícios pagos no exercício	38.079	48.022
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2025	**(454.621)**	**(473.713)**

18.3 - Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2025 *Plano 1*	31/12/2025 *Plano 2*	31/12/2024 *Plano 1*	31/12/2024 *Plano 2*
Passivo atuarial líquido no início do exercício	**–**	**1.139**	**–**	**60.192**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(2.497)	(1.629)	(2.382)	3.032
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.518)	(6.551)	(2.639)	(6.019)
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	–	(555)	–	26.060
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	–	–	(9.943)	(23.972)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	18.002	17.442	(77.971)	(96.814)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.553	6.101	41.823	38.661
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(16.540)	–	51.113	–
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	**–**	**15.947**	**–**	**1.139**
Outras contribuições	–	3	–	–
Passivo atuarial líquido no final do exercício	**–**	**15.950**	**–**	**1.139**
Circulante		3		–
Não circulante		15.947		1.139

18.4 - Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2026 estão apresentadas no montante de R$ 2.397 (plano 1) e R$ 6.190 (plano 2). Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	*Plano 1*	*Plano 2*
2026	40.196	53.482
2027	41.428	54.948
2028	42.708	56.680
2029	43.902	58.001
2030 a 2035	285.535	374.962
Total	**453.769**	**598.073**

continua →

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi 8,0 anos (Plano 1) e 8,7 anos (Plano 2). **18.5 - Receitas e despesas com entidade de previdência privada:** Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2025 e 2024, são como segue:

	2026 estimadas		2025 realizadas		2024 realizadas	
	Plano 1	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*
Custo do serviço	(2.277)	(1.322)	(2.204)	(1.240)	(2.156)	(879)
Juros sobre obrigações atuariais	44.849	53.189	43.688	52.362	44.388	52.031
Rendimento esperado dos ativos do plano	(50.199)	(51.852)	(50.401)	(52.751)	(45.875)	(48.120)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	5.078	–	6.420	–	1.260	–
Total de (receita) despesa	**(2.549)**	**15**	**(2.497)**	**(1.629)**	**(2.382)**	**3.032**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,83% a.a.(*)	5,77% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT 2000 MF(**)	BR-EMS sb v.2021 (segregada por sexo)(**)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE Plano I foi de 4,40% em 2025 e de 4,34% em 2024.

(**) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul plano I é BR-EMSsb v.2015 desagravada em 20% (segregada por sexo) em 2025 e 2024.

18.6 - Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:	*Plano 1*		*Plano 2*	
	2025	2024	2025	2024
Renda fixa	**97%**	**85%**	**97%**	**84%**
Títulos públicos federais	82%	69%	80%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	15%	14%	16%	18%
Renda variável	**0%**	**4%**	**0%**	**4%**
Fundos de investimento em ações	0%	4%	0%	4%
Investimentos estruturados	**0%**	**10%**	**0%**	**10%**
Fundos de investimento multimercado	0%	10%	0%	10%
Cotados em mercado ativo	**98%**	**98%**	**97%**	**98%**
Imóveis	**0%**	**0%**	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**2%**	**2%**	**2%**	**2%**
Outros ativos	**0%**	**-1%**	**0%**	**-1%**
Depósitos judiciais e outros	0%	-1%	0%	-1%
Não cotados em mercado ativo	**2%**	**2%**	**3%**	**2%**

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta para 2026 - Fundação Família Previdência	
	Plano 1	*Plano 2*
Renda fixa	97,7%	97,1%
Imóveis	0,4%	0,5%
Empréstimos e financiamentos	1,7%	2,2%
Investimentos estruturados	0,2%	0,2%
Total	**100,0%**	**100,0%**

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de *Asset Liability Management - ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência dos planos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento os ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício. **18.7 - Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33. • Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 8.329 no plano 1 e de R$ 10.808 no plano 2 (redução de R$ 8.029 no plano 1 e de R$ 10.420 no plano 2). • Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 7.366 no plano 1 e de R$ 11.490 no plano 2 (uma redução de R$ 7.603 no plano 1 e de R$ 11.797 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a.. A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de BREMS sb v.2015 suav. 10% MF (plano I) e AT-2000 MF (plano II). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 - Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios). Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2025: a) aquisição de títulos públicos na curva; b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável; e c) redução na exposição do Segmento de Investimentos Estruturados. A Fundação Família Previdência utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza, ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	98.063	–	4.741	4.466
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	37.254	–	2.296	2.161
Total	**135.317**	**–**	**7.036**	**6.627**

	Circulante	
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	58.495	24.798
Programa de Integração Social - PIS	10.742	7.710
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	49.984	35.866
Outros	24.121	20.685
Total	**143.342**	**89.058**

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	105.122	19.907	88.843	24.449
Cíveis	94.654	8.816	85.959	11.846
Fiscais	14.731	32.192	18.380	30.639
Regulatórios	82.504	–	77.525	–
Total	**297.010**	**60.915**	**270.707**	**66.933**

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	88.843	33.864	(6.603)	(22.298)	11.315	105.122
Cíveis	85.959	80.302	(11.099)	(82.161)	21.653	94.654
Fiscais	18.380	10.604	(2.374)	(13.302)	1.423	14.731
Regulatórios	77.525	30.159	(7.446)	(35.232)	17.499	82.504
Total	**270.707**	**154.928**	**(27.522)**	**(152.994)**	**51.890**	**297.010**

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas -** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações); b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros; c. **Fiscais -** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e d. **Regulatórios -** os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	317.316	271.246	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	962.284	994.374	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação de faixa de domínio
Fiscais	1.180.039	1.204.407	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	682.313	653.899	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	38.483	147.457	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	**3.180.434**	**3.271.383**	

Fiscais: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): Em 2012, a RGE recebeu a Execução Fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de IRPJ e CSLL dos exercícios de 1999 a 2003, referente à amortização do ágio registrado na aquisição da CPFL RGE pela DOC3, no montante atualizado de R$ 650.519. Em março de 2024, o TRF4 julgou as apelações da Companhia e da União adotando entendimento desfavorável à CPFL RGE. Em março de 2025, houve o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela RGE perante o TRF4, os quais foram parcialmente acolhidos para corrigir o erro material referente à data de início de registro do ágio, mas sem alteração quanto ao mérito. Assim, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário, os quais foram admitidos. Em 26 de novembro de 2025, foi proferida decisão monocrática no Recurso Especial, dando-lhe parcial provimento para anular o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à apreciação de omissões pelo tribunal de origem. Cabem recursos contra a referida decisão. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	350.235	288.426	80.149	80.993
Bônus Itaipu	–	53.084	–	–
Programa de eficiência energética - PEE	45.338	59.069	14.535	2.368
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	50.461	25.986	–	13.929
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	16.523	8.409	–	–
Adiantamentos	2.804	2.086	5.954	–
Folha de pagamento	6.008	4.755	–	–
Participação nos lucros	25.331	24.685	3.014	2.341
Convênios de arrecadação	44.084	44.367	–	–
Outros	37.672	20.157	10.610	40.044
Total	**578.456**	**531.024**	**114.262**	**139.677**

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.735.595	2.686.710	6.388	6.219	6.311.231	5.718.108
Industrial	19.011	19.452	555	847	543.109	740.775
Comercial	177.860	179.616	1.364	1.605	1.467.632	1.551.592
Rural	216.050	219.847	1.197	1.175	933.459	882.270
Poderes públicos	24.974	24.282	404	398	392.527	360.908
Iluminação pública	708	650	492	522	285.816	272.780
Serviço público	4.311	4.099	117	199	114.433	172.457
Fornecimento faturado	**3.178.509**	**3.134.656**	**10.516**	**10.965**	**10.048.207**	**9.698.890**
Consumo próprio	235	233	6	6	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	134.582	(189.004)
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(5.982.696)	(5.676.469)
Fornecimento de energia elétrica	**3.178.744**	**3.134.889**	**10.522**	**10.972**	**4.200.093**	**3.833.417**
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			79	115	142.347	165.368
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			–	–	(113.824)	(123.817)
Energia elétrica de curto prazo			1.447	836	295.263	103.133
Suprimento de energia elétrica			**1.526**	**951**	**323.786**	**144.684**
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					6.096.520	5.800.286
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					2.333.821	1.951.078
(–) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(50.366)	(64.433)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					2.015.297	1.747.252
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					917.239	1.059.693
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					411.987	423.237
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					1.242.664	862.062
Outras receitas e rendas					417.112	182.087
Outras receitas operacionais					**13.384.274**	**11.961.262**
Total da receita operacional bruta					**17.908.153**	**15.939.363**
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.180.858)	(1.995.773)
PIS					(215.203)	(190.303)
COFINS					(991.272)	(880.205)
ISS					(196)	(195)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.928.696)	(1.566.141)
Programa de P&D e eficiência energética					(99.838)	(89.156)
PROINFA					(86.071)	(72.542)
Bandeiras tarifárias e outros					–	(2.462)
Outros					(54.002)	(120.640)
					(5.556.136)	**(4.917.417)**
Receita operacional líquida					**12.352.016**	**11.021.946**

Consumidores e concessionárias: referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") de R$ 281.886 (R$ 207.602 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa via modicidade tarifária. **Bônus Itaipu:** refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu. **Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1° de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. **Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. **Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros. **Outros:** refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
Acionistas	**Ordinárias**	**Participação %**	**Ordinárias**	**Participação %**
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01%	1.001.751	89,01%
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99%	123.676	10,99%
Total	**1.125.427**	**100,00%**	**1.125.427**	**100,00%**

22.1 Gestão do capital: A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,91 vezes o EBITDA em 2025 (3,12 vezes em 2024), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. **22.2 Capital social:** Através da AGO/E de 22 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024 sem emissão de novas ações. **22.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio ("JCP"):** Na AGO de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 77.810 e (iii) Juros sobre o capital próprio no montante de R$ 147.700. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025: • Dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 317.273, que será deliberado na AGO de abril de 2026. No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R$ 137.310 referente a dividendos e juros sobre capital próprio. **22.4 Reserva de capital:** Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R$ 130.535. **22.5 Reserva de lucros:** O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.499.481, correspondente a (i) Reserva legal R$ 458.569, (ii) Reserva de lucros a realizar R$ 1.194.822 e (iii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R$ 1.846.090. **22.6 Resultado abrangente acumulado:** O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R$ 57.197, de acordo com o CPC 33 (R2). **22.7 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido base para destinação	**1.335.886**
Reserva legal	(66.794)
Reserva de lucros a realizar	(271.911)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(679.908)
Dividendo mínimo obrigatório	(317.273)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R$ 679.908 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R$ 271.911, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. O montante remanescente de R$ 66.794 foi destinado à constituição da reserva legal, e R$ 317.273 foi proposto como dividendo mínimo obrigatório.

23. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico: O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.335.886	949.516
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico por ação ordinária - R$	**1.187,00**	**843,69**

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos: No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4° ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida. **24.2 Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):** Em 18 de junho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.473, relativo ao Reajuste Tarifário Anual - RTA, com efeito médio total a ser percebido pelos consumidores de 12,39%. Em 18 de junho de 2024, a ANEEL prorrogou, a pedido da Companhia, a vigência das Tarifas de Energia - TE e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, definidas na Revisão Tarifária de junho de 2023, pelo período de 19 de junho a 18 de agosto de 2024, conforme Resolução Homologatória ("REH") nº 3.335. Essa prorrogação foi necessária para que a Companhia busque alternativa para mitigar o impacto tarifário aos consumidores neste ano. Em 23 de julho de 2024, a ANEEL aprovou, a pedido da Companhia e da ABRADEE, cálculo excepcional de recomposição dos efeitos de eventuais prorrogações e diferimentos tarifários aplicáveis às distribuidoras atingidas pelos eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul, discutido no âmbito da Consulta Pública nº 15/2024 e consubstanciado no Despacho nº 2.133/2024, possibilitando à Companhia buscar alternativa factível para a mitigação do impacto tarifário a seus consumidores. **24.3 - Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários:** A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R$ 1.242.664 (R$ 862.062 em 2024), sendo (i) R$ 144.515 (R$ 86.516 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R$ 758.256 (R$ 661.244 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R$ 141.836 (R$ 34.846 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R$ 198.057 (R$ 79.456 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") conforme institui a Lei n° 14.300 de 6 de janeiro de 2022. **24.4 Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):** A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota. A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO. A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024. **24.5 Outras Receitas e Rendas:** A Companhia obteve êxito no procedimento arbitral movido contra a AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. e The AES Corporation, motivada por operação de compra relacionada à empresa RGE Sul, adquirida em outubro de 2016 pelo Grupo CPFL Energia. O procedimento arbitral, que tramitou sob sigilo, foi concluído, conforme comunicado ao mercado em 06 de novembro de 2025. A receita foi reconhecida no montante total de R$ 210.240, sendo R$ 189.700 na receita operacional e R$ 20.540 na receita financeira, a título de acordo e quitação Integral dos pleitos discutidos na Arbitragem.

25. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.100	3.192	(699.550)	(732.267)
PROINFA	235	251	(129.217)	(109.529)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.029	10.565	(3.568.519)	(2.830.538)
Crédito de PIS e COFINS	–	–	395.679	322.387
Subtotal	**14.364**	**14.007**	**(4.001.606)**	**(3.349.947)**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(1.402.751)	(1.372.992)
Encargos de transporte de Itaipu			(107.288)	(117.451)
Encargos de conexão			(202.227)	(188.089)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(7.398)	(7.399)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			33.368	(50.110)
Encargos de energia de reserva - EER			(273.248)	(251.812)
Crédito de PIS e COFINS			181.254	183.873
Subtotal			**(1.778.290)**	**(1.803.980)**
Total			**(5.779.896)**	**(5.153.927)**

(*) Conta de energia de reserva

26. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(287.061)	(259.161)	–	–	(118.413)	(121.150)	(97.919)	(98.863)	–	–	(503.394)	(479.173)
Entidade de previdência privada	4.126	(650)	–	–	–	–	–	–	–	–	4.126	(650)
Material	(95.065)	(95.226)	(641)	(501)	(25.135)	(25.043)	(1.454)	(5.700)	–	–	(122.294)	(126.469)
Serviços de terceiros	(171.890)	(175.436)	(732)	(545)	(46.931)	(41.669)	(186.079)	(150.766)	–	–	(405.633)	(368.416)
Custos com construção da infraestrutura	–	–	(2.015.297)	(1.747.252)	–	–	–	–	–	–	(2.015.297)	(1.747.252)
Outros	(26.528)	(29.680)	7	(21)	(19.723)	(22.002)	(165.065)	(144.914)	(108.420)	(124.012)	(319.730)	(320.630)
Taxa de arrecadação	–	–	–	–	(20.768)	(22.278)	–	–	–	–	(20.768)	(22.278)
Arrendamentos e aluguéis	(24.987)	(28.028)	–	–	–	–	2.809	(372)	–	–	(22.178)	(28.400)
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	–	–	(8.529)	(7.267)	–	–	(8.529)	(7.267)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	(145)	(50)	(147.764)	(132.413)	–	–	(147.908)	(132.463)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	(104.655)	(120.370)	(104.655)	(120.370)
Outros	(1.541)	(1.652)	7	(21)	1.189	326	(11.581)	(4.864)	(3.766)	(3.642)	(15.692)	(9.853)
Total	**(576.418)**	**(560.152)**	**(2.016.663)**	**(1.748.320)**	**(210.203)**	**(209.864)**	**(450.517)**	**(400.243)**	**(108.420)**	**(124.012)**	**(3.362.221)**	**(3.042.591)**

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	97.466	69.611
Acréscimos e multas moratórias	114.600	75.368
Atualização de créditos fiscais	162.378	128.669
Atualização de depósitos judiciais	3.806	3.800
Atualizações monetárias e cambiais	47.055	13.605
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.747	6.059
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	194.472	36.484
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(24.014)	(6.439)
Outros	9.913	9.389
Total	**611.423**	**336.546**
Despesas		
Encargos de dívidas	(657.860)	(582.928)
Atualizações monetárias e cambiais	(479.672)	(375.429)
(–) Juros capitalizados	21.424	17.310
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(26.948)	(43.843)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(42.511)	(54.984)
Atualização de mútuo com partes relacionadas (nota 28)	(2.421)	–
Outros	(72.140)	(71.551)
Total	**(1.260.128)**	**(1.111.425)**
Resultado financeiro	**(648.706)**	**(774.879)**

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,97% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R$ 198.258 (ganhos R$ 23.723 em 2024) (nota 31).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2025, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S/A. ("SGBP"); Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético; • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços -** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria. b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos -** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL. c) **Contrato de mútuo -** Refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada. A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R$ 5.609 (R$ 6.030 em 2024). Este valor é composto por R$ 4.834 (R$ 5.134 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R$ 624 (R$ 752 em 2024) de benefícios pós-emprego e R$ 151 (R$ 144 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
Empresas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.512	775	7.917	7.880	–	–	(82.457)	(81.096)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	–	(265)	(126)
Contrato de Mútuo								
State Grid Europe Limited ("SGEL")	–	–	672.403	–	–	–	(12.403)	–
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia e CPFL Comercialização Brasil	–	–	317.273	137.310	–	–	–	–
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	371	522	15.215	9.915	57	41	(101.892)	(100.430)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	16	17	6.093	5.790	206	144	(419.942)	(388.804)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	–	–	6.290	5.973	–	–	(75.125)	(75.378)
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	–	–	–	–	–	–	(132.566)	(128.287)
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	–	–	–	382.298	–	–	(23.432)	(45.059)
Outros								
Instituto CPFL	–	–	165	–	–	–	(1.812)	(1.769)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	74	122	55.636	35.049	–	–	–	–
Entidades sob o controle comum	–	–	–	–	–	(4.176)	–	–

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R$ 13.200 no exercício (R$ 20.120 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

29. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Riscos operacionais e riscos de engenharia	412.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	479.986
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	77.881
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	425.302
Garantia	Seguro Garantia	2.097.483
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	152.200
Total		**3.644.852**

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

30. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. **Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:** • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco; • Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. **Cabe ao Comitê de Auditoria:** • Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; • Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos. **Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:** • Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. **À Diretoria Executiva cabe:** • Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia; • Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões; • Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios; • Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos; • Em caso de extrapolação do limite de risco: a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações; b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia; c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

				31/12/2025	
	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	327.373	327.373
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	42.455	42.455
Derivativos	31	(a)	Nível 2	219.233	219.233
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	1.415.866	1.415.866
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	12.734.234	12.734.234
Total				**14.739.162**	**14.739.162**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	3.008.453	3.024.445
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.008.024	1.008.024
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.514.058	2.554.438
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	2.386.968	2.386.968
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	672.403	672.403
Derivativos	31	(a)	Nível 2	46.223	46.223
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	619.768	619.768
Total				**10.255.896**	**10.312.268**

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.
(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R$ 133.098 em 2025 (um ganho de R$ 223.901 em 2024).
(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda
Categoria/Mensuração:
(a) Valor justo contra o resultado
(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; e (v) convênios de arrecadação. • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários - CDE; e (vii) passivo de arrendamento. Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)								
Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos [1]	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador dívida	Moeda/ indexador *swap*	Faixa de vencimento	Nocional
Derivativos de proteção de dividas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei nº 4.131	3.807	–	3.807	9.626	(5.819)	US$ + 1,83% a 4,73%	CDI + 1,25% a 1,26%	fev/24 a jun/26	170.000
Empréstimos bancários - Lei nº 4.131	–	(13.874)	(13.874)	(10.418)	(3.456)	Iene + 0,92%	CDI + 1,40%	jul/26	360.000
Mútuo com partes relacionadas	9.982	–	9.982	13.551	(3.569)	renminbi + 2,33%	CDI - 0,36%	set/28	660.000
	13.789	**(13.874)**	**(85)**	**12.759**	**(12.844)**				
Hedge variação índice de preços									
BNDES - Pré-Fixado	7.671	–	7.671	1.957	5.714	BRL de 2,35% até 7,42%	CDI -11,54% a +1,40%	fev/25 a ago/28	497.942
Debêntures	197.773	(32.349)	165.424	261.248	(95.824)	IPCA + 4,3% a 6,20%	104,30% a 111,07% ou CDI + 0,11 a 0,60%	jan/24 a abr/39	2.062.543
	205.444	**(32.349)**	**173.096**	**263.205**	**(90.109)**				
Total	**219.233**	**(46.223)**	**173.011**	**275.964**	**(102.954)**				
Circulante	**3.807**	**(16.022)**							
Não circulante	**215.426**	**(30.201)**							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.
[1] Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	595.146	(333.863)	14.681	275.964
Marcação a mercado	(238.709)	135.755	–	(102.954)
Total	**356.438**	**(198.108)**	**14.681**	**173.010**
Ativo circulante	**290.740**			**3.807**
Ativo não circulante	**117.509**			**215.426**
Passivo circulante	**(346)**			**(16.022)**
Passivo não circulante	**(51.465)**			**(30.201)**

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
Risco protegido / operação	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Variação de taxas de juros	(57.086)	(5.632)	–	–
Marcação a mercado	105.836	(230.626)	150	625
Variação cambial	(276.777)	249.099	–	–
Marcação a mercado	29.769	10.882	–	–
Total	**(198.258)**	**23.723**	**150**	**625**

c) Ativos financeiros da concessão: Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2025 de R$ 469.006 (R$ 476.065 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **e) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, renminbi, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado: **e.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

			Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Depreciação cambial (b)**	**Apreciação cambial de 25%**	**Apreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros passivos	(175.638)		(14.054)	33.369	80.792
Derivativos - *swap plain vanilla*	175.880		14.074	(33.414)	(80.903)
	243	baixa dólar	**19**	**(46)**	**(112)**
Instrumentos financeiros passivos	(369.424)		(41.245)	61.422	164.090
Derivativos - *swap plain vanilla*	370.060		41.316	(61.528)	(164.372)
	636	baixa iene	**71**	**(106)**	**(282)**
Instrumentos financeiros passivos	(672.403)		(69.155)	116.235	301.624
Derivativos - *swap plain vanilla*	690.307		70.995	(119.330)	(309.656)
	17.903	baixa renminbi	**1.841**	**(3.094)**	**(8.031)**
Total	**18.783**		**1.930**	**(3.247)**	**(8.426)**
Efeitos no resultado do exercício			**1.930**	**(3.247)**	**(8.426)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R$ 5,50 para o dólar, R$ 0,04 para o iene e R$ 0,79 para o renminbi.
(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R$ 5,94, R$ 0,04 e R$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00%, 11,16% e 10,28% do dólar, do iene e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros: Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

					Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa no exercício**	**Taxa cenário provável (a)**	**Cenário provável**	**Elevação/ Redução de índice em 25%**	**Elevação/ Redução de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	439.566				60.001	75.001	90.001
Instrumentos financeiros passivos	(1.784.027)				(243.520)	(256.556)	(269.594)
Derivativos - *swap plain vanilla*	(3.968.373)				(541.683)	(677.104)	(812.524)
Ativos e passivos financeiros setoriais	796.098				108.667	81.501	54.334
	(4.516.737)	alta CDI/SELIC	**14,90%**	**13,65%**	**(616.535)**	**(777.158)**	**(937.783)**
Instrumentos financeiros passivos	(6.010.002)				(578.763)	(434.072)	(289.382)
Derivativos - *swap plain vanilla*	2.905.137				279.765	209.824	139.882
Ativo financeiro da concessão	12.734.234				1.226.307	919.730	613.153
	9.629.369	baixa IPCA	**4,26%**	**9,63%**	**927.309**	**695.482**	**463.653**
Total	**5.112.633**				**310.774**	**(81.676)**	**(474.130)**
Efeitos no resultado do exercício					**310.774**	**(81.676)**	**(474.130)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7. Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	–	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default* - EAD") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default* - LGD"). Fatores macroeconômicos: Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. Derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **g) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.067.316	46.136	–	–	–	231.473	1.344.926
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	75.139	240.465	1.419.015	2.978.323	57.973	288	4.771.203
Derivativos	31	–	–	16.022	–	–	30.201	46.223
Debêntures - principal e encargos	17	–	45.113	534.367	1.361.183	2.103.851	3.712.634	7.757.148
Taxas regulamentares		21.320	–	–	–	–	–	21.320
Outros	21	24.428	367.147	19.268	–	–	80.149	490.991
Consumidores e concessionárias		24.428	323.063	2.744	–	–	80.149	430.384
EPE/FNDCT / PROCEL		–	–	16.523	–	–	–	16.523
Convênio de arrecadação		–	44.084	–	–	–	–	44.084
Total		**1.188.204**	**698.860**	**1.988.672**	**4.339.506**	**2.161.824**	**4.054.745**	**14.431.811**

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025 um valor de R$ 21.424 (R$ 17.310 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27). Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R$ 10.857 (R$ 10.857 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

33. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 2 anos	3.072.393	2.222.443	–	–	5.294.836
Compra de energia de Itaipu	Até 2 anos	681.799	596.122	–	–	1.277.921
Encargos de uso do sistema de distribuição	Até 2 anos	2.215.794	2.137.483	–	–	4.353.277
Projetos de construção de substação	Até 5 anos	161.731	37.408	3.096	–	202.235
Fornecedores de materiais e serviços	Até 12 anos	1.370.364	1.694.901	131.151	1.684	3.198.100
Total		**7.502.081**	**6.688.357**	**134.247**	**1.684**	**14.326.368**

34. EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R$ 437.800. Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R$ 231.473 (R$ 233.910 em 31 de dezembro de 2024), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar nº 0043277-81.2012.4.01.0000/DF. Com o ajuizamento do processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R$ 80.149 (R$ 80.993 em 31 de dezembro de 2024 (nota 21). Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória - e não facultativa, conforme defendido pela Companhia - e o Despacho nº 288 considerado como legal. Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os embargos infringentes foram julgados em 29/04/2025, tendo sido reformada a decisão anterior para julgar integralmente improcedente a ação anulatória. Diante dessa decisão, foram opostos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R$ 16.644, sendo de (i) principal R$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R$ 1.538.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

LI ZHANG
Conselheiro

LINO LUZ ZANCHI
Conselheiro

Diretoria

RICARDO DALAN DE VARGAS
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

LI ZHANG
Diretor Executivo

CHENG CHEN
Diretor Executivo

Contabilidade

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

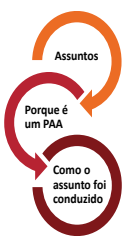
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7) A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R$ 562.313 mil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R$ 12.734.234 mil, R$ 1.747.572 mil e R$ 1.035.560 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação. Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados. Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4